



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

MILANY SANTOS DE CARVALHO

**“É HOJE QUE EU PEGO UM PEIXÃO”: BRINCADEIRAS, ESPAÇOS E
FREQUÊNCIA DO BRINCAR EM UMA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO**

**SANTARÉM- PARÁ
2020**

MILANY SANTOS DE CARVALHO

**“É HOJE QUE EU PEGO UM PEIXÃO”: BRINCADEIRAS, ESPAÇOS E
FREQUÊNCIA DO BRINCAR EM UMA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Iani Dias Lauer Leite.

Linha de pesquisa 3: Formação humana em contextos formais e não formais na Amazônia.

**SANTARÉM- PARÁ
2020**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) da
UFOPA. Catalogação de Publicação na Fonte. UFOPA - Biblioteca Unidade Rondon

Carvalho, Milany Santos de.

"É hoje que eu pego um peixão": brincadeiras, espaços, e frequência do
brincar em uma instituição de acolhimento / Milany Santos de Carvalho. -
Santarém, 2021.

188f.: il.

Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da
Educação, Programa de Pós Graduação em Educação - PPGE.

Orientador: Iani Dias Lauer Leite.

1. Brincadeiras. 2. Instituição de acolhimento. 3. Educação. I. Leite,
Iani Dias Lauer. II. Título.

UFOPACampus Rondon

CDD 23.ed. 370

MILANY SANTOS DE CARVALHO

**“É HOJE QUE EU PEGO UM PEIXÃO”: BRINCADEIRAS, ESPAÇOS E
FREQUÊNCIA DO BRINCAR EM UMA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Conceito: APROVADA

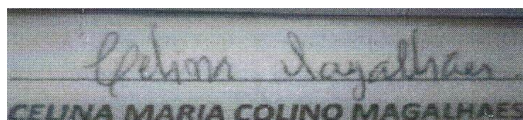
Data da defesa: 16/11/2020

BANCA EXAMINADORA:



Prof^ª. Dr^ª. Iani Dias Lauer Leite

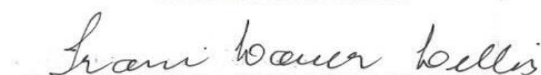
Orientadora e Presidente da Banca – Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.



CELINA MARIA COLINO MAGALHÃES

Prof^ª. Dr^ª. Celina Maria Colino Magalhães

Examinador (a) Externo (a) – Universidade Federal do Pará – UFPA.



Prof^ª. Dr^ª. Irani Lauer Lellis

Examinador (a) Interno (a) – Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.

Dedico esta dissertação a todas as crianças que residem na casa de acolhimento institucional de Santarém-Pará. E ao meu filho José Gustavo, que por dias e noites me acompanhou nessa jornada, sem reclamar, é por você que faço tudo, você é minha razão de vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a todos que estiveram ao meu lado nessa jornada do mestrado, por todo apoio, incentivo, paciência, cuidado, disponibilidade e amor. À Deus, pelas bênçãos que sempre proporcionou na minha vida e por nos ensinar a amar ao próximo.

Aos meus pais, Márcia Jeane e José Delival, que me ensinaram a importância da educação. Às minhas irmãs, Daniery e Hizany, meus sogros Hamilton e Maria Raimunda, meus compadres Jarlam, Jaqueline por sempre me apoiarem e me ajudarem em tudo.

Ao meu marido José Jandersom a quem admiro profundamente, por me incentivar, apoiar em tudo e ainda me ensinar a ser persistente nos meus sonhos, me mostrando sempre que sou capaz.

Ao meu filho, José Gustavo, por ser o principal motivo que me impulsiona a estudar sempre.

À minha orientadora Prof^a. Dr^a. Iani Dias Lauer Leite, pela paciência, orientações, incentivo, confiança e dedicação, sou imensamente grata a você por aceitar mergulhar junto comigo nessa jornada e trilhar esse percurso que por muitas vezes é intenso e doloroso, mas que vale muito a pena ser vivido, agradeço infinitamente à Deus por ter colocado você no meu caminho.

Aos participantes da pesquisa e a todos os profissionais da casa de acolhimento institucional investigada, obrigada pela receptividade.

Aos meus amigos do LEHS (Laboratório Educação e Habilidades Sociais) e aos amigos do Laboratório em Pesquisa de Crianças e Infâncias Amazônicas -LAPCIA, por sempre estarem ao meu lado me incentivando e demonstrando carinho, não deixando em nenhum momento eu desistir dos meus sonhos, vocês foram fundamentais nesse percurso.

A CAPES, pelo apoio financeiro (bolsa de mestrado e financiamento da pesquisa).

À banca examinadora, pelas preciosas contribuições teóricas e metodológicas para melhor andamento da pesquisa.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE – UFOPA, pelos ensinamentos e experiências transmitidas.

Muito Obrigada!

“As crianças não brincam de brincar. Brincam de verdade”.

Mário Quintana

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi conhecer como as crianças em situação de acolhimento institucional brincam no Município de Santarém – Pará. O espaço de acolhimento institucional é considerado um ambiente onde acontecem diversas formas do brincar da criança, assim como também um lugar onde ocorre desenvolvimento humano. Os participantes foram 05 crianças de cinco a doze anos. Como instrumentos de dados optou-se pela folha de dados sociodemográficos, roteiro de entrevista individual semiestruturada e roteiros de observação. Foram realizados registros de 5 minutos, totalizando 300 minutos de observação sistemática e 56 registros de observação geral da instituição. Os resultados mostraram que 85% das brincadeiras ocorrem nos espaços não estruturados, e 15% acontecem nos espaços estruturados. Referente aos dados obtidos das observações gerais e sistemáticas revelou-se que a brincadeira simbólica foi a mais frequente com 35,85%, seguida pela brincadeira de construção 28,30%, exercício físico com 21,7%, turbulentas com 7,5% e com regras 3,7%. Foi encontrado uma relação entre o espaço e as escolhas das brincadeiras realizadas pelas crianças. Em relação às entrevistas as crianças responderam 15 questões sobre a rotina e a brinquedoteca, evidenciando-se em seus discursos que não utilizam a brinquedoteca da forma como gostariam, e ainda que brincam em espaços que não gostariam de brincar no decorrer do seu dia a dia. Portanto, este estudo contribui com resultados empíricos sobre o brincar em instituição de acolhimento, assim como, também elucida a necessidade de flexibilização no uso dos espaços para a ocorrência de todas as formas de brincadeira. Além disso, sugere-se que sejam implementadas novas políticas em relação à utilização da brinquedoteca por todos os profissionais da instituição, bem como, seja realizada a análise e melhoria das estratégias que promovam o brincar no contexto da instituição.

Palavras-chave: Brincadeiras. Instituição de acolhimento. Educação.

ABSTRACT

The objective of this work was to know how children in institutional care play in the Municipality of Santarém – Pará. The institutional welcoming space is considered an environment where different forms of child play take place, as well as a place where human development occurs. The participants were 05 children from five to twelve years old. As data's instruments we opted for the socio-demographic data sheet, semi-structured individual interview script and observation scripts. Records of 5 minutes were made, totaling 300 minutes of systematic observation and 56 records of general observation of the institution. The results showed that 85% of the games occur in unstructured spaces, and 15% occur in structured spaces. Regarding the data obtained from general and systematic observations, it was revealed that symbolic play was the most frequent with 35, 85%, followed by construction play 28, 30%, physical exercise with, 21, 7%, turbulent with 7,5% and with rules, 3, 7%. A relationship was found between space and children's play choices. In relation to the interviews, the children answered 15 questions about the routine and the playroom, evidencing in their speeches that they do not use the playroom as they would like, and even though they play in spaces that they would not like to play in the course of their daily lives. Therefore, this study contributes with empirical results on playing in a host institution, as well as elucidating the need for flexibility in the use of spaces for the occurrence of all forms of play. In addition, it is suggested that new policies be implemented in relation to the use of the toy library by all professionals in the institution, as well as the analysis and improvement of strategies that promote playing in the context of the institution.

Keywords: Children. Child Development. Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fluxograma do caminho percorrido para a seleção dos artigos, dissertações e teses para as análises.....	64
Figura 2 - Foto da brinquedoteca.....	76
Figura 3 - Foto dentro da brinquedoteca.....	76
Figura 4 - Foto da brinquedoteca espaço para o teatro de fantoches.....	77
Figura 5 - Foto da porta de entrada da brinquedoteca.....	77
Figura 6 - Maloca vista frontal.....	78
Figura 7 - Maloca vista lateral.....	78
Figura 8 - Parquinho vista frontal.....	79
Figura 9 - Campinho vista frontal.....	79
Figura 10 - Casinha de leitura.....	80
Figura 11 - Sala de estar.....	80
Figura 12 - Refeitório.....	81
Figura 13 - Área externa e lavanderia.....	81
Figura 14 - Acolhidos jogando bola no campinho.....	105
Figura 15 - Acolhidos brincando no parquinho com parceiro.....	106
Figura 16 - Acolhidos brincando na maloca com parceiros.....	107
Figura 17 - Parceiro utilizando a casinha de leitura.....	108
Figura 18 - Parte interna da brinquedoteca.....	109
Figura 19 - Sala de estar e refeitório.....	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo conceitual das Sete Retóricas apresentadas por Sutton-Smith.....	25
Quadro 2 - Pesquisa científica conforme descritores no período compreendido 2008 a 2018.....	59
Quadro 3 - Sistema dos artigos sobre o brincar de crianças em situação de acolhimento institucional conforme título, autoria, periódicos, bases de dados e ano de publicação.....	60
Quadro 4 - Dissertações e teses selecionadas para a leitura analítica sobre o brincar da criança e abrigo, conforme título, autoria, instituição, natureza e ano de publicação.....	62
Quadro 5 - Caracterização dos cuidadores da instituição de acolhimento de Santarém-Pará no ano de 2019.....	87
Quadro 6 - Calendário de atividades da colônia de férias na casa de acolhimento de Santarém em Julho de 2019.....	92
Quadro 7 - Métodos de análise dos dados que foram utilizados no decorrer da pesquisa na casa de acolhimento institucional.....	96
Quadro 8 - Demonstrativo das descrições das categorias de brincadeiras.....	97
Tabela 1 - Dados dos participantes das sessões de observação realizadas no ano de 2019.....	100
Quadro 9 - Demonstrativo das distribuições dos tipos de brincadeiras por categoria.....	117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF	Constituição Federal
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
SEDH	Secretaria de Estado dos Direitos Humanos
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
PEA	Pesquisa Econômica Aplicada
PPCT	Pessoa-Processo-Contexto-Tempo
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
DNCR	Departamento Nacional das Crianças
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
FUNABEM	Fundação Nacional de Bem Estar do Menor
PNBEM	Política Nacional de Bem Estar do Menor
FEBEM	Fundação Estadual do Bem Estar do Menor
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
SDH/PR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
LNA	Lei Nacional da Adoção
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PNCFC	Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEMTRAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
ECH	Expressões – chave
IC	Ideias centrais
AC	Ancoragem

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	SOBRE O BRINCAR: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS.....	19
2.1	Aspectos teóricos.....	19
2.2	Ambiguidade: as diferentes formas e experiências da brincadeira.....	19
2.3	Contextualização histórica da infância e sua relação com o brincar.....	26
2.4	Contribuições do brincar para o desenvolvimento humano.....	32
2.5	A teoria Bioecológica de Bronfenbrenner.....	43
3	ESPAÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL COMO CONTEXTO ECOLÓGICO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO....	43
3.1	Sobre a legislação no cenário nacional: os principais marcos legais.....	43
3.1.1	Política de serviços para crianças e adolescentes pós-ECA.....	46
3.2	Espaços de acolhimento institucional como contexto ecológico e lugar de brincadeiras.....	50
3.3	Estado da arte sobre o brincar de crianças em acolhimento institucional no Brasil.....	57
4	PERCURSO METODOLÓGICO.....	72
4.1	Desenho da pesquisa.....	72
4.2	Contexto da coleta de dados e seu funcionamento.....	72
4.2.1	Funcionamento.....	82
4.2.2	Rotina.....	83
4.2.3	Caracterização dos profissionais da instituição.....	85
4.3	Participantes.....	88
4.4	Critérios de inclusão.....	89
4.5	Critérios de exclusão.....	89
4.6	Instrumentos e materiais.....	89
4.7	Etapas da pesquisa.....	90
4.8	Coleta dos dados.....	92
4.8.1	Observações sistemáticas e gerais.....	93
4.8.2	Coleta dos dados sociodemográficos.....	94
4.8.3	Entrevistas individuais com as crianças.....	95
4.9	Análise dos dados	96
5	OS ESPAÇOS DO BRINCAR E AS BRINCADEIRAS NA CASA DE ACOLHIMENTO.....	99
5.1	Quem são as crianças pesquisadas?.....	99
5.1.1	Dados dos participantes.....	100
5.1.2	Escolaridade.....	101
5.1.3	Situação familiar.....	102
5.1.4	Processo de institucionalização.....	103

5.2	Conhecendo os espaços estruturados e não estruturados.....	104
5.2.1	Espaços estruturados.....	104
5.2.2	Espaços não estruturados.....	110
5.3	Os tipos de brincadeira e sua frequência.....	112
5.4	Reunindo tudo: quais as relações entre os tipos e frequência de brincadeiras e os espaços onde elas ocorrem?.....	132
6	O QUE É UMA BRINQUEDOTECA? O BRINCAR E AS BRINCADEIRAS NA PERCEPÇÃO DE CRIANÇAS EM CONTEXTO DE ACOLHIMENTO.....	137
6.1	A rotina vista pelas crianças participantes.....	137
6.2	As brincadeiras analisadas sob o olhar das crianças participantes.....	142
6.3	A brinquedoteca: o que é? O que se faz lá? Como deveria funcionar?.....	151
6.4	Reunindo tudo: o que se conclui?.....	156
6.5	A guisa de conclusão geral.....	158
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	161
7.1	Limitações da pesquisa.....	162
7.2	Principais contribuições.....	163
7.3	Aplicabilidade.....	164
7.4	Sugestões para pesquisas futuras.....	165
	REFERÊNCIAS.....	167
	APÊNDICE A- TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	174
	APÊNDICE B- FOLHA DE DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS.....	176
	APÊNDICE C- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS CRIANÇAS....	178
	APÊNDICE D- FOLHA DE REGISTROS DOS DADOS OBSERVADOS.....	179
	APÊNDICE E- FOLHA DE REGISTRO DO DIÁRIO DE CAMPO	180
	APÊNDICE F- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	181
	ANEXO A- CARTA ACEITE DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO	184
	ANEXO B- APROVAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	185
	ANEXO C- APROVAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDCA.....	187

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos muitos estudos têm sido realizados sobre a temática do brincar e sua relação com o desenvolvimento humano, haja vista, ser considerado como um fenômeno da condição humana que está presente em todas as culturas e sociedades. Além disso, é conhecida como um elemento universal na infância, embora seja vivenciada na vida adulta, em grupos, turma de amigos e até mesmo por cada sujeito de forma diferenciada e com características diferentes, o brincar pertence à história da civilização humana (BOMTEMPO, 1999, MAGALHÃES; PONTES, 2003).

O brincar é considerado por Bichara (2016) como algo natural que acontece na vida de todo ser humano e que ocorre espontaneamente, apenas necessitando da intencionalidade do sujeito, não importa se o ambiente em que esteja seja organizado ou desorganizado, se está no coletivo ou sozinho, a brincadeira ocorre de qualquer maneira e em qualquer lugar, caracterizando-a como algo intenso e complexo, pois apresenta diversas formas e ambiguidades.

Neste sentido, conceituar o brincar torna-se uma tarefa difícil por atender e abarcar todas as diferenças que ocorrem na sociedade, sejam individuais, étnicas, familiares, culturais, sociais, históricas, entre outros (KISHIMOTO, 2014; BICHARA, 2016; BOMTEMPO; CONCEIÇÃO, 2014). Além disso, a brincadeira é um forte instrumento de cuidado, que contribui significativamente na construção de vínculos e ressignificação dos contextos na vida das crianças. Sendo assim, torna-se um meio de comunicação e de expressão na infância, bem como também um mecanismo protetivo e promotor do desenvolvimento saudável, sobretudo nesta fase (BOMTEMPO; CONCEIÇÃO, 2014).

O estudo de Hansen et al. (2007) ressalta a relevância da brincadeira para o desenvolvimento infantil e as suas implicações para a maturação do ser humano. Os autores destacam que o brincar estimula diferentes aspectos do desenvolvimento, tais como o desenvolvimento físico (motricidade fina e global, vigor físico e destreza), emocional (a criança se conhece melhor, trabalha sua ansiedade e frustrações, entre outras), cognitivo (nas áreas da concentração, memória, linguagem, atenção, entre outras), social (interage com os outros, tem vivências e regras, entre outras), e aprendizagem (fixa melhor os conteúdos, assimila melhor as informações, entre outros), assim sendo, a falta de brincadeira na fase da infância compromete o desempenho de tais aspectos mencionados.

Nesse sentido, é importante conhecer se as brincadeiras dentro das instituições de acolhimento estão corroborando com as práticas educativas e as questões em torno do desenvolvimento humano, quando se trata do âmbito educacional, pois essas práticas envolvem e estão relacionadas com a estimulação do ensino-aprendizado que são também fundamentais para o crescimento e qualidade de vida das crianças em situação de acolhimento.

Entretanto, por muito tempo ao longo história, todos esses benefícios do brincar relacionados com a vida da criança não foram levados em consideração, pois a criança não tinha voz e nem vez na sociedade em meados dos séculos XII e XIX, sendo desconsiderados seus direitos e a sua infância. Segundo Áries (1981), por um longo período se comportavam e faziam parte do mundo dos adultos, não se tinha a atenção voltada para os aspectos concernentes às fases do seu desenvolvimento, ficando por muito tempo vulneráveis e desprovidos de cuidados importantes para o seu crescimento.

Na contemporaneidade, mesmo diante de significativas mudanças na história da infância, ainda se percebe o reflexo dos séculos passados no cotidiano de muitas crianças. Nessa perspectiva, Becker (2016) afirma que no universo científico ainda são poucas as pesquisas que dão voz e validam o que as crianças dizem, sendo que a maioria das pesquisas buscam respostas com os adultos, desconsiderando que esta (a criança) tem a capacidade de falar sobre si, expressar seus sentimentos e pensamentos sobre determinado assunto, algo que poderia contribuir muito mais com os estudos voltados para o desenvolvimento infantil.

No entanto, Becker (2016) evidencia ainda que esse cenário vem cada vez mais se modificando, pois o interesse em desenvolver pesquisas com crianças tem crescido nas últimas décadas no Brasil. Contudo, para avançar nos conhecimentos que se referem à criança é necessário conhecer os contextos em que estas estão inseridas, pois segundo Bronfenbrenner (1996) compreender os contextos em que o sujeito vive, possibilita o entendimento sobre o desenvolvimento humano e a interação entre sujeito e o ambiente.

Dentre diversos contextos que esta criança está inserida, pode-se considerar que a instituição de acolhimento se apresenta como um contexto onde os infantes se desenvolvem e vivenciam constantemente a educação. Neste sentido, esta pesquisa busca contribuir com estudos na área da educação, que segundo Vygotsky (1998) acontece em todos os lugares e em todos os momentos, ou seja, não importa se

ocorre dentro do âmbito escolar ou na rua, a educação faz parte da condição humana e de sua essência, pois o homem desde a sua concepção até a sua última fase da vida está se desenvolvendo e em constante aprendizado.

Conforme aponta Cavalcante et al. (2007), as instituições de acolhimento além de serem vistas como importantes medidas de proteção social à infância vulnerável ao abandono, também são ambientes onde acontece interação social e experiências de vida.

Atualmente, somente no Brasil existem aproximadamente mais de 47 mil crianças e adolescentes em situação de acolhimento, segundo o último levantamento realizado pelo Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Abrigadas (CNCA, 2017). Além disso, conforme estudos do Fundo das Nações Unidas para a infância, no Brasil e no Mundo (UNICEF, 2017), os números de casos de negligência e violação dos direitos da criança e do adolescente são alarmantes e têm crescido a cada ano que passa, evidenciando que esses infantes precisam de mais atenção e cuidados.

Conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, as instituições de acolhimento são medidas de proteção de caráter provisório e excepcional, nas situações de vulnerabilidade social, ou seja, sujeitos a riscos e diversos tipos de negligência, demandando que as instituições responsáveis estabeleçam condições adequadas do espaço, visando proporcionar a garantia dos direitos e a proteção integral desta criança.

Nesse sentido, o caminho trilhado a partir de uma autorreflexão sobre tais aspectos mencionados sobre o brincar, infância e instituições de acolhimento, provocaram questionamentos acerca do brincar dentro dessas instituições e de como isso se apresenta no cotidiano delas.

Após participação em um projeto de extensão da Universidade Federal do Oeste do Pará, por meio do programa Saúde, Ambiente e Qualidade de Vida na Amazônia, cujo objetivo visava à implantação de uma brinquedoteca na Casa de acolhimento, surgiram diversas discussões e problematizações acerca de como ocorrem as brincadeiras dentro desse contexto, como estão organizadas, onde as crianças mais gostam de brincar, uma vez que possuem uma rotina sistemática e controlada, tanto pelos profissionais quanto pela gestão, levando em consideração o olhar da criança sobre o brincar e os espaços onde ocorrem.

A partir dessas reflexões optou-se por buscar o aprofundamento em tais temáticas, considerando como protagonista dessa pesquisa as crianças que

vivenciaram situações de risco e vulnerabilidade. Nesse sentido, foi necessária a definição de uma base teórica que explicasse como o ser humano se desenvolve.

Dessa maneira, para este estudo foram adotados alguns pressupostos da Teoria Bioecológica do desenvolvimento humano, proposta por Bronfenbrenner (1979) que compreende o desenvolvimento humano na perspectiva da interação do sujeito com o ambiente, mediante quatro núcleos inter-relacionados: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo, possibilitando vários níveis de análise, maior aproximação dos fenômenos investigados e uma visão contextualizada sobre determinado ambiente (CECCONELLO; KOLLER, 2003).

Ressalta-se, que, apesar de utilizar alguns conceitos da teoria para compreender a realidade pesquisada, o presente trabalho não se detém em analisar os quatro núcleos preconizados pela teoria. A contribuição desta residiu na definição de como ocorre o desenvolvimento, ou seja, na interação do sujeito com o ambiente, seus objetos, pessoas e símbolos.

Dessa forma, definiu-se como **objetivo geral** deste estudo, conhecer como as crianças em situação de acolhimento institucional brincam, analisando em especial os espaços e as brincadeiras realizadas no ambiente institucional. De forma **específica**, objetivou-se: descrever as brincadeiras realizadas, identificar os espaços onde estas ocorrem e apreender a concepção das crianças participantes sobre um espaço estruturado para brincadeiras na casa de acolhimento: a brinquedoteca.

A fim de atingir os objetivos mencionados, esta pesquisa foi organizada em quatro seções que estão direcionadas para apresentar a fundamentação teórica e o caminho metodológico, discussão dos resultados, considerações finais, conforme descrição a seguir:

Na Seção II – **Sobre o brincar: contribuições teóricas**, destaca-se cinco subtópicos que abordam sobre os aspectos teóricos do brincar e os principais estudos voltados para esta temática, tendo em vista o aprofundamento nas questões que versam sobre esta. Sequencialmente, são expostas considerações acerca do desenvolvimento humano e as contribuições e implicação da brincadeira no desenvolver dos infantes.

Ainda nesta seção, mostra-se as ambiguidades do brincar e suas diversas formas apresentadas no cotidiano, e para finalizar a seção realiza-se uma breve apresentação da Teoria Bioecológica, da qual são utilizadas algumas concepções neste estudo.

Na Seção III - **Espaços de Acolhimento Institucional como contexto ecológico de desenvolvimento humano**, apresentam-se os principais marcos legais sobre crianças em situação de acolhimento institucional vigentes no país, fazendo-se um breve apanhado histórico de décadas passadas do percurso das leis até chegar à atualidade. Além disso, é exposto acerca dos serviços de acolhimento pós-ECA.

Na sequência, evidencia-se sobre os espaços de acolhimento institucional como contexto ecológico e lugar de brincadeira, destacando os estudos a respeito dos ambientes e espaços como contexto de desenvolvimento humano e que consideram a influência desses aspectos na vida de crianças acolhidas. E para finalizar a seção foi realizado um levantamento de dados a respeito do brincar de crianças em acolhimento institucional com o intuito de verificar as produções científicas sobre tal temática.

Na seção IV – **Percurso metodológico**, destaca-se inicialmente o desenho da pesquisa, sendo evidenciado neste momento a escolha da Inserção Ecológica (CECCONELLO; KOLLER, 2003), como metodologia para a realização da pesquisa.

Aponta-se ainda os aspectos éticos necessários para a realização da pesquisa, referindo-se desde a aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, da Universidade do Estado do Pará - Campus XII – Tapajós UEPA, autorização no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDCA, até o consentimento da responsável legal para a aproximação das crianças, cuidadores e equipe técnica da instituição de acolhimento de Santarém-Pará.

Segue-se nessa seção, a rotina da instituição, caracterização dos profissionais, descrição dos participantes, bem como apresentam-se quanto aos instrumentos e materiais utilizados, a descrição das etapas do estudo, e por último relaciona-se a coleta de dados à análise dos dados.

Na sequência, são abordados os **resultados**, divididos em duas seções: Os espaços do brincar e as brincadeiras na casa de acolhimento e O que é uma brinquedoteca? O brincar e as brincadeiras na percepção de crianças em contexto de acolhimento que trazem as discussões referentes às brincadeiras e os espaços, assim como também as concepções das crianças em relação à utilização e pertinência da brinquedoteca. Conclui-se, com as **considerações finais**, o resgate quanto ao cumprimento dos objetivos da pesquisa, as limitações, contribuições e delineamento para pesquisas futuras.

2 SOBRE O BRINCAR: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

Esta seção objetiva realizar uma discussão inicial sobre alguns aspectos teóricos a levar em consideração, sobre o brincar. Nesse sentido, inicia-se apresentando as definições de brincar, brincadeira, brinquedo e jogos. Evidenciam-se as imprecisões e os vários significados dos termos e ressalta-se as ambiguidades envolvidas nos estudos sobre o brincar e a brincadeira. Na sequência, é realizada uma discussão voltada para o desenvolvimento humano e a relação da brincadeira com este. Finaliza-se apresentando a teoria que servirá de base para a realização do estudo em questão.

2.1 Aspectos teóricos

As teorias do brincar na contemporaneidade ganham cada vez mais destaque, porém conceituá-las torna-se uma tarefa muito difícil, haja vista que cada vertente apresenta um ponto de vista em relação a tal fenômeno. Segundo Sutton-Smith (2017) a maior parte das pessoas por toda a história considerou suas próprias brincadeiras como algo dado, e em alguns casos sequer tinham uma palavra específica para elas, além disso, afirma que é difícil abordar o tema do brincar quando há tantas ideologias implícitas a seu respeito, e isso se deve em parte a múltiplos tipos de brincadeiras e múltiplos tipos de pessoas que brincam por todo o mundo.

Segundo Kishimoto (2015) o uso do termo brincar no Brasil é feito de maneira confusa, por vezes é utilizado referindo-se a termos como jogo, brinquedo e brincadeiras, ou seja, apesar de existir uma diferenciação na definição para cada uma, ainda é utilizado de forma errônea como se o brincar fosse sinônimo desses termos. No dicionário Aurélio (2004) os verbetes *lúdico ou ludicidade, jogo, brinquedo e brincadeira*, são apresentados de modo que é possível identificar as diferenças existentes entre eles, conforme verifica-se a seguir:

- a) **Lúdico ou ludicidade:** que faz referência a jogos ou brinquedos: brincadeiras lúdicas. Que tem divertimento acima de qualquer outro propósito. Que faz alguma coisa simplesmente pelo prazer em fazê-la.
- b) **Jogo:** ação de jogar; folguedo, brinco, divertimento, exercício ou divertimento sujeito a certas regras.

- c) **Brinquedo:** objeto destinado a divertir uma criança; folguedo; divertimento.
- d) **Brincadeira:** ação de brincar; divertimento; gracejo, zombaria.

Para tanto, percebe-se que temas voltados para o brincar podem ter diferentes significados e interpretações que variam e dependem do objeto a ser investigado. Nesse sentido, este trabalho usará os termos jogo, brinquedo e brincadeiras como suporte para compreender o brincar, isto é, o jogo será entendido como atividades de brincadeiras, o brinquedo como suporte para compreender as brincadeiras e as brincadeiras como descrição de uma atividade lúdica.

Bichara e Becker (2016) e Bomtempo (1999) afirmam que é preciso compreender que a brincadeira tem amplos valores ideológicos e que é uma atividade social e cultural. É, portanto, considerada e definida como um fenômeno universal na infância, embora seja vivenciada em culturas, grupos, turma de amigos e até mesmo por cada criança e adulto de forma diferenciada.

O brincar não está presente somente no desenvolvimento da criança, está intimamente ligado também à vida do adulto, entretanto, se apresenta com diferentes funções e características, isto é, o brincar pertence à sociedade, a história da civilização humana (BOMTEMPO, 1999; PONTES; MAGALHÃES, 2003).

Nesse sentido, o brincar infantil torna-se um dos temas de muita relevância na contemporaneidade, pois contribui para o desenvolvimento da criança em vários aspectos de sua vida, além disso, permite a integração de diferentes áreas do conhecimento como as áreas da educação e do desenvolvimento humano, que buscam compreender a relação do brincar no cotidiano do sujeito (KISHIMOTO, 2017; BICHARA, 2016; BOMTEMPO; CONCEIÇÃO, 2014).

Brougère (2015) corrobora com essa ideia quando expõe que o brincar não é algo meramente interno à dinâmica do sujeito, mas sim uma atividade dotada de significação social que se apresenta como uma dimensão social das ações humanas capaz de promover importantes mudanças no desenvolvimento do ser humano em diferentes situações sejam elas de cunho histórico, cultural e social.

O autor em seu estudo sobre cultura lúdica afirma que para o sujeito realizar as brincadeiras é necessário que este apresente um conjunto de regras, significações e referências próprias adquiridas no contexto social, mas que são próprias de cada um, permitindo que seja interpretada e produzida de maneira individual conforme seu

número de esquemas advindos do cotidiano. Salienta ainda, que “não dispor dessas referências é não poder brincar” (BROUGÉRE, 2015, p. 24).

De acordo com Huizinga (2014) em relação ao caráter lúdico das atividades, o mesmo destaca que se apresenta como um fenômeno social produzido pela interação humana, que este promove divertimento, fascinação, distração, excitação, tensão, alegria, arrebatamento, ação e emoções que perpassam as necessidades imediatas da vida humana.

Para tanto, Gosso (2004) ressalta que a brincadeira prevalece como uma atividade universal entre crianças de diferentes populações, cada cultura possui uma forma peculiar de expressão que é reflexo das características ambientais específicas. Isto é, são marcados pela identidade cultural e por características sociais específicas de um grupo social, neste sentido pode-se dizer que a brincadeira se constitui como característica universal, entretanto com aspectos específicos que irão depender do ambiente físico, social e cultural de cada criança (MORAIS, 2004).

Além disso, a brincadeira, conforme se verifica nos estudos de Bomtempo e Conceição (2014) é um forte instrumento de cuidado, que contribui significativamente na construção de vínculos e ressignificação dos contextos na vida das crianças, sendo assim, um meio de comunicação e de expressão na infância, bem como também um mecanismo protetivo e promotor do desenvolvimento saudável.

A brincadeira pode representar para a criança um jeito de assumir o protagonismo de suas ações, ter satisfação pessoal, autonomia, produzir cultura, alterar as noções de tempo e espaço, isto é, pode proporcionar a possibilidade espontânea e natural de interagir com o mundo construído por ela, facilitando seu processo de desenvolvimento infantil (BOMTEMPO, 1999; BICHARA, 2016, KISHIMOTO, 2015). Ou seja, é por meio das brincadeiras que a criança toma consciência das regras de comportamento, expressa suas impressões da vida vivida combinando elementos que cria a partir de suas experiências.

Ademais, Santos (2005) ressalta que qualquer objeto nas mãos de uma criança pode ser tornar um brinquedo e uma brincadeira. A necessidade que as crianças têm de brincar supera qualquer restrição imposta pelo ambiente, elas criam seu próprio espaço para brincar e improvisam brinquedos. Para compreender os aspectos do brincar e suas dimensões Morais e Otta (2003), baseadas em Piaget (1971) e Parker, classificam para critérios de investigação seis tipos de brincadeiras bastante recorrentes:

- 1) Brincadeira de contingência física:** através delas as crianças executam movimentos nos quais estabelecem relações espaciais e causais e aprende a força dos objetos manuseados.
- 2) Brincadeira de contingência social:** constitui-se no revezamento de papéis, sendo motivadas e reforçadas pelo prazer associado à capacidade de realizar e produzir no outro respostas contingentes, como brincar de esconder-se.
- 3) Brincadeiras simbólicas ou imaginativas:** nelas as crianças utilizam objetos como se fossem outros, podem criar cenas imaginárias e atribuir a si e a outros papéis diferentes do habituais.
- 4) Brincadeiras turbulentas ou agonísticas:** são as brincadeiras de luta, perseguição e fuga.
- 5) Brincadeiras de construção:** nelas os brincantes combinam objetos de forma a montar objetos novos, como empilhar caixas.
- 6) Brincadeiras de jogos e regras:** são jogos competitivos nos quais há uma ritualização de papéis e ações – como o futebol.

É importante destacar que este estudo pretende abarcar todas as categorias do brincar acima descritas, além disso, seguirá os conceitos da teoria do brincar abordados por Kishimoto (2017), Bichara (2016), Bomtempo (1999), Pontes e Magalhães (2003). Pois, são conceitos que correspondem aos objetivos propostos nesta pesquisa.

2.2 Ambiguidade: as diferentes formas e experiências da brincadeira

É muito comum nos dias atuais que ao se abordar sobre o brincar, os pensamentos de muitos se voltem para a infância e os momentos que vivenciaram nesse período, como se na vida adulta não existissem mais esses momentos. Entretanto, o estudo sobre *A ambiguidade da brincadeira* de Sutton-Smith (2017) demonstra que o brincar têm variadas perspectivas e formas de experiências, sendo que não está apenas atrelada ao desenvolvimento humano, ou seja, sua amplitude é muito maior e possui diferentes discursos, marcados pela diversidade e variabilidade, dessa forma, sendo necessário estudar as variações existentes em torno da brincadeira.

O supracitado autor afirma que “todos nós brincamos ocasionalmente, e todos conhecemos a sensação de brincar” (SUTTON-SMITH, 2017, p. 21). Mas quando se trata de fazer declarações teóricas sobre o que é brincar existem diversas ambiguidades entre as áreas que o estudam.

Vários estudiosos de diferentes áreas do conhecimento têm se posicionado em relação às formas de brincadeira e do seu significado, como as que afirmam que o brincar não pertence apenas ao ser humano, se manifestam e fazem parte também do dia a dia dos animais. Sendo uma área de estudo interessante e que precisa cada vez mais de aprofundamento, e nesse sentido esta pesquisa não se aprofundará nessas questões, pois o foco é o brincar na vida do ser humano (HUIZINGA, 2014; SUTTON-SMITH, 2017).

As múltiplas formas que a brincadeira se apresenta, designa categorias de ocorrência muito diferentes, com variadas manifestações de experiências, que podem ilustrar sua dimensão em todas as esferas da vida, como destaca Sutton- Smith (2017). Segundo o autor a ambiguidade da brincadeira, além de ter como base uma grande diversidade de formas, também apresenta diferenças paralelas de participantes, isto é, existem diferentes formas de brincadeiras que abrangem todas as idades, sejam elas crianças pequenas em idade pré-escolar, crianças maiores, adolescentes, adultos, idosos, homens, mulheres, todos brincam. Bem como existem múltiplos tipos de equipamentos para brincar.

Outra questão que chama a atenção nesse estudo e que o autor faz refletir é em relação aos diversos cenários que ocorrem as brincadeiras, que variam indo desde os chiqueirinhos do bebê até as salas de jogos, casas de jogos, *playgrounds*, campos para esportes e cassinos, destacando assim, que a brincadeira pode ocorrer em vários momentos da vida.

Do mesmo modo, corrobora salientando que a brincadeira pode ser momentânea, ou com preparações que podem durar toda uma temporada como: festivais, e esportes de equipe, ocorrendo também a cada número de anos como é o caso das Olimpíadas e ou Copa do Mundo. Evidencia assim, que além da diversidade espacial a brincadeira apresenta também diversidade temporal.

Existem muitas ambiguidades em torno do brincar, pois ora é considerado como algo que as crianças fazem, mas não que adultos fazem, ou porque crianças brincam, mas adultos só se divertem, ora porque dizem que a brincadeira é importante para o desenvolvimento infantil, mas é meramente uma diversão para os adultos.

Cada área da ciência como biologia, psicologia, matemática, comunicação, dentre outras, buscam conceitos e teorizam sobre a brincadeira, mostrando que esta apresenta muitos significados (SUTTON- SMITH, 2017).

Em relação a esses diversos significados muitos estudos abordam o termo retórico para falar das inúmeras formas, ideologias e valores atribuído à brincadeira. De acordo com Smith (2017) a retórica da brincadeira expressa à maneira como a brincadeira é colocada em contexto dentro de sistemas de valor mais amplos.

Sutton-Smith (2017, p. 34) destaca que:

As retóricas populares são “maneiras de pensar” culturais em grande escala, das quais a maioria entre nós participa de uma maneira ou de outra, embora alguns grupos específicos defendam mais fortemente essa ou aquela retórica particular. As retóricas maiores da brincadeira são parte de múltiplos sistemas simbólicos abrangentes, políticos, religiosos, sociais e educacionais - por meio dos quais nós construímos o significado das culturas em que vivemos.

O autor buscar demonstrar, dessa forma, que existem muitas teorias sobre a brincadeira e que isso acaba confundindo e trazendo falsas explicações ou até mesmo uma grandiosidade e ingenuidade a seu respeito. Neste sentido, o autor critica os rumos que foram dados por muitas teorias sobre o brincar, salientando que a maior parte dos educadores durante os últimos anos têm considerado a brincadeira como um ato que somente representa uma forma de socialização das crianças e de seu desenvolvimento moral, social e cognitivo, sendo primordialmente relacionada com o desenvolvimento e não com a diversão que também acontece na vida adulta.

Em seu estudo, Sutton-Smith (2017) aponta sete retóricas da brincadeira que são: A retórica da brincadeira como progresso; a retórica da brincadeira como destino; a retórica da brincadeira como poder; a retórica da brincadeira como identidade; a retórica do Self e a retórica da brincadeira como frivolidade. Sendo que cada uma dessas retóricas, visa uma reflexão a respeito da teoria do brincar por diferentes formas e contexto.

Sobre as retóricas do brincar, este trabalho apenas irá citar de forma bem sucinta um pouco sobre o que preconiza cada uma, haja vista sua vasta dimensão. Dessa forma, segue o quadro abaixo com um breve resumo a respeito das sete retóricas estudadas por Sutton-Smith (2017) para abordar sobre as teorias do brincar.

Quadro 1- Resumo conceitual das Sete Retóricas apresentadas por Sutton-Smith

SETE RETÓRICAS	CONCEITUAÇÃO
Retórica da brincadeira como progresso	Normalmente aplicada à infância, é a defesa da noção de que crianças e animais, mas não adultos, se adaptam e se desenvolvem por meio de suas brincadeiras.
Retórica da brincadeira como destino	É normalmente aplicada a apostas e jogos de azar. É a retórica mais antiga, que se baseia de que a vida humana e as brincadeiras são controladas pelo destino, deuses, por átomos ou neurônios, ou pela sorte.
Retórica da brincadeira como poder	Aplicada aos esportes, ao atletismo e às competições é como a do destino, da identidade comunitária e da frivolidade. Nessa retórica o poder é sobre o uso da brincadeira como a representação de conflito e como uma maneira de fortificar o status daqueles que controlam a brincadeira.
Retórica da brincadeira como identidade	Aplicada a comemorações e festivais tradicionais e comunitários, ocorre quando a tradição da brincadeira é vista como um meio de confirmar, manter ou promover o poder e a identidade da comunidade dos participantes.
Retórica da brincadeira como imaginário	Aplicada à improvisação lúdica de todos os tipos na literatura e em outras atividades, idealiza a imaginação, a flexibilidade, e a criatividade dos mundos da brincadeira animal e humano.
Retórica do Self	Aplicada a atividades solitárias tais como hobbies ou fenômenos de alto risco. Essas são formas de brincadeira em que é idealizada pela atenção às experiências desejáveis dos participantes.
Retórica da brincadeira como frivolidade	Aplicadas às atividades de preguiçosos ou dos tolos. Não se refere apenas as a negativas puritanas, mas é também um termo a ser aplicado mais às figuras centrais e carnavalescas que realizavam um protesto lúdico contra ordens do mundo ordenado.

FONTE: Sutton-Smith (2017).

Além de apresentar as sete retóricas que são relevantes para o estudo sobre a teoria da brincadeira, o autor busca validar suas existências, salientando que elas têm uma base em atitudes culturais, isto é, foram construídas com base na cultura, onde cada uma tem seus grupos específicos de defensores que veem não apenas como narrativas, mas sim também como retóricas de persuasão, que se aplicam primordialmente a um tipo diferente de brincadeira ou ludicidade e participantes, e que há uma influência mútua compatível entre a natureza das afirmações teóricas e o caráter das formas de brincadeiras às quais elas são aplicadas (SUTTON-SMITH, 2017).

Portanto, pode-se verificar que existem muitas ambiguidades no brincar e várias possibilidades para serem discutidas e abordadas que envolvem sua questão desde o desenvolvimento infantil até suas implicações na vida adulta, que reforça sua variabilidade em diferentes aspectos na vida social do ser humano.

2.3 Contextualização histórica da infância e sua relação com o brincar

Reflexões acerca da trajetória da infância ao longo da história permite a ampliação do olhar sobre aspectos tão relevantes que permeiam a vida dos infantes, que por muito tempo passaram despercebidos e desvalorizados pela sociedade. Para conhecer as transformações que ocorreram na infância debruçou-se nos estudos de Phillippe Ariés (1981) e Sarmiento (2005), devido retratarem de maneira significativa a respeito das mudanças na forma de se ver a criança, onde tais modificações refletem até os dias atuais.

Estudos (ARIÉS, 1981; SARMENTO, 2003, 2004, 2007; BECKER, 2016; GADELHA, 2015) apontam que na Era Medieval por volta do século XII e até meados do século XVII na Idade Moderna, não se tinha diferença entre ser criança e ser adulto, isso significa dizer que não havia lugar para a infância na sociedade, esta tinha uma passagem insignificante, evidenciando total desconhecimento sobre a sua importância e o significado na vida do sujeito, a criança era desprovida de representação social e de passar pelas etapas de desenvolvimento, pois logo assumia papel de homem.

Estudos descrevem que nessa época elas viviam como adultos em miniatura (ARIÉS, 1981) por muito tempo viveram invisíveis socialmente, apenas faziam parte do universo dos adultos repetindo seus comportamentos. Nessa época a criança não

era vista como um ser humano completo, um ator social com suas próprias especificidades, características que refletem e se fazem presentes até os dias atuais.

Por muito tempo a sociedade não tinha clareza da evolução da vida humana e do significado que as fases, ou seja, as idades representavam. Durante séculos e por muitas gerações a infância não tinha uma definição estabelecida, tudo era considerado infância inclusive a adolescência e juventude, na sociedade Medieval não existia o sentimento de infância, isto é, não havia consciência de sua importância, até por volta do século XIII, não existiam crianças caracterizadas por uma expressão individual.

Gadelha (2015, p. 346) destaca distintas concepções de infância nessa época:

De um lado, uma infância “pequeno burguesa”, por assim dizer, que evoca pureza, fragilidade, inocência e que demanda cuidados especiais, na medida em que remete a um ser em condições “peculiares de desenvolvimento”. De outro, uma infância que emerge como negativo dessa primeira, infância proveniente das famílias pobres e operárias, e que evoca, por seu turno, “carência”, “deficiência”, ao mesmo tempo em que é caracterizada pelos signos do abandono, do desvio, da patologia social.

Essa forma que a sociedade acaba condicionando a criança permite que seja excluída da produção de consumo, o espaço cultural, ação cívica e política, entre outras. E ainda, se criando um conjunto de modelos e normas, atitudes, regras, que são funções que o adulto impõe (GADELHA, 2015; SARMENTO, 2004).

De acordo com Ariés (1981, p. 28):

A descoberta da infância começou no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII.

Nesse sentido, em meados do século XVII, a criança começa a receber um pouco mais de destaque, sendo retratada nas histórias de arte, especialmente as que envolviam as históricas bíblicas, podendo ser observado nas pinturas ligadas ao Menino Jesus e da Virgem Maria, onde as crianças eram evidenciadas como anjos e puros, sendo agraciadas com ternura no colo da mãe preparada para a amamentação, mostrando um progresso quanto à consciência coletiva do sentimento a infância.

Ariés (1981) expõe nesse sentido, que a criança se torna personagem de pinturas anedóticas, passa a ser vista como a criança com sua família, a criança com seus companheiros de jogos, a criança brincando, estudando, a criança no meio do

povo, e em várias outras situações que foram registradas, isso significa dizer que essas cenas das crianças em pinturas e gravuras a torna visível aos olhos da sociedade, destacando que foi através dessas ações na época que pode-se realizar a descoberta da infância, do corpo, dos seus hábitos e comportamentos, mesmo que de forma ainda muito tímida.

Havia no século XVII a preocupação pela sociedade de separar as crianças do universo dos adultos e de transformá-las em homem ou mulher, podendo ser verificado esse comportamento nos trajes infantis, comprovando mais uma vez o quanto não havia consciência sobre a infância. Os trajes marcavam os hábitos e os comportamentos sociais, revelavam a separação da classe burguesa e dos nobres para a classe dos camponeses e pobres, pois a criança rica era vestida diferente da criança pobre, como refere Ariés (1981, p. 21):

Os filhos dos camponeses e artesãos, as crianças que brincavam nas praças das aldeias, nas ruas das cidades ou nas cozinhas das casas continuavam a usar os mesmos trajes dos adultos: jamais são representadas usando vestido comprido ou mangas falsas. Elas conversavam o antigo modo de vida que não separava as crianças dos adultos, nem através do traje, nem do trabalho, nem dos jogos e brincadeira.

Dessa maneira, pode-se dizer que na época existia somente essa preocupação relacionada à infância, não havia a intenção de criar roupas pensando no bem estar da criança e de criar sua identidade, tudo que estava relacionado aos infantis sempre vinha repleto de intencionalidade por parte da sociedade.

No período Medieval entre os séculos V e XV e o período da Idade Moderna século XV ao século XVIII, não existia por parte da sociedade consciência a respeito da infância, mas isso não quer dizer que elas não brincavam no seu cotidiano. Ariés (1981) relata em seu estudo que nesses períodos as crianças brincavam e isso foi identificado, por meio, das iconografias que representavam as criancinhas brincando.

Nessas pinturas os infantis brincavam de cavalo de pau, cata-vento, e bonecas, sendo destacada em seus comportamentos a imitação das atitudes dos adultos, como o caso do cavalo de pau que era o único meio de transporte na época, evidenciando que esses comportamentos em muitos casos permanecem até os dias atuais, pois ainda pode-se observar crianças reproduzindo em suas brincadeiras comportamentos de adultos. Entretanto, assim existiam brincadeiras que imitavam o universo do adulto,

existiam também brincadeiras que representavam e tinham origem de outras coisas. Neste sentido, Ariés (1981, p. 49) destaca:

Dentro dos limites da primeira infância, a discriminação moderna entre meninas e meninos era menos nítida: ambos os sexos usavam o mesmo traje, o mesmo vestido. É possível que exista uma relação entre a especialização infantil de brinquedos e a importância da primeira infância no sentimento revelado pela iconografia e pelo traje a partir do fim da Idade Média. A infância tornava-se o repositório dos costumes abandonados pelos adultos.

Nessa época não existia separação de brincadeiras de meninos e de meninas, não tinha também separação tão rigorosa como hoje entre brincadeiras e jogos para crianças e adultos, os mesmos jogos eram comuns a ambos. Isso significa que a criança jogava e participava das mesmas brincadeiras que os adultos.

Dessa forma, não se pode dizer que as brincadeiras e diversão dos adultos fossem menos infantis do que as brincadeiras e diversão das crianças, pois eram as mesmas, todos ficavam juntos e misturados, às crianças sempre participavam regularmente de toda a coletividade, isto é, das festas sazonais que reuniam grupos de todas as idades, onde aconteciam diversos tipos de jogos, especialmente as que envolviam a competição, como cavalaria, cabra cega, bola, dentre outros. A única diferença que se apresentava na época em relação às brincadeiras e de como eram vivenciadas, era a diferença entre as classes sociais burguesas e camponesas.

Essa relação começou a mudar por volta do século XVIII e XIX, quando as ordens religiosas representadas pelos moralistas rigorosos condenavam quase todas as formas de jogos imorais, o que antes era uma atitude de indiferença moral. Neste sentido, se inicia também um novo sentimento a infância, pois começaram a se preocupar em preservar a moralidade da criança, bem como educá-la proibindo jogos então classificados como maus, e recomendando-lhes jogos então reconhecidos como bons.

Sendo apenas permitida quando os jogos se referiam à instrução militar, por causa dos treinamentos. Dentre as brincadeiras e jogos mais populares se destacavam de acordo com Ariés (1981, p. 67):

[...] a cabra-cega, o jogo do assobio, a faca na bacia com água, o esconde-esconde, o passarinho voa, o cavaleiro gentil, o homem que não ri, o pote do amor, o rabugento, a berlinda, o beijo embaixo do castiçal, o berço do amor. Alguns desses jogos tornariam brincadeiras de criança, enquanto outros

conservariam o caráter ambíguo e pouco inocente que outrora fizera com que fossem condenados pelos moralistas.

Dessa maneira, pode-se dizer que por muito tempo os jogos e brincadeiras eram comuns a todas as idades e todas as classes, mas que ao longo da história passaram por diversas transformações que as deixaram sob formas mais modernas e rompidas entre as crianças e adultos, a partir de então cada um passou a ter comportamentos e olhar diferente para o fenômeno do brincar.

Sarmiento (2003) confirma essa ideia quando relata que na contemporaneidade, através da globalização a cultura da infância e sua história foram transformadas, pois a partir de então a criança e suas brincadeiras mudaram significativamente devido à esta ter acesso a programas de vídeo, de televisão, cinema, desenhos animados, jogos informáticos, jogos de construção, literatura infanto juvenil, parques temáticos, etc. Evidenciando formas diferentes nos modos de brincadeiras de antigamente para os dias atuais.

Essa transformação aconteceu quando a criança passou a ser reconhecida e a ser digna de preocupação a partir da conscientização da família e após sua entrada na escola, pois dessa maneira passou a ser vista como uma aposta para o futuro. Neste sentido, a criança passa a ter um ofício, a de aluno que passa a ter como atividade laboral a aprendizagem, fazendo com que esse modelo e padrão de formação de saberes científicos passe a ocupar o tempo e o espaço das rotinas das crianças, dessa forma no final do século XVIII e em meados do século XIX, a infância ocupa uma função na sociedade (BECKER, 2016).

Sarmiento (2005) ao estudar sobre a cultura da infância corrobora com essa ideia quando expõe que a infância é historicamente construída, a partir de um processo de longa duração tenso e contraditório, e que para se alcançar um status social e um lugar na sociedade foram vivenciadas ideologias e normativas de diferentes formas. A criança foi ao longo do tempo se autodescobrindo em meio a muitas transformações, sendo oprimida e humilhada em muitos casos e caracterizada como fraca diante de um adulto, evidenciando que estas transportam as marcas do tempo (BARBOSA, 2017).

Nessa perspectiva, Sarmiento (2007) ressalta que a criança por muito tempo foi considerada como um não adulto, características que se pode observar até os dias atuais, ou seja, ainda se negam as características da criança como um ser humano completo. A modernidade traz ainda uma norma para a infância de que essa não pode

ter sua opinião exposta, bem como ter tomada de decisões do que é bom ou não para ela, isto é, não tem voz e nem vez diante dos âmbitos sociais, o que dificulta o processo de conscientização no que diz respeito à infância.

Autores como Sarmiento (2005) e Becker (2016) destacam que ainda existe um afastamento do mundo da infância para o mundo do adulto, ficando evidente a ocultação das vozes das crianças tanto na sociedade quanto na academia, pois são identificadas como desprovidas de capacidade de reflexão da sua própria ação e vida. Mesmo que ao longo da história os comportamentos e ideologias em relação à infância tenham se modificado, ainda assim, na atualidade é possível identificar reflexos das ações passadas no que se refere à infância.

Para tanto, isso não significa dizer que as crianças não eram consideradas biologicamente como indivíduos, mas sim que a sociedade não admitia a existência da infância como uma classe diferenciada da dos adultos. De acordo com os estudos de Barbosa (2017) a construção social da infância foi historicamente baseada no princípio da negatividade, ou seja, foram negadas suas características, ações, capacidade, tudo por afirmar sua julgada incompetência. E somente na Modernidade a criança passa a ser olhada como um ser inacabado, ou seja, que está em pleno desenvolvimento e que tem necessidades de proteção e cuidados.

A modernidade operou na elaboração de um conjunto de procedimentos configuradores da administração simbólica da infância, isto é, construiu as normas e leis as quais suscitam sobre a vida das crianças na sociedade, contribuindo com novas formas no tratar dos infantis que por muito tempo foram vistos como objetos coisificados desprovidos de capacidade reflexiva (SARMENTO, 2004).

Considerar a alteridade da infância implica ter em linha de conta o conjunto de aspectos que a distinguem do Outro-adulto, o que significa o reconhecimento das culturas da infância como modo específico, geracionalmente construído, de interpretação e de representação do mundo. A participação das crianças tem que ser entendida também como importante no desenvolvimento de investigação junto a grupos que discutem a infância (FERNANDES; SARMENTO; TOMÁS, 2005).

Os autores apontam também que considerar e reivindicar as crianças, como seres competentes, racionais, no fundo, trata-se de considerar que a criança é parceira na investigação, partilha de todo o processo, integra um espaço

intersubjetivo, de forma genuína, efetiva e ética (SOARES; SARMENTO, ALMEIDA, 2005).

Para Sarmiento (2004, p.02) “Conhecer as ‘nossas’ crianças é decisivo para a revelação da sociedade, como um todo, nas suas contradições e complexidade”. As crianças, todas as crianças, transportam o peso da sociedade que os adultos lhes legam, mas fazendo-o com a leveza da renovação e o sentido de tudo é de novo possível.

Para tanto, faz-se necessário compreender e considerar que a infância está constituída pelas brincadeiras, porque está recheada de relações, enredos e desafios em que ganha destaque a sua natureza interativa em que o brincar é uma condição também de aprendizagem e sociabilidade, que vem acompanhando a infância desde a antiguidade em diferentes classes, modos, e características, e se faz presente na civilização humana seja em qual tempo a sociedade estiver.

Dessa maneira, é muito importante que a sociedade efetive a participação das crianças como atores sociais, rompendo assim padrões que estão enraizados desde os tempos da antiguidade, e ainda, fazer com que elas participem também dos processos de conhecimento sobre elas mesmas, para que se tenha um novo olhar e deixe-se de pensar em infância como os incompetentes, sem opiniões ou como meros objetos, e sim como cidadãos que tem voz e capacidade intelectual e em pleno desenvolvimento humano (BECKER, 2016; SARMENTO, 2007).

2.4 Contribuições do brincar para o desenvolvimento humano

O desenvolvimento humano corresponde de acordo com Berger (2016) a uma área de conhecimento que busca compreender como e porque as pessoas se modificam, e como e porque elas permanecem as mesmas nos vários momentos de sua vida à medida que envelhecem. Objetiva-se conhecer elementos que compõem a existência da vida dia após dia, ano após ano e de geração em geração.

Do mesmo modo, Feldman e Papalia (2013) apoiam essa ideia expondo que o campo do desenvolvimento humano concentra-se no estudo dos processos sistemáticos de mudanças e estabilidade que ocorrem nas pessoas, facilitando e contribuindo para que se entendam e aprendam a lidar com as transições e ciclos da vida.

Em relação aos estágios na vida do ser humano, Berger (2016, p. 03) ressalta cinco aspectos importantes que devem ser levados em consideração ao se abordar sobre o desenvolvimento do homem, que são os aspectos:

- 1) **Multidirecional:** a modificação nem sempre é linear. Ganhos e perdas, compensações e déficits, crescimento previsível e transformações inesperadas fazem parte da vida humana.
- 2) **Multicontextual:** cada vida humana deve ser entendida como pertencente a muitos contextos.
- 3) **Multicultural:** para conhecer os aspectos universais e específicos do desenvolvimento humano, muitas configurações culturais – cada qual com um conjunto distinto de valores, tradições e recursos para a vida – devem ser considerados.
- 4) **Multidisciplinar:** muitas áreas acadêmicas – especialmente psicologia, biologia, educação e sociologia, mas também neurociência, economia, medicina, antropologia, história, e outras – fornecem dados e ideias ao estudo do desenvolvimento.
- 5) **Plástico:** cada indivíduo, e cada característica de cada indivíduo, podem ser alterados em qualquer ponto da vida.

Nesse sentido, as características humanas podem e estão a todo instante sendo moldadas em diferentes formatos, isto é, estão sempre em um processo contínuo e em constante evolução. Dessa maneira, para compreender melhor a complexidade do ser humano Feldman, Papalia (2013) e Berger (2016) destacam três domínios predominantes para tal compreensão, que são: o domínio biossocial, cognitivo e psicossocial, cada um com características próprias, inter-relacionados afetando um ao outro, entretanto, embora seja organizado dessa forma o estudo do desenvolvimento é considerado holístico e dinâmico.

Nesse processo de mudanças também existem outros fatores que influenciam e afetam na maturação do sujeito além das características individuais de cada um, que são contexto histórico, socioeconômico e cultural de cada pessoa, pois cada uma vive em diferentes contextos no decorrer de sua vida, como: os lares, a comunidade e sociedade, porém estes três fatores não atuam isoladamente. Os autores mencionados afirmam que os seres humanos são seres sociais que desde o início da

vida se desenvolvem dentro de um contexto social (FELDMAN; PAPALIA, 2013; BERGER, 2016).

Assim sendo, é importante ressaltar que esse conhecimento em relação ao desenvolvimento humano foi construído ao longo dos tempos, pois no decorrer dos séculos surgiram várias teorias com o intuito de descrever, explicar e interpretar como acontece esse processo e sua importância para a vida do sujeito.

Entretanto, no século XVIII houve um enfoque maior por parte da sociedade científica em torno desta temática, devido à controvérsias nas discussões do filósofo inglês John Locke que sustentava a ideia de que uma criança pequena é uma *tabula rasa*, isto é, uma tela em branco – onde a sociedade se inscreve, e o filósofo Jean Jacques Rousseau acreditava que a criança nasce e se desenvolve de acordo com suas próprias tendências naturais positivas, se não for corrompida pela sociedade (FELDMAN; PAPALIA, 2013).

A partir de então, surgiram dois modelos contrastantes do desenvolvimento denominado, *modelo mecanicista*, nesse as pessoas eram analisadas como máquinas que reagem a estímulos do ambiente e o *modelo organicista*, sendo que nesse as pessoas eram analisadas como organismos ativos em crescimento que define seu próprio desenvolvimento. Durante muito tempo estes dois modelos sustentavam os debates e pesquisas em torno do desenvolvimento humano.

No entanto, por volta da primeira metade do século XX, surgiram outras teorias que ganharam destaque na sociedade por ampliar mais os estudos relacionados ao desenvolvimento humano e exercem influência até os dias atuais. Essas cinco perspectivas teóricas de acordo com Feldman e Papalia (2013, p. 58) são:

1. **Psicanalítica:** se concentra nas emoções e nos impulsos inconscientes;
2. **Da aprendizagem:** estuda o comportamento observável;
3. **Cognitiva:** analisa os processos do pensamento;
4. **Contextual:** que enfatiza o impacto do contexto histórico, social e cultural;
5. **Evolucionista/Sociobiológica:** considera as bases evolucionistas e biológicas do comportamento.

Essas teorias contribuíram e contribuem significativamente para o conhecimento em torno do desenvolvimento humano. Contudo, todas elas se diferem e tentam fornecer subsídios para a compreensão de como as experiências e o comportamento do indivíduo se modificam, além disso, nos dão pressupostos que favorecem as investigações relacionadas ao desenvolvimento do sujeito (BERGER, 2016).

Outra questão em comum entre as teorias é o estudo do ser humano conforme suas fases de desenvolvimento, isto quer dizer que abordam desde a sua concepção até o dia de sua morte, porém cada uma com suas especificidades. Nessa perspectiva uma das fases que sempre chamam muito a atenção, por ser o início de tudo é a fase que corresponde à infância.

Esta fase conforme as teorias do desenvolvimento estão divididas em três períodos: Primeira Infância do nascimento aos 3 anos; Segunda Infância dos 3 aos 6 anos e a Terceira Infância dos 6 aos 11 anos, pois assim, permitem melhor compreensão de todos os aspectos e complexidades que fazem parte da vida do ser humano, especialmente na infância (FELDMAN; PAPALIA, 2013; BERGER, 2016).

Ao longo da vida da criança, especificamente na fase do desenvolvimento infantil ocorrem diversas modificações no seu corpo sejam elas de aspecto físico ou psicológico. Berger (2016) destaca em relação a essas transformações que as mudanças no corpo e no cérebro permitem que as crianças explorem e dominem seu mundo, isto é, que nesse período ocorre à expansão do cérebro de maneira mais acelerada, facilitando a expansão das áreas dedicadas ao controle e à coordenação do corpo, das emoções e dos processos de pensamento (BERGER, 2016).

Na infância com a imaturidade do cérebro a criança fica mais vulnerável e propensa ao perigo, devido ainda, não possuir o controle de suas reações, em virtude do pequeno desenvolvimento do cérebro, e isso acaba influenciando nas formas e experiências das brincadeiras, pois os adultos acabam delimitando o tipo de brincadeiras que cada criança deve realizar, com o intuito de cuidar e prevenir possíveis acidentes e lesões infantis (BERGER, 2016).

A autora ressalta também que o crescimento de cada sujeito varia de acordo com a sua cultura e isso influencia seu cognitivo e funções motoras, como por exemplo, uma criança que nasce em uma região onde existe um mar e com a cultura de surfar tende a aprender com mais facilidade do que crianças que nascem em região

que não apresenta essa característica. Evidencia-se, que o desenvolvimento infantil apresenta muitas peculiaridades e complexidades ao longo de seu crescimento.

Grandes teóricos contribuíram com os estudos voltados para a criança, dentre eles pode-se destacar Jean William Fritz Piaget (1896-1980) e Lev Semenovitch Vygotsky (1896-1934), precursores de teorias sobre o desenvolvimento mais atual. Piaget (1971) teórico da teoria do construtivismo oferece importantes contribuições para o entendimento do fenômeno do brincar relacionado ao desenvolvimento humano, especificamente o desenvolvimento infantil, onde formulou e deu ênfase aos aspectos cognitivistas acentuando o caráter qualitativo das mudanças no desenvolvimento cognitivo.

Para Piaget (1971) o desenvolvimento ocorre a partir de quatro estágios pré-definidos, sendo eles: sensório-motor (zero a dois anos); pré-operatório (dois a sete anos); operações concretas (sete a doze anos); período das operações formais (doze anos em diante), estágios estes que marcam o surgimento das estruturas da inteligência.

No que se refere à classificação do brincar Piaget (1971) o descrevia como jogos de exercício sensório motor, jogos simbólicos e os jogos de regras, o que corresponde às características das estruturas mentais. Os jogos de exercício sensório-motor eram considerados como a primeira forma de envolvimento da criança com o brincar, caracterizados pela repetição de gestos simples que proporcionava prazer durante os próprios atos motores.

No que se refere aos jogos simbólicos a criança inicia as transformações de situações da realidade conforme sua imaginação é nesta etapa que surge o faz-de-conta. Na fase dos jogos de regras, a criança diminui seu interesse pelo simbólico, pois já está em uma fase mais avançada, este jogo tem um caráter mais social, com regras claras e criadas por um grupo, nesse sentido, envolve-se mais em jogos de competição e com parceiros, tornando tudo mais acirrado (PIAGET, 1971).

Para o autor, a criança utiliza os objetos imitando o uso real que os adultos fazem destes, como por exemplo, ao brincar levando uma colher à boca. Mais tarde, a criança consegue produzir imagens mentais dos objetos e, assim, lembrar e pensar sobre estes sem tê-los presentes. E, com a aquisição da linguagem falada, a criança passa a utilizar símbolos para substituir objetos.

A partir desse momento, ela pode tratar um objeto como se fosse outra coisa, como por exemplo, mexendo seu café com uma varinha, como se esta fosse a colher.

Esse tipo de comportamento é denominado de jogo ou brincadeira simbólica (também conhecido por faz-de-conta). Nesse jogo, um objeto substitui, ou melhor, representa outro, como no caso da varinha, que substituiu/representou a colher (PIAGET, 1971).

Quanto a isto, Bomtempo (2012) explica que a brincadeira simbólica é aquela na qual a criança progride da necessidade de experimentar alguma coisa para a habilidade de pensar sobre ela e pode ser observada no comportamento de dar novos significados e funções aos objetos, no ato de adotar e representar papéis sociais variados e, na iniciativa de sugerir temas e cenários para as brincadeiras.

Para Vygotsky estudioso da teoria Sócio-histórica, em seu livro *Formação Social da Mente* (1998), colabora significativamente para a compreensão dos fenômenos que ocorrem na vida da criança destacando especialmente o desenvolvimento da mente e suas dimensões na vida dos pequenos. Em relação a isso o estudioso menciona que “a criança à medida que se torna mais experiente, adquire um número cada vez maior de modelos que ela compreende” (VYGOTSKY, 1998, p. 18). Retratando assim, que novas experiências e vivências contribuem para o seu desenvolvimento e permitem vários tipos possíveis de ações a se realizarem no futuro.

Destaca ainda, que a mente da criança contém todos os estágios do futuro desenvolvimento intelectual, eles existem já na sua forma completa, esperando o momento adequado para emergir. Nesse sentido, ressalta ainda, que à atividade simbólica atribui uma função organizadora específica que invade o processo do uso de instrumento e produz novas formas fundamentais de comportamento (VYGOTSKY, 1998).

Vygotsky (1998) expõe também no que se refere aos aspectos cognitivos que o momento de maior significado no andamento do desenvolvimento deste, acontece quando a fala e a atividade prática se convergem, dando assim formas e significados a condição humana. Desta forma, a criança tem a capacidade de controlar o comportamento de outra pessoa e torna-se parte necessária de sua atividade prática, além disso, traz uma relação dinâmica entre a fala e a ação no decorrer do desenvolvimento da criança, pois promove a interação social desta.

Segundo Vygotsky (1998, p. 24):

Desde os primeiros dias do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social e, sendo dirigidas a objetos definidos, são retratadas através do prisma do ambiente da criança. O caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa através de outra pessoa. Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social.

Nesse sentido, verifica-se que a criança no seu processo de desenvolvimento está constantemente interligada com o ambiente ao seu redor, portanto, este exerce influência nas características que vai desenvolvendo ao longo de seu crescimento, isto é, a criança sempre interage com o ambiente para adquirir novas habilidades que a ajudarão a lidar com novas experiências futuras.

Dessa maneira, o brincar é de fundamental importância para a formação do ser humano, pois contribui significativamente para o desenvolvimento dos aspectos biológico, cognitivo, emocional e social. Sendo assim, a brincadeira é considerada como uma manifestação nobre nessa fase, porque através dela a criança pode se expressar e vivenciar a realidade de diferentes contextos em sua vida, evidenciando assim, que a brincadeira não é algo meramente prazeroso, mas sim, uma forma da criança conhecer o mundo ao seu redor (BICHARA, 2016).

Para tanto, Bronfenbrenner (2011) destaca que é preciso conhecer e compreender mais sobre o ser humano, como este cresce e lida com o outro, pois tudo que acontece e está ao seu redor tem influência e afeta sua forma de viver. Em acordo com sua afirmação, este autor propôs uma teoria, denominada de Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, que é útil no estudo dos vários aspectos do desenvolvimento humano. O tópico a seguir apresenta os principais pontos da referida teoria.

2.5 A Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner

Ao longo da história, especialmente no campo científico já ocorreram muitas mudanças em relação aos estudos voltados para a compreensão da interação do homem e o ambiente e seus efeitos no desenvolvimento do ser humano. Dentre as teorias desse campo de investigação está a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, que tem como principal autor o psicólogo norte americano Urie Bronfenbrenner (1917-2005), cuja teoria foi desenvolvida para compreender a

interação do sujeito com o ambiente e suas implicações no processo de desenvolvimento humano.

Em seu estudo Bronfenbrenner (1996) ao desenvolver a teoria, afirma que os métodos empregados nas teorias que estudavam a interação do homem e o ambiente não atribuíam atenção necessária sobre os processos evolutivos desta, e que os trabalhos empíricos não conferiam ênfase adequada a respeito desse aspecto.

Além disso, ressalta que as teorias que abordavam sobre o desenvolvimento e a relação com o ambiente, não se atentavam para o comportamento da pessoa em mais de um contexto e a relação que isso pode acarretar na vida desse indivíduo (CECCONELLO; KOLLER, 2016). Dessa forma, Bronfenbrenner (1996) propôs um novo modelo científico apropriado para estudar o desenvolvimento, denominado modelo bioecológico, que busca abarcar as diferentes formas de interação das pessoas com o ambiente, visando entender essa dinâmica não somente a partir da função do ambiente, mas sim a partir da relação do ambiente e as características da pessoa em desenvolvimento. Isto é, propõe novos elementos que interagem e dinamizam esse processo (BRONFENBRENNER, 2011).

A teoria envolve a interação de quatro núcleos: o processo, a pessoa, o contexto, e o tempo conhecido também como **Modelo PPCT (Pessoa, processo, contexto e tempo)**. O autor salienta que o núcleo denominado **processo** é o principal mecanismo responsável pelo desenvolvimento, que é visto através de processos de interação recíproca, progressivamente mais complexa de um ser humano ativo, biopsicologicamente em evolução, com as pessoas, objetos e símbolos no seu ambiente imediato (BRONFENBRENNER, 2011). Bronfenbrenner (2011, p.47) menciona que para que haja processos proximais é necessária a presença de cinco aspectos.

- a) Para que o desenvolvimento ocorra, é necessário que a pessoa esteja engajada em uma atividade;
- b) Para ser efetiva, a interação deve acontecer em uma base relativamente regular, através de períodos estendidos de tempo, não sendo possível ocorrer de modo efetivo durante atividades meramente ocasionais;
- c) As atividades devem ser progressivamente mais complexas, por isso a necessidade de um período estável de tempo;
- d) Para que os processos proximais sejam efetivos, deve haver reciprocidade nas

relações interpessoais;

- e) Para que a interação recíproca ocorra os objetos e símbolos presentes no ambiente imediato devem estimular a atenção exploração, manipulação e imaginação da pessoa em desenvolvimento (BRONFENBRENNER, 2011, p. 47).

Sendo que cada um desses aspectos possibilita uma definição melhor sobre os processos proximais. Evidencia ainda que existem muitas peculiaridades que precisam ser levadas em consideração quando se tratar de pesquisas que envolvem a interação entre as pessoas, pois cada sujeito tem características próprias, bem como também faz parte do ambiente no qual vive.

Nesse sentido, Bronfenbrenner e Morris (1998) destacam que se faz necessário compreender os efeitos que o processo proximal produz, sendo estes efeitos: 1 - competência, que se refere à aquisição e desenvolvimento de conhecimento, habilidades e a capacidade de conduzir e direcionar seu próprio comportamento, tanto de maneira isolada como também através do conjunto entre o intelectual, físico, socioemocional, motivacional e artístico.

Outro efeito seria o de 2 - disfunção, que se refere às manifestações constantes de dificuldades em manter o controle do comportamento diante de diversas situações no decorrer do desenvolvimento. Os autores revelam ainda, que os resultados que se apresentam diante desses dois efeitos, dependem da natureza do ambiente onde eles ocorrem; isso significa dizer que em ambientes favoráveis ou estáveis, a pessoa tende a ter mais facilidade em desempenhar suas habilidades e a ter comportamentos assertivos, pois o ambiente proporciona tais manifestações (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998).

Da mesma forma, os autores mencionam que em ambientes desfavoráveis, a disfunção que a pessoa apresenta tende a ser mais frequente e severa, ocasionando impactos desfavoráveis no desenvolvimento da pessoa. Para tanto, Cecconello e Koller (2016) afirmam que o impacto das manifestações de competência ou disfunção no desenvolvimento das pessoas em relação à ambientes favoráveis ou desfavoráveis, influencia na qualidade dos processos proximais e isso pode ser tanto de aspecto positivo quanto de aspecto negativo.

Outro núcleo considerado por Bronfenbrenner (2011) é a **pessoa**, pois neste modelo a pessoa é considerada a partir de suas características determinadas biopsicologicamente e por aquelas construídas na sua interação com o ambiente.

Essas características são vistas como produtos do desenvolvimento, uma vez que constituem um dos elementos que influenciam a forma, a força, o conteúdo, e a direção dos processos proximais e ao mesmo tempo são resultados da interação conjunta dos elementos-processo, pessoa contexto e tempo.

Assim no modelo bioecológico, o desenvolvimento está relacionado com a estabilidade e mudança nas características biopsicológicas da pessoa durante seu ciclo de vida (CECCONELLO; KOLLER, 2016).

Bronfenbrenner e Morris (1998) destacam que no modelo bioecológico, as características influenciam os processos proximais. Dessa forma, os autores denominam três grupos de características pessoais que atuam no desenvolvimento, que são: características de disposição, recurso e de demanda. Cada uma apresenta uma dinâmica no modo de olhar a relação do sujeito com o ambiente.

No que se refere às características de disposição, os autores ressaltam que existem duas características que podem contribuir com os processos proximais ou interferir efetivamente, que são as características generativas e inibidoras e são disposições comportamentais ativas. As características generativas possibilitam que o sujeito tenha a tendência de ser mais assertivo e engajar-se em uma atividade sem muitas dificuldades; essa característica possibilita a autoeficácia diante do seu desenvolvimento, no entanto, as características inibidoras representam a dificuldade que a pessoa tem em manter o controle e a lidar com suas emoções (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998).

Outro aspecto importante envolvendo a pessoa e que influencia seu engajamento nos processos proximais, que os autores revelam, são os recursos constituídos por duas disposições psicológicas e as deficiências que representam as condições que limitam ou inibem a integridade funcional do organismo, tais como, defeitos genéticos e deficiência física ou mental. Evidenciam ainda, como última característica a demanda que são atributos pessoais de cada sujeito, capazes de favorecer ou inibir os processos proximais.

Dentro dessa dinâmica, pode-se verificar que as características da pessoa exercem influência significativa no modo como ocorre seu desenvolvimento, bem como na maneira como se relaciona com o ambiente através de seus processos proximais. Para tanto, Bronfenbrenner (2011) revela o núcleo chamado **contexto**, que permite analisar por meio de quatro níveis ambientais, denominados: Microsistema, Mesossistema, Exossistema e Macrossistema.

Nesse sentido, para cada nível apresentado dentro do contexto o autor apresenta suas peculiaridades e formas de identificação em diferentes ambientes, que contribuem para uma maior compreensão da influência do ambiente para o desenvolvimento da pessoa em vários contextos (BRONFENBRENNER, 2011).

Bronfenbrenner (1996), expõe que o microsistema é caracterizado por um conjunto de relações interpessoais experienciados pela pessoa em desenvolvimento nos ambientes que mais frequenta e estabelece relações face a face. É nesse contexto que as relações são bem próximas e com mais vínculos íntimos onde operam e se efetivam os processos proximais. Afirma que “é o complexo de relações entre a pessoa em desenvolvimento e o ambiente imediato no qual está contida” (BRONFENBRENNER, 2011, p. 23).

Do mesmo modo, destaca que o mesossistema consiste num conjunto de microsistemas em que a pessoa frequenta e estabelece também relações proximais; este sistema é ampliado sempre que a pessoa passa a frequentar novos ambientes, isto é, não está inserido diretamente, o núcleo exossistema consiste em ambientes que a pessoa não frequenta como participante ativo, mas este ambiente influencia indiretamente no seu desenvolvimento.

Em relação ao macrosistema Bronfenbrenner (2011) destaca que se refere ao padrão global de ideologias, valores, religiões, crenças, formas de governo, culturas presentes na vida da pessoa e que influenciam seu modo de ser. Além disso, assim como preconiza o modelo bioecológico, o **tempo** possibilita examinar a influência para o desenvolvimento humano, de mudanças e continuidades que ocorram ao longo do ciclo de vida.

Neste modelo, o tempo é analisado em três níveis: Microtempo, Mesotempo e Macrotempo (BRONFENBRENNER, 1996). Assim sendo, por meio da base teórica pode-se compreender sobre o desenvolvimento humano na perspectiva da interação do sujeito com o ambiente, mediante quatro núcleos inter-relacionados: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo, visto que, a teoria possibilita vários níveis de análise, maior aproximação dos fenômenos investigados e uma visão contextualizada sobre determinado ambiente (CECCONELLO; KOLLER, 2016), por conseguinte, esta teoria permitirá abranger os conhecimentos em relação aos espaços do brincar na casa de acolhimento institucional que este estudo propõe.

3 ESPAÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL COMO CONTEXTO ECOLÓGICO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Essa seção objetiva realizar uma discussão inicial a respeito do percurso histórico da legislação e da prática de acolhimento institucional no Brasil. Apresenta-se inicialmente o começo dessa modalidade e as mudanças que foram ocorrendo com o passar do tempo até chegar nos dias atuais, evidenciando os aspectos legais que regem os serviços e as novas concepções que passaram a ser adotadas após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

3.1 Sobre a legislação no cenário nacional: os principais marcos legais

A prática de abrigo já vem ocorrendo no Brasil desde o período colonial, crianças e adolescentes já eram submetidos a condições de abrigadas nas instituições assistenciais da época. Sendo que, na maioria dos casos, advinham de famílias que viviam em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social, problemas estes que acontecem até os dias atuais, evidenciando que crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social ainda são um dos grandes desafios enfrentados pela sociedade brasileira (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

De acordo com os autores mencionados, o abrigo institucional teve início no período colonial, em meados do século XVI, e tinha como finalidade acolher bebês abandonados pelas mães que recorriam às portas das igrejas para deixarem seus filhos, com o propósito de ocultar a desonra na família ou por não ter condições financeiras para criá-los.

Esse processo era chamado de Rodas dos Expostos e somente foi extinto no Brasil no período da República. Entretanto, outros modelos de institucionalização passaram a ser adotados no país, não com o objetivo de cuidar e zelar, de fato, pelo direito à infância, mas sim com o objetivo de fazer uma “limpeza” nas ruas das capitais brasileiras.

Na época não se tinha uma atenção voltada para a criança visando o seu bem-estar e desenvolvimento saudável. As crianças eram vistas apenas sob o ponto de vista legal, jurídico, não sendo levados em consideração os múltiplos fatores que permeiam seu desenvolvimento (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Foi somente por meio da reforma do Estado Lusitano, realizada por Marquês de Pombal, que este cenário se modificou, entretanto, não com um viés de amparo, mas sim com o intuito de reordenação do espaço urbano (FRANCISCO; LUIGI, 2015).

No ano de 1923, foi criado e aprovado o Serviço de Assistência e Proteção à Infância, serviço este destinado aos menores abandonados e delinquentes. Posteriormente, em 1924, foram criados o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores e o Abrigo de Menores. Ainda nesse ano, surgiu a primeira figura do Juiz de Menores, voltada especificamente para o atendimento de crianças (RIZZINI; RIZZINI, 2004). Com isso, o Estado assumiu a responsabilidade pela tutela de crianças órfãs e abandonadas.

Para tratar das situações de vulnerabilidade da criança, isto é, a higienização da infância no Brasil, em 1927, consolidou-se o primeiro Código de Menores, por meio da Lei nº. 17.943-A. Este código estipulou um modelo de classificação e intervenção no tratamento de crianças que viviam em condição de extrema pobreza e situação de rua para os modelos policiais, concepções estas que legitimaram a visão de que toda criança abandonada era um delinquente e precisava de recuperação (RIZZINI; PILOTTI, 2009). Foi por meio do código de menores que a criança e o adolescente passaram a ter uma faixa etária de atendimento perante a justiça, que seria de 0 a 18 anos de idade, mas, sempre com o cunho de correção.

Desde então, iniciou-se no Brasil uma verdadeira “cultura de institucionalização”, como afirmam Rizzini e Rizzini (2004), pois esse tipo de aplicação da lei nos modelos policiais foi considerado por muito tempo como o último recurso para o Poder Judiciário. Dessa forma, várias gerações de crianças passaram sua infância e adolescência institucionalizadas com o objetivo de correção, sendo que esse modelo de atuação judicial manteve-se até meados da década de 1980, funcionando como um órgão centralizador do atendimento oficial ao menor.

Para modificar esse cenário, em 1986, foi criada a *Comissão Nacional Criança e Constituinte*, que marcou uma nova fase de transição política rumo ao processo de redemocratização a respeito da legislação voltada para a infância no país.

No ano de 1988, aconteceu uma grande modificação na legislação brasileira, pois foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, em 05 de Outubro de 1988. A Constituição asseguraria o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna (BRASIL, 1988). O

documento também trouxe mudanças no que se refere à infância, pois, contemplou a prioridade absoluta da criança ressaltando no capítulo VII (Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso), especificamente no Art. 227, que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1988, Art. 227).

Após essas mudanças na legislação no cenário Nacional, a criança e o adolescente passam a ter um novo olhar sob o aspecto jurídico e assistencial, isto é, passa a ter prioridade absoluta. Dessa maneira, aos poucos o paradigma de “menores delinquentes” e em situação de risco foi desaparecendo. Entretanto, somente a Constituição Federal não seria suficiente para garantir os direitos das crianças e adolescentes no Brasil.

Sendo assim, aprovou-se em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei Federal nº. 8.069, de julho de 1990, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente (BRASIL, 1990). Dessa forma, com a promulgação do ECA (1990), o abrigo no Brasil passou a ter um novo direcionamento, exercendo o papel de cuidado e zelo pela integridade física, emocional e social de crianças e adolescentes que são afastados da convivência familiar, exercendo um novo papel no amparo e zelo dos direitos destes que antes viviam às sombras da sociedade e eram considerados como delinquentes.

Partindo da análise da legislação sobre a criança e o adolescente prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), é possível verificar, conforme o Artigo 4º, que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Conforme preconiza o estatuto o abrigo passa a ser uma medida de proteção integral, para a criança e o adolescente que sofrem violações de seus direitos, ou seja, sujeitos a riscos e a diversos tipos de negligência, como violência, abuso e exploração sexual, tráfico de droga ilícita, etc. Representa, portanto, um novo marco na trajetória

de crianças e adolescentes em situação de abrigo no país, especialmente no que tange às políticas públicas e à sua cidadania.

3.1.1 Política de serviços para crianças e adolescentes pós-ECA

A história da institucionalização brasileira é longa, e com o passar do tempo sofreu muitas modificações no que se refere à legislação, especialmente em relação à criança e ao adolescente em risco social e pessoal. Com a promulgação do ECA (1990) o Brasil passou por uma série de reformulações na forma de funcionamento dos abrigos para crianças e adolescentes, que começaram a ser considerados sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento.

Diante de tal contexto, o ECA trouxe uma nova concepção de infância e adolescência, onde saíram de “objeto de tutela”, conforme o código de menores (1979) para “sujeitos de direitos” (BRASIL, 1990). A partir de então, foram preconizadas modificações em relação ao serviço de acolhimento institucional, que buscam romper com os velhos paradigmas na prática de internação, exclusão e controle que haviam antes da legislação estabelecida.

Conforme os preceitos da ECA (1990, p.56) artigo 98, o principal objetivo do acolhimento institucional é a proteção integral, provisória e excepcional de criança e adolescente que sofre violações de seus direitos, visando sempre o retorno destes a família de origem, ou se não for possível, a colocação em família substituta – parágrafo único artigo 101 do ECA.

Além disso, o ECA preconiza que toda criança tem o direito à liberdade de ir e vir, e “é dever do Estado, da família e da sociedade garantir o exercício de todas as necessidades básicas do ser humano”, Constituição Federal (1988), em seu artigo 227. Nesse sentido, no Brasil com o intuito de zelar e enfrentar os desafios que envolvem a política da infância relacionada ao acolhimento institucional foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, representadas por entidades governamentais e não-governamentais da sociedade civil, por meio de Resolução Conjunta nº. 1, de 18 de junho de 2009, o documento Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (MDS, 2009).

Formuladas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS em 2008 com o objetivo de traçar as diretrizes para as modalidades de serviços

de acolhimento destinados à medida de acolhimento institucional. O documento aborda sobre os princípios, as orientações metodológicas e os parâmetros de funcionamento para as diversas modalidades de serviço de acolhimento que norteiam os serviços de acolhimento de crianças e adolescentes.

Isso somente foi possível a partir de um Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA em 2003, que identificou o descompasso existente entre a legislação e a realidade de serviços de acolhimento no Brasil. A pesquisa realizou-se em 584 serviços de acolhimento para crianças e adolescentes co-financiados com recursos do MDS e representou um marco na mobilização nacional para a discussão acerca do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2009).

Esse processo teve início no ano de 2002, com a Caravana da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, ganhando impulso, em 2004, após a publicação da pesquisa, quando o Ministro Chefe da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos – SEDH e o Ministro de Estado do MDS, apoiaram a causa e apresentaram subsídios para o CONANDA e ao CNAS, para a elaboração do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, ressalta-se que além dos órgãos governamentais a sociedade civil teve uma participação importante na construção coletiva do Plano Nacional.

No documento de Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (MDS, 2009), foram definidos vários pontos norteadores e estabelecidos desde os recursos humanos necessários para o funcionamento até as condições de materiais para oferecer serviços adequados para esse público, de acordo com os pressupostos do ECA (1990) e SEDH (2006). Demonstrando, dessa maneira, que após a vigência do ECA novos serviços e olhares foram sendo estabelecidos para a infância e o acolhimento institucional no Brasil.

Para tanto, é importante destacar que no decorrer desse processo já ocorreram muitas alterações no que alude ao serviço de acolhimento institucional, sendo uma delas a Lei Nacional da Adoção - Lei Nº 12.010 de 3 de agosto de 2009, que foi instituída apresentando uma nova disposição sobre a adoção e alterando algumas resoluções do ECA (1990), que após 19 anos ainda não tinha sofrido nenhuma alteração. Foi então por intermédio da Lei nº 12.010/2009, cujo o objetivo é de incorporar mecanismos para assegurar sua efetiva implementação e composição de

regras para “*fortalecer e preservar a integridade da família de origem*” (grifo dos autores, p.28), que houve a primeira modificação em relação às medidas protetivas.

Do mesmo modo, a lei realiza alterações no termo “abrigo” que passou a ser substituído por “acolhimento institucional”, com o objetivo de fortalecer e preservar os vínculos familiares e a reintegração familiar (BRASIL, 2009), sendo que, por esse motivo optou-se pelo termo acolhimento institucional ao invés de abrigo.

Além disso, a lei busca estabelecer novos prazos para a permanência e o período que os infantes ficam no serviço de acolhimento, que passa a ser de acordo com o artigo 19 da referida lei o período de até 02 (dois) anos, garantindo o retorno para a sua família de origem e ou para a família substituta.

No entanto, em relação ao tempo que a criança e adolescente passam na casa de acolhimento Magalhães e Oliveira (2018, p. 40) destacam que:

Em que pese os esforços governamentais e da sociedade de um modo geral para garantir os direitos da criança e do adolescente a convivência familiar e comunitária, o tempo que as crianças e os adolescentes permanecem em instituição de acolhimento ainda é prolongado. Tal realidade contradiz o que a legislação brasileira preconiza, que determina o caráter provisório e excepcional do acolhimento institucional.

Do mesmo modo, enfatizam que estas medidas não são vistas como mecanismos de proteção, mas sim de punição, ocasionando diversos sentimentos nos infantes. Luvizaro e Galheiro (2011) em estudo realizado sobre o cotidiano e o habitar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional, corroboram com essa ideia quando afirmam que um dos principais desafios das políticas para a proteção dos infantes e adolescência no Brasil tem sido a de colocar na prática o que vigora na legislação, pois ainda passam muitos anos nas casas de acolhimento, apesar da lei falar sobre o caráter excepcional e provisório.

Para garantir a excepcionalidade do afastamento do convívio familiar, o Art.130 do ECA (1990, p. 66) estabelece que “verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais e ou responsáveis, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum”.

Resguardando, dessa forma, os direitos da criança e do adolescente. Em relação à promoção de qualidade dos serviços de acolhimento, o ECA prevê ainda ações de fiscalizações e controle social, realizadas através de Conselhos Municipais e rede socioassistencial a fim de realizar tais fiscalizações no que diz respeito à criança e adolescente.

Quanto às questões relacionadas ao convívio familiar todos os esforços devem ser empreendidos no sentido de mantê-lo, a não ser que seja uma medida de caráter excepcional que traga graves riscos à sua integridade física e ou psíquica. Para tais questões o ECA (BRASIL, 1990, arts. 92, 93 e 94) assinala a importância das instituições de acolhimento em assumir um caráter residencial para facilitar o contato familiar e a reintegração familiar.

De acordo com as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009), o acolhimento não deve ser visto como uma privação dos direitos a convivência comunitária, pelo contrário, a parceria e o contato com a comunidade favorecem e facilitam a construção de vínculos e um bom convívio.

Do mesmo modo, Cruz, Cardoso e Matos (2018, p. 110) afirmam que é importante planejar ações que favoreçam a interação das crianças e dos adolescentes entre si e com os contextos que frequentam, como a escola, a comunidade e instituições religiosas, pois facilita a reintegração familiar. Destaca-se ainda que tal medida deve ser importante, uma vez que promove o fortalecimento, a emancipação e a inclusão social das famílias, por meio do acesso às políticas públicas e às ações comunitárias (BRASIL, 2009).

Sendo que ainda, em conformidade com o ECA (BRASIL, 1990, arts. 14 e 23) deve-se considerar que se faz necessário assegurar a família o acesso à rede de serviços públicos que possam potencializar as condições de oferecer a criança e adolescente um ambiente seguro, que possibilite melhores condições de vida a todos.

Portanto, no contexto de acolhimento infantojuvenil a “organização do ambiente deve atender às necessidades das crianças e adolescentes para que se desenvolvam de modo satisfatório, facilitando sua adaptação em um ambiente desconhecido” (REIS, et al. 2018, p. 92). Percebe-se que diversas mudanças ocorreram pós ECA no que se refere a legislação, bem como as discussões em torno da política da infância por órgãos governamentais e da sociedade civil, possibilitando assim, mesmo diante de muitos desafios novos rumos em direção ao que se refere aos serviços de acolhimento institucional no Brasil.

Diante disso, reafirma-se a importância da garantia dos direitos de crianças e adolescentes, assim como a relevância da aplicação das Medidas de Proteção às crianças e aos adolescentes em serviço de acolhimento institucional, para que dessa forma, possam desenvolver-se e conviver em uma sociedade justa.

3.2 Espaços de acolhimento institucional como contexto ecológico e lugar de brincadeiras

Ao longo dos anos vários estudos têm sido realizados sobre o desenvolvimento humano e sua interação com o ambiente ao qual está inserido e a influência que isso exerce sobre a vida do ser humano. Nesse sentido, Bronfenbrenner (2011) argumenta que reconhecer o ambiente físico e social do sujeito permite conhecer e compreender as dimensões do seu desenvolvimento.

Além disso, Becker (2016), Gomes (2016), Menezes e Bichara (2016) ressaltam que os ambientes que rodeiam a vida das crianças exercem grande influência sobre o seu desenvolvimento, devido ser considerado também um promotor da condição biopsicossocial dos infantis. Rosa et al. (2010) corroboram com essa ideia, pois enfatizam que o contexto ambiental é constituído a partir da influência de inúmeros aspectos como a cultura, o social, o psicológico, o histórico, dentre outros.

Neste sentido, é preciso compreender o universo da criança, isto é, entender que ela faz parte e pertence a um contexto de desenvolvimento com vários aspectos e dependendo de como se apresenta marca a sua vida e contribui ou não para o seu desenvolvimento. Bomtempo e Conceição (2014, p. 506) em relação a isto dizem que “sempre haverá uma dialética entre o ambiente e a criança, pois ela atua e é afetada ao mesmo tempo por este meio a qual está inserida”. Dessa forma, ter a compreensão sobre estes aspectos possibilita maior entendimento a respeito da sua inserção em qualquer contexto de desenvolvimento e a maneira pela qual vem crescendo.

Rosa et al. (2010) em seu estudo afirma que a criança atua e é afetada ao mesmo tempo pelo ambiente no qual está inserida, demonstrando que existe uma relação e interação recíproca entre o ser humano e o ambiente. Do mesmo modo, Bomtempo e Conceição (2014) destacam que o ambiente não é determinador de um desenvolvimento saudável, mas um provável facilitador das condições saudáveis ao processo de amadurecimento, ou seja, a criança é ser ativo e integrado ao seu contexto.

Na visão de Bomtempo (1999) e Bichara (2011) o contexto em que a criança vive permite que se relacione de forma concreta, adapte e recrie novos conhecimentos para si, a partir do brincar. Além disso, afirmam que o conteúdo, formas e frequências de brincadeiras dependem, em grande parte, da qualidade do ambiente destinado a elas, tanto em termos das características físicas (dimensão, topografias e

equipamentos) quanto das sociais (localização, pessoas presentes, cultura, entre outros aspectos).

Evidenciando que não basta ter apenas um olhar sob o espaço físico, é preciso compreender e ter a percepção de que os contextos onde ocorre o brincar da criança, também são locais de interações, cultura e socialização.

Dessa forma, estudar sobre os contextos em que a criança está inserida e se desenvolvendo representa um grande avanço no que diz respeito ao desenvolvimento humano, pois esta faz parte de um todo e entender essas particularidades permite ampliar o olhar sobre suas demandas biopsicossociais. Neste sentido, conhecer a realidade dos espaços de acolhimento institucional é muito importante, visto exercer um grande papel no que diz respeito à vida de crianças e adolescentes.

Em relação a isso Cavalcante e Cruz (2018) afirmam que é importante prestar atenção e conhecer as características do ambiente físico e social das instituições de acolhimento, para que se possa compreender e avaliar os fatores que agravam ou minimizam os efeitos da institucionalização e seus reflexos no desenvolvimento humano, e ainda melhorar a qualidade do cuidado oferecido aos infantis nesses contextos.

Alguns estudos (MAGALHÃES; CORRÊA, 2015, CAVALCANTE; CORRÊA, 2012; ROSSETTI-FERREIRA, SERRANO & COSTA, 2011, CRUZ, 2014, CAVALCANTE, 2008) destacam que as instituições de acolhimento se apresentam como um contexto ecológico de desenvolvimento humano, uma vez que, além de serem vistas como importantes medidas de proteção social à infância vulnerável ao abandono são também ambientes com aspectos físico e social, onde acontece interação entre os sujeitos e o espaço e experiências de vida.

Pinto e Bichara (2018) corroboram também com essa ideia quando afirmam em seu estudo que as dimensões e características dos espaços físicos de uma instituição contribuem para a qualidade das práticas humanas que ali ocorrem, sejam como facilitadoras ou dificultadoras. Demonstrando, portanto, a importância de se conhecer os espaços dentro das instituições de acolhimento, pois dessa maneira, acredita-se que poderá haver mais estimulação e promoção de atividades de formas variadas, explorando a potencialidade e capacidade de cada criança.

Em vários estudos realizados sobre ambientes e espaços como contextos de desenvolvimento em instituições de acolhimento, evidenciou-se que a relação do sujeito com o ambiente a qual ele convive interfere sobre os aspectos importantes do

desenvolvimento das crianças e adolescentes acolhidos.

Um desses estudos que destacam a respeito disso é o estudo de Cavalcante e Cruz (2018), que abordam sobre a qualidade do ambiente para o desenvolvimento de crianças em situação de acolhimento e as características do ambiente institucional como fatores de agravamento ou melhoras nos efeitos da institucionalização para o desenvolvimento, além disso, afirmam que “relacionar os diferentes aspectos do ambiente institucional pode melhorar na qualidade do cuidado oferecido à criança” (CAVALCANTE; CRUZ, 2018, p. 33).

A despeito disso, as autoras afirmam que características ambientais ao cuidado de crianças devem ser avaliadas e discutidas da seguinte forma:

1-a proporção adulto/criança; 2-o tamanho do grupo quando bebês, crianças de 1 a 2 anos e para as mais velhas; 3-a taxa de rotatividade dos profissionais; 4-a existência de relacionamento estável com um único cuidado; 5-a presença de espaço limpo, coloridos, adaptado para a criança brincar; 6-o planejamento flexível das atividades cotidianas; 7-a oferta do cuidador com certo nível de conhecimento sobre desenvolvimento infantil; 8-o perfil de cuidador que seja positivo, envolvido e responsivo a criança; 9-o investimento na capacitação do cuidador para estimular a exploração sensoriomotora e o desenvolvimento da linguagem em diferentes situações; 10-a atenção permanente com a saúde e a segurança do espaço (CAVALCANTE; CRUZ, 2018, p. 22).

Mediante esses aspectos considera-se que estas características físicas e sociais possibilitam efeitos mais positivos. Da mesma forma, as Orientações técnicas para Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009) enfatizam que a organização física dos espaços deve ser adequada, permitindo melhor conforto e bem estar para todos os usuários da instituição. Portanto, compreender esses fatores é relevante, tendo em vista que cada componente ao entorno dos infantis contribui para a construção da sua identidade, intimidade, privacidade bem como seu bem estar (CAVALCANTE; CRUZ, 2018).

Para tanto, Bronfenbrenner (1996) salienta que os objetos e os símbolos, como partes do ambiente exercitam a atenção e imaginação da pessoa em processo de desenvolvimento, isto é, é importante organizar e preparar o ambiente para fomentar qualidades nas relações e no convívio.

Em relação aos espaços de brincadeira em instituição de acolhimento Magalhães e Oliveira (2018, p. 42) destacam que:

As instituições devem proporcionar uma gama de atividades, oportunidades de interações, espaços físicos adequados, e especificamente, estimular e

promover o brincar livre ou estruturado como forma de garantir o pleno desenvolvimento infantil. Para tal, devem ser criadas estratégias e ambientes específicos que favoreçam a aproximação das crianças com as brincadeiras, sendo de suma importância oportunizar a criação de um espaço estruturado voltado ao lúdico: as brinquedotecas.

De acordo com as autoras estes espaços proporcionam e favorecem o desenvolvimento em todos os aspectos, tais como, motor, cognitivo, afetivo, autonomia, criatividade e cooperação, além disso, estimulam o relacionamento entre as crianças e adultos. Do mesmo modo, destacam que este espaço torna-se adequado para a equipe técnica observar as atividades cotidianas das crianças e adolescentes que se expressam através das brincadeiras.

Em relação a isso, as autoras ressaltam a respeito da brinquedoteca que esse deve ser um espaço construído dentro da instituição para proporcionar e estimular a ludicidade e o brincar entre as crianças e os adolescentes acolhidos. “O ambiente da brinquedoteca, em geral, é um espaço exclusivo dentro da instituição em que os acolhidos o utilizam de forma direcionada” (MAGALHÃES; OLIVEIRA, 2018, p. 41).

Destacam ainda, que é fundamental a presença de adultos na brinquedoteca, estes devem ser sensíveis as inúmeras demandas dos infantis, devem observar os comportamentos e quando possível permitir que as crianças resolvam seus conflitos e demandas. Outro ponto, também abordado pelas autoras é quanto aos cuidadores serem flexíveis quanto às regras e disciplina impostas, é preciso também que haja incentivo e um rol diversificado de brincadeiras, propiciar momentos de relaxamento, bem-estar, envolver-se de forma ativa nas brincadeiras em conjunto com elas, pois isso gera benefícios e ganhos desenvolvimentais para ambos.

Kishimoto (1998), apoia essa ideia quando salienta que a brinquedoteca é um local propício para estimular a criatividade, devendo ser preparada de forma que seus espaços incentivem a brincadeira, dramatização, a construção, a solução de problemas, a socialização e o desejo de inventar.

Pinto e Bichara (2018, p. 50) corroboram com essa ideia quando afirmam que “as dimensões e características dos espaços físicos de uma Instituição contribuem para a qualidade das práticas humanas que ali ocorrem, sejam como facilitadoras ou dificultadoras”. Isto é, o ambiente e a forma como se apresenta influenciam no comportamento e nas brincadeiras, revelando que ter espaços diversos dentro do contexto institucional é de suma importância.

Estudo realizado por Johnson et al. (1999) revela que os ambientes disponíveis

sejam eles abertos ou fechados, áreas internas e externas, proporcionam diferentes modos na elaboração de brincadeiras e no comportamento de interações das crianças. Ressalta ainda, que projetar os espaços melhora a adesão, desempenho das crianças possibilita mais variedades nas brincadeiras.

Nesse sentido, Rasmussen (2004) aponta que é necessário compreender o significado que as crianças dão para seus espaços de brincadeiras, pois dessa forma, haverá uma melhor organização e planejamento dos espaços, já que as crianças sinalizam significados diferentes dos adultos em relação aos espaços.

Em sua pesquisa o autor revela a relevância de entender a distinção desses espaços para as crianças, isto é, aqueles planejados pelos adultos apropriados para elas, e os espaços não planejados apropriados por elas. Destaca-se que mesmo em locais que apresentam estruturas, ricas e variadas, as crianças preferem e optam por locais que elas mesmas criaram.

Cotrim e Bichara (2013) em pesquisa realizada aponta para uma diferenciação entre os tipos de brincadeiras encontradas, em relação ao gênero dos brincantes e a forma de participação dos adultos nas brincadeiras de acordo com os locais públicos planejados e não planejados. Sendo que em locais para as crianças predominavam as brincadeiras de exercício físico e nos locais não planejados houve predominância de brincadeiras de regras.

Segundo Pinto e Bichara (2018, p. 57):

Espaços bem dimensionados, limpos, com elementos da natureza, equipamentos modernos, bem cuidados e que não ponham em risco a saúde das crianças, são muito desejáveis para que as crianças se sintam acolhidos, confortáveis e possam exercer atividades saudáveis junto com seus parceiros.

Mostrando que é preciso garantir, proporcionar e zelar pelos espaços onde ocorre a brincadeira, e ainda, respeitar os significados e apropriação que a criança faz sobre o lugar, pois como as autoras colocam “não adianta ter um espaço apropriado e estruturado se as crianças não podem acessá-los ou não podem fazê-lo de forma espontânea e autônoma (PINTO; BICHARA, 2018).

No estudo de Silva e Barros (2018) sobre “cantinho do recado em instituições de acolhimento”, espaço criado para os acolhidos expressarem suas opiniões, desejos, valores, ou seja, todos os aspectos que consideram importantes de ser compartilhados. Destacam a importância da organização dos espaços dentro das instituições, pois de acordo com os resultados da pesquisa em relação ao tema,

mostraram que essas intervenções de direcionar a organização de espaços para alguma atividade, possibilitam um olhar individualizado sobre cada acolhido, e ainda, é um meio de expressão de opiniões, desejos, valores e sentimentos, que contribui e fortalece a comunicação entre todos.

Para tanto, Bronfenbrenner (1996) considera que o desenvolvimento enquanto processo onde o ser humano amplia suas concepções a partir da interação com o meio ao qual está inserido, permite que haja sempre a reestruturação de atividades no ambiente em níveis de complexidade semelhante ou maior em forma de conteúdo.

Cruz e Gonçalves (2018) salientam que dentro das instituições de acolhimento é preciso criar locais que atendam às necessidades do público alvo, e ainda, que acolham e permitam o engajamento e contato direto com todos da instituição, além disso, apontam que é necessário respeitar as individualidades, desejos e momentos de silêncio e raiva de cada um, bem como também utilizar os espaços criados para as atividades como ferramentas para proporcionar momentos de interação com a família e a comunidade.

De acordo com Bronfenbrenner (2011) para compreender a complexidade do desenvolvimento humano é preciso também estudar o contexto onde ele ocorre. Nesse sentido, Reis et al. (2018) em seu estudo revela que em contextos de acolhimento institucional é necessário que sejam disponibilizados objetos, mobiliários e equipamentos apropriados para facilitar a adaptação e satisfação dos acolhidos.

Assim como também salientam que:

A possibilidade de inexistir quaisquer mobiliários ou objetos que não sejam reconhecidos como seus, e que tais objetos e móveis são utilizados por todos sem uma regra, pode proporcionar aos acolhidos o senso de não pertencimento, e ao mesmo tempo, atuando como mais um fator de risco para este indivíduo. A necessidade de reconhecimento por parte da equipe técnica e dos educadores que trabalham sobre a importância dos mobiliários ou objetos individuais ou pessoais pode proporcionar aos acolhidos o senso de não pertencimento e o desenvolvimento de sua identidade autônoma, enquanto sujeitos de direitos, construindo autoestima positiva em seu percurso desenvolvimental (REIS et al., 2018).

Evidenciando, que entender esses aspectos é relevante para a manutenção do bem estar e da qualidade dos serviços dentro desses espaços. Destaca-se ainda, que é necessário o engajamento e a percepção de todos para que minimamente sejam sanadas as dificuldades existentes nesse contexto e preservada assim a integralidade do ser.

Cada vez mais, estudiosos ressaltam que as instituições de acolhimento têm funcionado como uma medida social com muitas vantagens para as crianças, já que oferece segurança, bem estar, assim como também acolhimento, moradia e cuidados diários (CAVALCANTE; MAGALHÃES; PONTES, 2007).

Dessa forma, os espaços de brincadeira dentro do contexto de acolhimento institucional podem fornecer às crianças possibilidade de desenvolvimento, bem como também a elaboração do sofrimento, traumas, e sentimentos negativos, vivenciados durante o seu desenvolvimento (PEDROSO et al., 2016).

Nesse sentido, Winnicott (1997) destaca que “o contexto ambiental em que as experiências de vida da criança acontecem tem papel primordial na relação com o mundo externo e os processos de constituição psíquica do sujeito”. Nessa perspectiva o autor resalta que o brincar é um dos processos iniciais de fundamental importância que acontecem na vida do ser humano, e que precisam ser valorizados onde o ser humano estiver, pois sempre estará em processo desenvolvimental.

Segundo Bichara e Becker (2016) a brincadeira ocorre através do processo exposto pela cultura e pela dinâmica das relações, características culturais da região e do contexto onde ocorre. Evidencia-se a relevância de compreender os diversos contextos que acontecem o brincar, tendo em vista que cada um oferece suas peculiaridades e influencia diferentemente neste processo.

A respeito disso, Gomes (2016) destaca que o brincar seja no contexto de abrigo ou não, permite conhecer o significado e reconhecimento cultural das crenças que fazem parte das relações sociais da criança, visto que, são nas brincadeiras que se encontram as suas experiências, expectativas e significados. Isto é, é na brincadeira que se encontram elementos importantes para a compreensão do processo formativo da criança.

Neste sentido, abordar sobre o brincar da criança em diferentes contextos é um grande desafio, especialmente no ambiente de abrigamento, uma vez que é preciso compreender como elas ressignificam os espaços e objetos, e ainda como escolhem suas brincadeiras, já que este é um espaço diferente da qual foi inserida inicialmente quando nasceu.

Bomtempo (1999) e Bichara (2016) em relação a isso expõem que os contextos onde ocorrem o brincar são de suma importância para o desenvolvimento infantil, devido possibilitar que a criança o explore de acordo com o seu ritmo, autocontrole suas atividades, bem como realize uma série de descobertas.

Portanto, nessa perspectiva apresentada considera-se importante as questões referentes às brincadeiras no contexto de acolhimento institucional, visto que, como pode-se observar são fundamentais para a compreensão dos fenômenos que envolvem a complexidade do desenvolvimento do ser humano, ressalta-se ainda que temas como estes sejam mais discutidos e abordados, levando em consideração que o ambiente tem um papel significativo na vida dessas crianças.

3.3 Estado da arte sobre o brincar de crianças em acolhimento institucional no Brasil

Para ampliar o conhecimento sobre a temática desta pesquisa realizou-se um levantamento bibliográfico com várias produções científicas, com o intuito de investigar pesquisas que abordassem sobre o brincar dentro das instituições de acolhimento institucional, especificamente com o foco voltado para o brincar da criança nesse ambiente.

Para cumprir, tal objetivo, buscou-se coletar, enumerar, organizar e analisar artigos, dissertações e teses sobre o tema proposto. Nesse sentido, para a discussão dos resultados foram identificadas 22 (vinte duas) pesquisas, sendo que apenas 10 dos estudos investigados traziam em seus resultados mesmo que indiretamente discussões sobre o brincar de crianças em situação de acolhimento institucional.

Inicialmente, foi realizada uma busca sistematizada nas bases de dados, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library online – SCIELO, para abranger o maior número de artigos e na base de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, com o intuito de abarcar dissertações e teses.

Para tanto, utilizou-se os descritores mencionados no quadro 2, escolhendo o período de 2008 a 2018, em razão desse tempo corresponder aos anos seguintes do sancionamento da Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, e ainda envolve os estudos mais atualizados referentes à criança em acolhimento institucional.

É importante destacar, conforme levantamento realizado que existem muitas pesquisas em nível mundial que tratam a temática de crianças em acolhimento institucional, entretanto, optou-se nesta revisão somente para pesquisas realizadas no Brasil, a fim de conhecer a realidade que se apresenta nessa temática, buscando

compreender os possíveis déficits e ou avanços nessa área de pesquisa no país.

Ressalta-se, que no decorrer do processo para a escolha dos descritores fez-se necessário algumas adequações para que fossem de fato alcançados os objetivos propostos neste levantamento, como a alteração do termo casa de acolhimento institucional – *institutional host house* – para a palavra abrigo – *shelter*, devido ser uma nomenclatura que faz parte das modalidades relativas ao acolhimento de crianças e adolescentes e o mais usado quando se refere a esse público. A partir dessas alterações houve um aumento expressivo de produções relativas a esse termo, dessa forma, iniciou-se a seleção das pesquisas.

A fim de localizar as produções específicas sobre o “brincar da criança no abrigo”, foram eleitas primeiramente as pesquisas através da leitura do título de interesse. Nesse momento detectou-se um número acentuado de estudos que se referiam a outros contextos e sobre distintas abordagens que não se remetiam especificamente ao contexto de abrigo, tornando-se uma dificuldade na busca de trabalhos que envolvem essa temática.

Foram excluídas, portanto, pesquisas que tratavam sobre a criança em diferentes contextos como em ambientes hospitalares, comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas, espaços de instituições não governamentais voltados para a assistência da criança em diversas áreas culturais, sociais e educacionais.

Encontrou-se também muitos estudos voltados para o brincar e o desenvolvimento infantil na área da educação nos contextos de Unidade de Educação Infantil e nas escolas, ou que abordavam sobre outras problemáticas, como acolhimento institucional de outras populações, como mulheres e idosos. Quando o título não trazia informações suficientes, o texto era selecionado para ser lido na íntegra e avaliado se seria realizado sua inclusão ou não. Os estudos encontrados e selecionados estão descritos no quadro a seguir.

Quadro 2- Pesquisa científica conforme descritores no período compreendido entre 2008 a 2018

Nº	DESCRITORES	QUANTIDADE TOTAL DE PRODUÇÕES	QUANTIDADE TOTAL APÓS SELEÇÃO INICIAL
01	Brincadeiras no abrigo	704	18
02	Crianças; brincar e abrigo	5.867	26
03	Percepção da criança sobre o brincar no abrigo	4.873	12
04	Desenvolvimento infantil e brincadeira no abrigo	5.246	11
05	O brincar e interações de criança no contexto de abrigo	5.316	19
	Total	22.006	86

FONTE: Dados da Pesquisa, 2019.

Ao término das buscas identificou-se um total de 22.006 (Vinte e dois mil e seis) pesquisas no período de dez anos, entretanto, somente a partir das análises dos títulos, que ocorreu a seleção de 86 (Oitenta e seis) estudos para a leitura dos resumos, uma vez que apenas estes reportavam para a temática principal. Ao realizar a leitura dos resumos, a maioria dos estudos tinham como foco principal os aspectos psicológicos, o funcionamento do abrigo, desenvolvimento infantil, saúde, cuidadores/monitores das instituições, adoção, infância, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, políticas públicas de assistência em abrigo, dentre outros, as pesquisas com essas perspectivas continuaram sendo desconsideradas para a análise, pois não estavam de acordo com os objetivos traçados.

Contudo, foram mantidos os estudos que priorizavam o brincar e as interações no ambiente, bem como as que abordavam sobre a percepção da criança a respeito do brincar, além de pesquisas que consideravam a infância na casa de acolhimento institucional. Após essa seleção permaneceram 22 (vinte e uma) pesquisas. Desse universo foram separados 09 (nove) artigos científicos, 09 (nove) dissertações e 04 (quatro) teses de doutorado, que foram escolhidos e lidos integralmente para subsidiar a discussão.

Quadro 3- Sistematização dos artigos sobre o brincar de crianças em situação de acolhimento institucional conforme título, autoria, periódicos, bases de dados e ano de publicação

Nº	TÍTULO	AUTORIA	PERIÓDICOS	BASE DE DADOS	ANO
01	A mágica do jogo e o potencial do brincar	Roberta Purper Brandão e Maria Inês Garcia de Freitas Bittencourt	Revista Mal-Estar e Subjetividade	Lilacs	2010
02	Considerações sobre o cotidiano e o habitar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em abrigo	Nathália Azevedo Luvizaro e Sandra Maria Galheigo	Revista Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo	Lilacs	2011
03	Do faz de conta à realidade: compreender o brincar de crianças institucionalizadas vítimas de violência por meio do brinquedo terapêutico	Karina Jorgino Giacomello e Lucciana de Lione Melo	Ciência & Saúde Coletiva	Portal de Periódicos CAPES	2011
04	Caretaking Behavior among Siblings in Children's Shelters	Lília Iêda Chaves Cavalcante, Lígia Negrão Costa, & Celina Maria Colino Magalhães	Psicologia: Reflexão e crítica	SciELO	2012
05	Avaliação do Desenvolvimento de crianças de 6 a 12 anos	Andreza Mourão Lopes e Janari da Silva Pedroso	Revista Paraense de Medicina	Lilacs	2013
06	Avaliação do crescimento e desenvolvimento de crianças institucionalizadas	Caroline Magna Pessoa Chaves, Francisca Elisângela Teixeira Lima, Larissa Bento	Revista Brasileira de Enfermagem - REBEN	Lilacs SciELO	2013

		de Araújo Mendonça, Ires Lopes Custódio e Érica Oliveira Matias			
07	Infância e contextos de vulnerabilidade social – A atividade lúdica como recurso de intervenção nos cuidados em saúde	Edda Bomtempo e Mirían Ribeiro Conceição	Boletim Academia Paulista de Psicologia	Scielo	2014
08	Processos de significação sobre família em brincadeiras de crianças em acolhimento institucional	Pedro Paulo Bezerra de lira e Maria Isabel Pedrosa	Psicologia teoria e Pesquisa	Scielo	2016
09	Brincar e Realidade: Verbalizações de crianças em situação de Acolhimento Institucional	Janari da Silva Pedroso, Caroline Pinheiro Lobato e Celina Maria Colino Magalhães	Psicologia em estudo	Scielo	2016

FONTE: Dados da Pesquisa, 2019.

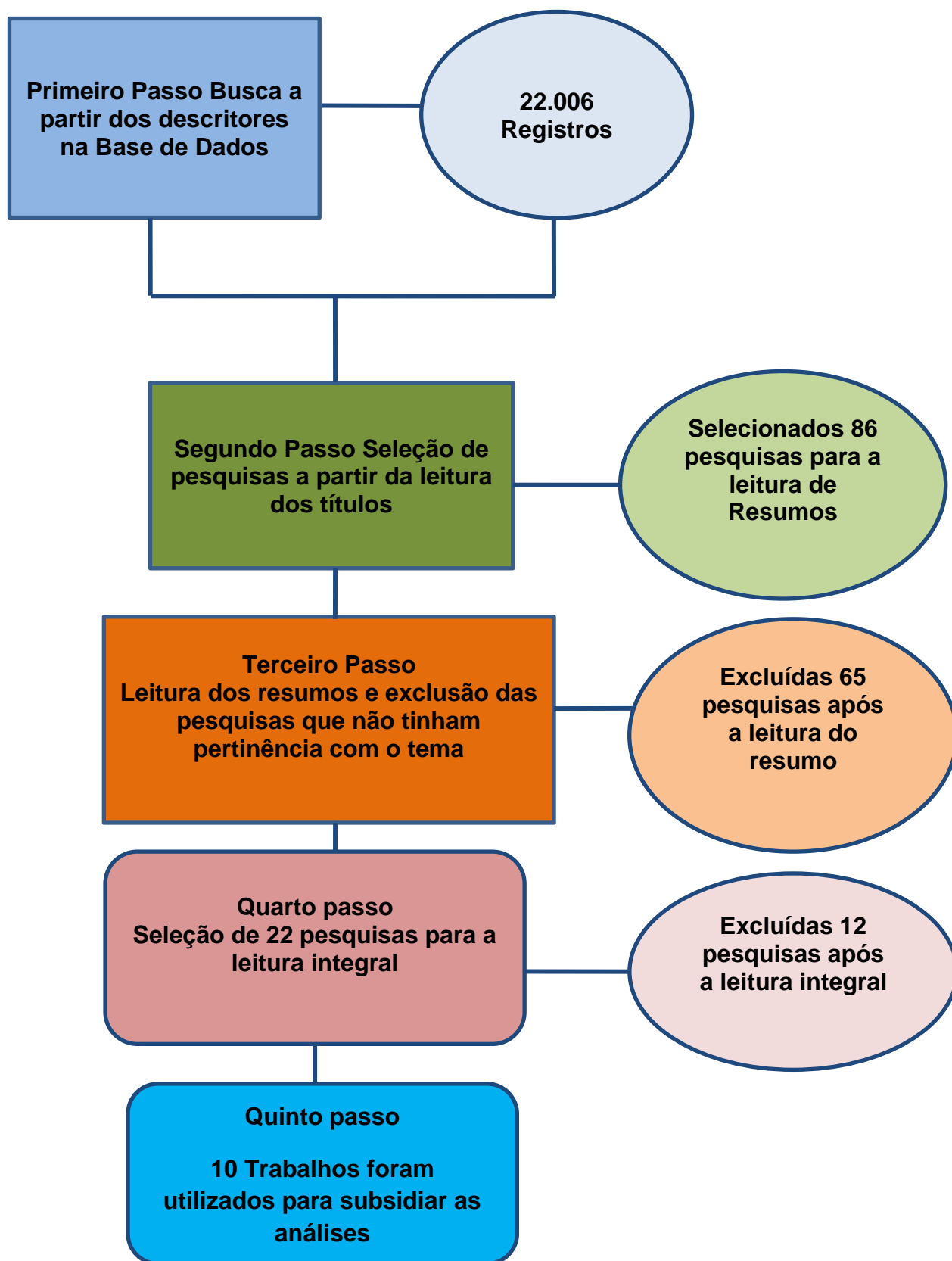
Quadro 4- Dissertações e teses selecionadas para a leitura analítica sobre o brincar da criança e abrigo, conforme título, autoria, instituição, natureza e ano de publicação

TÍTULO	AUTORIA	NATUREZA	INSTITUIÇÃO	ANO
A interação entre a criança abrigada e seu cuidador: o vínculo na institucionalização	Gabriela Golin	Dissertação	Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS	2010
Acolhimento Institucional na assistência à infância: reflexões a partir da experiência de um abrigo	Carina Ferreira Guedes	Dissertação	Universidade de São Paulo Instituto de Psicologia	2013
Brincadeiras simbólicas em situação estruturada de crianças em acolhimento institucional	Camila Lima Filocreão	Dissertação	Universidade Federal do Pará	2013
Avaliação psicopedagógica de crianças em acolhimento	Marcilene Alves Pinheiro	Dissertação	Universidade Federal do Pará	2013
Mediação pedagógica no acolhimento institucional e as práticas socioeducativas com crianças e adolescentes nas relações de conflitos	Fernanda Carvalho Ferreira	Dissertação	Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS	2014
A compreensão de crianças em situação de acolhimento institucional acerca dos seus direitos	Blenda Carine Dantas de Medeiros	Dissertação	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2015
Relações de amizade de adolescentes em situação de acolhimento institucional: fatores de riscos e de proteção	Amanda Cristina Ribeiro da Costa	Dissertação	Universidade Federal do Pará	2016

A infância na percepção de crianças em acolhimento institucional no Município de Santarém- Pará	Milca Aline Colares Gualberto	Dissertação	Universidade Federal do Oeste do Pará	2017
Crianças em acolhimento institucional: brincadeiras, espaços e interações	Luísa Sousa Monteiro Oliveira	Dissertação	Universidade Federal do Pará	2014
Brincadeiras de crianças abrigadas – Estudo etnográfico em instituição de acolhimento	Sonia Cristina de Oliveira	Tese	Universidade Federal de Mato Grosso	2014
A infância das crianças pequenas no contexto de acolhimento institucional: narrativas de meninas e meninos na casa (lar)	Roseli Nazario	Tese	Universidade Federal de Santa Catarina	2014
Interações e relações de bebês em contextos de acolhimento familiar e institucional	Gabriella Garcia Moura	Tese	Universidade de São Carlos	2017
Serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes na região metropolitana de Belém: os ambientes, os acolhidos e os educadores	Laiane da Silva Corrêa	Tese	Universidade Federal do Pará	2016

FONTE: Dados da Pesquisa, 2019.

Figura 1- Fluxograma do caminho percorrido para a seleção dos artigos, dissertações e teses para as análises



FONTE: Elaborado pela pesquisadora, 2019.

Dentre as pesquisas selecionadas pode-se citar a tese de doutorado em “Brincadeira de crianças abrigadas - Estudo etnográfico em instituição de acolhimento” de Oliveira (2014), a qual teve como finalidade investigar o brincar no contexto de abrigo, e saber como as brincadeiras se ajustam ou se integram como um instrumento de acolhimento, desenvolvimento e de aprendizagens para a vida social das crianças, em uma casa de acolhimento localizado na cidade de Cuiabá- Mato Grosso.

O estudo trata-se de uma pesquisa etnográfica com amostra envolvendo cuidadores e um grupo de 30 a 40 crianças de 2 a 5 anos residentes da instituição, que discute a relação das brincadeiras como instrumento de trabalho clínico para acessar a subjetividade infantil. Como instrumento a pesquisadora utilizou roteiro de observações, apontamentos em diário de campo, registro de vídeo e áudio, sendo coletados os dados no período de 57 visitas e 70 episódios descritos. Para a análise dos dados da entrevista utilizou-se a técnica de análises de conteúdo de Bardin e para os outros instrumentos a análise descritiva.

Os resultados apontaram que as brincadeiras e as significações no cotidiano da instituição revelam aspectos importantes da rotina, da experiência e história de vida das crianças, mostra ainda, que as brincadeiras ajudam a criar laços afetivos, enriquecem as interações entre elas e ajudam na elaboração das perdas, evidenciam-se ainda, que a brincadeira dá voz às crianças e as possibilita ações de autonomia e autoria.

As brincadeiras por ela identificadas nos seus resultados indicaram que mais vale a interação dos sujeitos do que os objetivos da instituição, outro destaque é que a rotina e o atendimento da instituição implicam diretamente na organização, espontaneidade e autonomia para o brincar das crianças, revela que a brincadeira organizada pelos adultos não tem o mesmo significado para as crianças, pois foi identificado que estas sentem-se mais livres quando elas próprias criam e recriam suas brincadeiras.

Outra pesquisa que trouxe resultados significativos para a discussão dessa temática é o estudo de Nazario (2014), que estudou sobre a importância da infância das crianças pequenas no contexto de acolhimento institucional, apresentando como objetivo principal analisar as experiências das crianças inseridas em um programa de acolhimento institucional, a partir de suas próprias narrativas. A pesquisa foi de natureza etnográfica, com a participação de crianças de 0 a 06 anos, ao longo de 14

meses. Os instrumentos empregados, foram anotações escritas, filmagens e fotografias, usadas para interpretar essas narrativas.

O autor revela que as relações, experiências e interações dentro do ambiente institucional acontecem com mais recorrência nos momentos de brincadeira, resultado que pôde ser identificado a partir da categorização de 07 (sete) cenas do cotidiano das crianças sobre suas interações e o modo como relacionavam-se com o ambiente, estas categorias destacavam sobre o jeito de ser criança, a interação entre os pares e os espaços de brincadeiras.

Além disso, os resultados demonstram que a ação de brincar fornece elementos para a ampliação do conhecimento em torno das infâncias nesse contexto. Ademais, destacou-se que a brincadeira está presente nos mais variados lugares como sala, refeitório, parque interno e externo e quartos, em horários matutino, vespertino e noturno, com diferentes brinquedos.

Corroborando e destaca também, que o brincar é uma atividade social pertencente ao período da infância, como averiguou-se no contexto de acolhimento, e ainda que estes modos de ser criança ajuda quanto aos prejuízos e danos causados por conta da institucionalização.

Nessa perspectiva Filocreão (2013) ressaltou também elementos importantes sobre as brincadeiras em situação estruturada de crianças em acolhimento institucional, especificamente a brincadeira simbólica, esse estudo apresentou como proposta descrever, categorizar e analisar o conteúdo das brincadeiras simbólicas de crianças em acolhimento institucional, priorizando as expressões lúdicas referentes à vida institucional e familiar.

Neste estudo optou-se pelo método de investigação qualitativa, com a participação de 10 crianças entre cinco e oito anos que se encontravam na instituição. A coleta de dados ocorreu por meio de sessões de interação lúdica em uma sala específica, com duração de 30 minutos cada. Para a análise foram tabelados os dados de caracterização dos participantes. Para as entrevistas realizou-se análise de conteúdo qualitativo.

A pesquisa expõe que as crianças no abrigo representavam papéis relacionados ao círculo familiar - filho, pais, irmãos, avós, etc., conforme a apresentação da rotina institucional e as pessoas que frequentavam o ambiente. Tais resultados foram possíveis a partir de duas categorizações centrais encontradas que foram "Brincando de abrigo" e "Brincando de família", onde na primeira categoria por

meio de situações estruturadas, pode-se observar a reprodução da vida na instituição, tais como a representação dos espaços, reconhecimento da rotina, dos jogos e brincadeiras, relacionamentos e entretenimento.

A segunda categoria retratava as brincadeiras cuja temática representava a convivência em família e a interpretação de papéis relacionados ao círculo familiar, tais como pais, irmãos, avós etc., os quais retratavam a rotina e os relacionamentos familiares. Dessa forma, pode-se salientar que a brincadeira pode ser um ambiente seguro no qual a criança consegue expressar a sensação de perda e demolição do principal referencial de segurança que conhecia durante toda a vida, no caso a família.

O autor expõe que em situação de brincadeira as crianças conseguiram dar significados e mostrar suas concepções atribuídas a relacionamentos e a sua rotina em diferentes contextos, revelam o que pensam e o que querem. Outro dado importante que a pesquisa mostrou é que as brincadeiras simbólicas possibilitam a representação de papéis relacionados à família, já que estas reproduziam comportamentos vivenciados em seus lares antes de estarem na casa de acolhimento.

Na pesquisa de Oliveira (2014) denominada “Crianças em acolhimento institucional: brincadeiras, espaços e interações”, objetivou-se investigar os contextos de brincadeiras existentes em uma instituição de acolhimento infantil em Belém-PA, como microssistema através da análise das atividades, interações e papéis.

Utilizou-se na pesquisa, diário de campo para anotações, filmagens e observações sistemáticas, participaram 10 crianças de cinco a seis anos, de ambos os sexos com tempo de acolhimento que variou de um a 12 meses. Os dados foram analisados mediante técnica de análise descritiva.

Os resultados apontam que as brincadeiras mais frequentes na instituição de acolhimento investigada é a brincadeira simbólica, seguida da brincadeira de contingência social e exploratória. Além disso, as temáticas estão relacionadas e variam de acordo com o gênero, as meninas preferiam brincar de brincadeiras relacionadas com a vida familiar e os meninos com temáticas que envolvem super heróis. Reforçando, a existência de opções ao escolher as brincadeiras quando se trata de meninos e meninas.

Identificou-se ainda na pesquisa que os espaços influenciam nas escolhas das brincadeiras e nas interações entre os parceiros dentro da instituição, além disso, averiguou-se que essa relação com ambiente influencia na vinculação dos acolhidos.

Outro estudo que proporciona e vem ressaltando o protagonismo da criança foi à pesquisa de Medeiros (2015) intitulado “A compreensão de crianças em situação de acolhimento institucional acerca dos seus direitos”, cujo objetivo foi investigar como crianças com cinco anos de idade, acolhidas em uma organização não governamental na modalidade Casa Lar, situada na cidade de Caicó – RN, compreendem seus direitos, levando em conta suas experiências e vivências cotidianas.

Utilizou-se na pesquisa métodos participativos, a fim de potencializar a expressão infantil, bem como o uso de jogos, vídeos e fotografias. Fizeram parte da pesquisa dez crianças e adolescentes. Foi realizado o uso de técnicas participativas, entrevistas semiestruturadas e observação dos participantes no seu cotidiano, além disso, rodas de conversas que possibilitaram momentos de brincadeira.

Os dados foram catalogados em um *corpus* para serem analisados individualmente de forma que cada um fosse visualizado e desse o significado de suas vivências relativas ao tema da pesquisa. Destaca-se que esse estudo não teve como finalidade a investigação do brincar da criança na casa de acolhimento, no entanto, em seus resultados surgiram fatos relevantes sobre esse aspecto.

A criança ao ser abordada sobre sua percepção e conhecimento a respeito dos seus direitos, ao responder a pergunta informou que o único direito que conhecia era o direito de brincar, salientou-se ainda que as crianças verbalizaram sobre a importância e a necessidade de que fosse uma atividade garantida a todos.

A pesquisa de Giacomello e Melo (2011) intitulada “Do faz de conta à realidade: compreendendo o brincar de crianças institucionalizadas vítimas de violência por meio do brinquedo terapêutico”, teve como objetivo compreender a criança vítima de violência por meio de brinquedo terapêutico. Apresentou como proposta a pesquisa qualitativa fenomenológica, através desse método procurou-se desvelar e explicitar a rotina diária dos sujeitos, e através dos comportamentos evidenciados nos momentos de brincar conhecer tal realidade.

No estudo participaram três crianças, um menino de cinco anos e duas meninas, uma de cinco e outra de seis, com um total de quatro sessões terapêuticas com cada, sendo que na ocasião a criança ficava a vontade para escolher os brinquedos dentro da caixa. Cada sessão tinha a duração de 45 minutos, estas só brincavam quando eram convidadas, utilizaram a técnica de Unidades de significado para analisar os resultados.

Essa pesquisa, portanto, traz contribuições muito relevantes para a importância da brincadeira dentro dos ambientes de acolhimento institucional, pois em seus principais resultados apontam que as crianças vítimas de violência ao brincar de faz de conta mostram suas facetas do passado, presente e futuro, revivem comportamentos de adultos e situações cotidianas, trazem várias vezes em seu discurso assuntos relacionadas aos seus familiares.

Demonstrou-se também, que se faz necessário à existência de espaços e atividades que proporcionem a brincadeira, tendo em vista que se confirmou que por meio das sessões com o brinquedo a criança conseguia expressar seus sentimentos, suas fantasias, desejos e experiências vividas. Outro destaque apresentado refere-se aos profissionais, onde aponta que estes precisam estar mais preparados para atender as demandas relacionadas ao brincar.

A pesquisa de Cavalcante, Costa e Magalhães (2011) abordou sobre o comportamento de cuidado entre irmãos, com o objetivo de identificar formas particulares de manifestação do comportamento de cuidado em crianças com e sem irmãos em uma instituição de acolhimento na região metropolitana de Belém. Essa pesquisa diretamente não visava compreender o brincar da criança na casa de acolhimento, uma vez que buscou apontar diferenças na proporção de eventos como ajudar, cuidar, compreender e estabelecer contato afetivo. Entretanto, o brincar surgiu como um dos pontos importantes na discussão dos resultados.

Participaram da pesquisa crianças de idade entre dois e quatro anos, meninos e meninas, mediante sessões de observações em áreas de uso em comum por apresentar livre acesso e um intenso fluxo de pessoas. Os resultados indicaram que crianças com irmãos no abrigo apresentavam o comportamento de cuidado em suas brincadeiras e que as demonstrações de afeto (abraços, beijos, e carícias) eram predominantes entre todas as crianças.

Na pesquisa “Acolhimento institucional na assistência à infância o cotidiano em questão” de Guedes (2013) salienta-se que os diversos momentos do cotidiano são constituídos por modelos de práticas sociais que formaram a assistência à infância. Este estudo teve como objetivo mostrar como os modelos de assistência estão presentes nos diversos momentos institucionais.

Para alcançar os resultados foi utilizada como campo de análise a escrita de cenas e fragmentos da experiência de trabalhos desenvolvidos pela pesquisadora no abrigo. Os principais resultados retratam que a concepção de universalidade presente

no Estado de bem-estar social para assuntos ligados à infância é fundamental para a construção de políticas públicas e práticas sociais éticas e democráticas.

A pesquisa evidenciou que a brincadeira está presente no cotidiano das crianças e adolescentes e serve como estratégia de vida, sendo que cada um apresentava em suas formas de brincar subjetividades distintas e que por mais que a brincadeira executada por uma criança fosse repetida pela outra, não tinha o mesmo significado, sentido e efeito.

O estudo de Lira e Pedrosa (2016) retratam os processos de significação sobre família em brincadeiras de crianças em Acolhimento institucional. Participaram da pesquisa 24 crianças, sendo 15 meninos e 09 meninas com idade de 03 a 07 anos, que estavam pelo menos um mês em acolhimento.

Para a coleta e análise dos dados foram realizadas sessões vídeo gravadas com grupo de quatro crianças, cada um foi convidado a brincar de família com diversos objetos desempenhando os personagens, a sessão tinha a duração de 33 minutos, estas foram observadas pelas pesquisadoras.

Os resultados destacados apontam que as crianças ao brincar de família sinalizam fragmentos perceptivos e interpretativos a respeito desse objeto social, apresentam-se também aspectos de como é ser determinado integrante do grupo familiar em suas relações com os demais.

Ressaltou-se também, que no momento de brincadeira de papéis familiares à compreensão da criança sobre a dinâmica relacional da rede social na qual está inserida configura-se como substrato ao qual as significações sobre a família efetivam-se. Ademais, na situação de brincadeira estas vivenciam significações sobre o ser família, considerando diferentes configurações familiares explicitando relações horizontais e verticais de seus membros, isto é, as crianças revivem momentos que tiveram antes de estar em acolhimento, sendo estas vivências positivas ou não.

Outro destaque foi que as brincadeiras revelaram compreensões sobre a família de forma similar à de outras crianças de mesma idade em contextos de não acolhimento, brincando a criança mostra fragmentos de sua compreensão, apropria-se de informações e as reproduz de maneira interpretativa singular.

O estudo de Pedroso, Lobato e Magalhães (2016) versou sobre “O brincar e as verbalizações de crianças em situação de acolhimento institucional”, cujo objetivo era analisar as verbalizações de crianças em situação de acolhimento institucional acerca de suas formas relacionais no ambiente.

Participaram cinco meninas e um menino ambos na mesma faixa etária entre cinco e sete anos. Foram utilizados como instrumentos maquete, bonecos de pano e brinquedos diversos, e um formulário com perguntas abertas e fechadas de múltiplas escolhas, outrossim, foram realizadas sessões gravadas individualmente com cada criança com duração de 30 minutos.

A coleta dos dados efetivou-se a partir de um experimento com a maquete que visava estimular nas crianças a repetição e a simbolização de suas experiências, assim possibilitando as verbalizações e suas percepções. A análise foi sistematizada a partir da análise de conteúdo de Bardin.

Sendo assim, essa pesquisa trouxe como principais resultados que as experiências de brincar de uma criança em contexto de abrigo possui a função de possibilitar que ela seja capaz de deslocar para o brinquedo seus sentimentos e conflitos internos, e permite a conseqüente repetição de situações satisfatórias, a simbolização das experiências e a atribuição de sentido e significado ao seu viver.

Outro ponto importante destacado foi que o brincar representa para a criança uma maneira para inserir-se na realidade concreta, pois, por meio dele, ela deixa de ser uma simples espectadora e assume o papel de agente transformador no seu meio. O estudo revela ainda, que o contexto de abrigo pode desempenhar o papel de ambiente facilitador do desenvolvimento emocional e social das crianças que nele vivem, do mesmo modo, pode exercer o papel substitutivo a esse ambiente faltoso, isto é, pode vir a ser suficientemente bom e facilitar a espontaneidade intrínseca à infância, o desenvolvimento emocional e maturacional, e a criatividade inerente à condição de estar vivo.

Portanto, a partir dos estudos que compuseram esta revisão, pode-se concluir que se faz necessário desenvolver mais pesquisas voltadas para o brincar das crianças em situação de acolhimento institucional, e que se amplie o número de estudos que foquem sobre os diferentes aspectos da brincadeira e sua relação com os benefícios para a vida do ser humano.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta seção visa apresentar o percurso metodológico percorrido no proceder da prática da pesquisa para alcançar os objetivos propostos, isto é, apresentar como realizou-se cada passo da pesquisa conforme questões éticas e procedimentos que enfocam sobre como as crianças em situação de acolhimento institucional brincam.

4.1 Desenho da pesquisa

Esta pesquisa propõe considerar como abordagem teórico-metodológica para a análise dos dados o enfoque qualitativo descritivo, cujo objetivo é promover a descrição dos espaços, rotina e brincadeiras das crianças acolhidas. Além disso, utiliza como pressuposto teórico as proposições da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner (1976/2011) para a compreensão do brincar das crianças em acolhimento institucional, por meio do método da Inserção Ecológica para investigar as relações e fenômenos presentes no ambiente.

A Inserção Ecológica segundo Cecconello e Koller (2003) é um método adequado para a utilização em pesquisas científicas, uma vez que possibilita a interação do pesquisador com o ambiente. Do mesmo modo, possibilita o entendimento sobre diferentes esferas do desenvolvimento, através de observações naturalísticas no ambiente, destacando os processos que ocorrem nos contextos, por meio das interações em diversos níveis de diferentes sistemas.

Os processos proximais nesta teoria ocorrem a partir da inserção ecológica que acontece quando há o engajamento, participação regular e reciprocidade entre pesquisador e pesquisado, parâmetros que foram operacionalizados no decorrer desta pesquisa, servindo como base para o entendimento do brincar das crianças e suas vivências no espaço de acolhimento.

4.2 Contexto da coleta de dados e seu funcionamento

A pesquisa realizou-se na Casa de Acolhimento Institucional localizada no Município de Santarém no Oeste do Pará, a qual destina seu atendimento para crianças e adolescentes de zero a dezoito anos em situação de vulnerabilidade social, que foram destituídos da família. A casa foi inaugurada no dia 22 de junho de 1999, é uma instituição sem fins lucrativos, que funciona 24 horas com servidores de plantão alternando os horários. Esta faz parte dos serviços da Secretaria Municipal

de Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS) vinculada ao governo Municipal. Destaca-se que o prédio é de propriedade própria da Prefeitura Municipal e fica localizada em uma área urbana da cidade.

A Instituição tem como objetivo zelar pelo desenvolvimento global das crianças, garantindo a alimentação, educação, saúde, bem como acompanhar o crescimento das crianças, garantindo sua singularidade, conforme descreve o Projeto Político Pedagógico (2014). A casa de acolhimento procura estimular e garantir o vínculo com a família de origem e com a comunidade, possibilitando o acesso das crianças e adolescentes à sua história de vida. Busca também garantir na sua amplitude os direitos de seus usuários, segundo os princípios e premissas do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990).

O Projeto Político Pedagógico (2014) destaca como principais metas de atendimento para atuação da equipe de funcionários, que seja realizada a inserção da criança e do adolescente em sua família de origem; melhoria na qualidade de vida das crianças e adolescentes; desenvolvimento de sua autonomia, melhoria de sua autoestima; e que estas se reconheçam como sujeitos de direitos e seres em pleno desenvolvimento; e prepará-los para uma boa convivência na sociedade.

Funciona como caráter provisório e excepcional para os infantis de ambos os gêneros que estão em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, conforme preconiza a Legislação. Atende no máximo 20 (vinte) crianças e adolescentes, assim como também pessoa com deficiência física e intelectual, ou por outras necessidades específicas, que são encaminhadas pelo Conselho Tutelar através de uma determinação Judicial ou mesmo pelo judiciário por meio da Vara da Infância e Juventude.

Desde a entrada e saída dos usuários, a instituição é responsável pela garantia dos direitos e a proteção integral destes, sem fazer diferença de religião, gênero, orientação sexual, etnia e ou condição socioeconômica. Ademais, atendem as famílias ou responsáveis que não apresentam condições, tais como: emocionais, econômicas e sociais, ou por apresentarem algum tipo de conduta que não condizem com a legislação vigente, ou que vão de encontro ao bem estar e à qualidade de vida, condutas estas, como: risco, negligência, maus tratos, abandono de incapaz, violência física, abuso sexual, exploração sexual, uso de drogas ilícitas, dentre outros.

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990) preconiza que a decisão de destituição de um menor de idade da família é de total responsabilidade e atribuição

do poder judiciário, bem como decidir sobre o retorno à família de origem, colocação em família substituta, adoção nacional ou adoção internacional ou família acolhedora. Todos os infantis acolhidos na instituição passaram por uma decisão do juiz seguindo o que rege a legislação.

Em se tratando da casa de acolhimento propriamente, é descrita a seguir a estrutura de funcionamento.

A casa de acolhimento encontra-se dividida em setor técnico e administrativo, sendo que o setor técnico é responsável pelo atendimento psicossocial e pedagógico das crianças e adolescentes que chegam a casa. Também é responsável por acompanhar as famílias dos acolhidos, com o objetivo de promover o retorno à convivência familiar e comunitária. São responsáveis ainda pelos relatórios das audiências concentradas e encaminhamentos para a rede de atendimento do Município. No setor administrativo é organizado o funcionamento da casa como horários de saída e entrada de funcionários e atividades externas, dentre outros.

Além dos setores técnicos, existem outros espaços como: cozinha, lavanderia, despensa para roupas e calçados, depósito para produtos de limpeza, despensa para alimentos, berçário, dormitórios para bebês, dormitórios que são distribuídos por gênero, isto é, as meninas dormem em dormitório separado dos meninos, sala de estar com uma mesa grande onde ocorrem as refeições. Além desses espaços, existe a horta, parquinho, campinho, maloca e brinquedoteca, locais específicos para atividades de recreação e lazer.

A instituição apresenta vários espaços internos e externos onde ocorre interação, nesse sentido, optou-se pela observação das crianças em todos os espaços que frequentam no seu cotidiano, ou seja, conhecer os espaços que costumam brincar e fazem parte de sua rotina. Para tanto, os ambientes foram caracterizados como espaços estruturados (EE), que correspondem aos ambientes estruturados pelos adultos para a ocorrência de atividades lúdicas, nesse caso representadas pela brinquedoteca, maloca, parquinho, campinho e casinha de leitura. E espaços não estruturados (ENE), que são ambientes não estruturados para as crianças, mas que são ocupados por elas.

Esse modelo de organização foi baseado no estudo realizado por Rasmussen (2004) na Dinamarca. Rasmussen denominou os espaços planejados para brincar de “espaços para criança” e os espaços não planejados para isso, mas apropriados pelas crianças, como “espaços da criança”. A autora reportou, em comparação realizada,

que os espaços das crianças eram ricos e variáveis, resultado do mundo simbólico e da criatividade infantil. Portanto, na escrita e análise dos resultados serão utilizados os termos “espaços para crianças” como sinônimo para os espaços estruturados e “espaços de crianças” para os espaços não estruturados.

A maloca, o parquinho, campinho e a casa de leitura são espaços estruturados que a instituição ganhou, por meio de projetos da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência- SEMTRAS, cujo objetivo era ampliar os ambientes para oferecer melhor conforto para os acolhidos e um bom desenvolvimento das atividades realizadas pelos profissionais da instituição.

A brinquedoteca espaço para a criança foi a mais recente aquisição da instituição, que aconteceu por meio do Programa Saúde, Ambiente e Qualidade de Vida na Amazônia, vinculado à Universidade Federal do Oeste do Pará. Sua inauguração ocorreu no dia 12 de Dezembro de 2018, às 10 horas da manhã na casa de acolhimento. Na ocasião estavam presentes as crianças e adolescentes e todos os profissionais da instituição, o Prefeito do Município, Representante da Secretaria da SEMTRAS, profissionais dos equipamentos da SEMTRAS, acadêmicos e professores da Ufopa e a Diretora do Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento - Universidade Federal do Pará-UFGPA, Padre da igreja católica de São Francisco e imprensa.

O espaço foi nomeado pelas crianças e adolescentes da instituição como “Casa do brincar”, sendo utilizada por todos. Funciona de segunda a sexta-feira no turno matutino e vespertino com atendimento de 01 hora e 30 minutos, dividido para todas as idades desde as crianças até os adolescentes. O responsável pelo local é o cuidador de plantão; este profissional atua organizando as atividades lúdicas e monitorando todos os acolhidos. Na ocasião da coleta de dados não havia um profissional destinado somente para o cuidado da brinquedoteca, quem auxiliava e facilitava o processo de engajamento lúdico era a pedagoga, por meio de planejamento de funcionamento e registros da utilização do espaço.

O ambiente está organizado com prateleiras, mesas e cadeiras, para possibilitar e permitir que os acolhidos tenham contato com diversos brinquedos, e assim tenham boas vivências, experiências e sejam estimulados. Segue a descrição do (EE) com fotos representando o contexto.

Figura 2- Foto da brinquedoteca



FONTE: Dados da Pesquisa, 2019.

Figura 3- Foto dentro da brinquedoteca



FONTE: Dados da Pesquisa, 2019.

Figura 4- Foto da brinquedoteca espaço para teatro de fantoches



FONTE: Dados da Pesquisa, 2019.

Figura 5- Foto da porta de entrada da brinquedoteca



FONTE: Dados da Pesquisa, 2019.

A área externa denominada maloca é de alvenaria com vigas de madeira revestidas em telhas Brasilit tem o piso de cerâmica, é pintado da cor azul escuro, o espaço é amplo e ventilado, fica localizado na área externa da casa, tem uma rampa para o acesso de pessoas com deficiência física e com dificuldades de locomoção (Figura 6 e7).

Figura 6- Maloca vista frontal

FONTE: Dados da Pesquisa, 2019.

Figura 7- Maloca vista lateral

FONTE: Dados da Pesquisa, 2019.

Na maloca não há objetos e nem móveis, apenas uma mesa de plástico na lateral, que serve para colocar pedaços de tatame de borracha. Quando acontece alguma atividade com as crianças e adolescentes, são levadas cadeiras de plástico que ficam na sala de estar e posteriormente devolvidas. Nesse espaço são realizadas atividades culturais, festas, jogos, brincadeiras livres e eventos diversos, toda vez que algum parceiro vem até a casa é levado para esse local para realizar as atividades propostas por eles.

Além desse espaço destinado para atividades lúdicas com as crianças e adolescentes, há o parquinho, localizado ao ar livre na área externa da casa, próximo a maloca, porém para ter acesso é necessário que alguém abra o portão que fica permanentemente com cadeado. Sua estrutura fica em um local que possui aterro de

areia branca fina conforme Figura 8.

Figura 8- Parquinho vista frontal



FONTE: Dados da Pesquisa, 2019.

No parquinho há um escorregador com formato de uma casinha com um balanço na lateral, e uma gangorra, é todo confeccionado de madeira pintado nas cores azul, vermelho e amarelo. Ainda no espaço encontra-se o campinho feito todo de areia fina, sem gramado e traves, é cercado por redes para não passar a bola. No local não existe arborização, apenas possui uma pequena sombra da mangueira que fica ao lado da lavanderia, porém, sem acesso para esta, de acordo com a figura 9.

Figura 9- Campinho vista frontal



FONTE: Dados da Pesquisa, 2019.

Esse espaço é utilizado geralmente no final da tarde e só pode ser usado com a presença de um cuidador. Além desses espaços, a casa possui também o cantinho da leitura, Figura 10.

Figura 10- Casinha de leitura



FONTE: Dados da Pesquisa, 2019.

Essa casinha fica localizada na sala de estar e possui rodinhas para facilitar a locomoção. É toda confeccionada de madeira, com seis prateleiras para guardar os livros utilizados para a leitura. No período da coleta de dados não havia um arsenal de livros considerável, a maioria era didático, também não havia classificação dos livros por idade.

Os espaços de criança correspondem aos outros locais da instituição que não são planejados para a ocorrência de brincadeiras. Os espaços são: sala de estar, lavanderia e refeitório. Segue a descrição do EDC com fotos representando os ambientes.

Figura 11- Sala de estar



FONTE: Dados da Pesquisa, 2019.

Figura 12- Refeitório

FONTE: Dados da Pesquisa, 2019.

Figura 13- Área externa e lavanderia

FONTE: Dados da Pesquisa, 2019.

A sala de estar e o refeitório são ambientes conjugados, localizados logo na entrada da instituição. A sala é composta por um painel no qual fica uma televisão. Há na sala cadeiras de plástico e bancos de madeira. As crianças e adolescentes assistem TV sentados nelas ou no chão. Em uma das paredes tem um quadro que é sempre decorado pela pedagoga em datas comemorativas.

O refeitório é composto por uma mesa grande de madeira com bancos ao redor e um bebedouro. Na mesa as crianças e adolescentes fazem as refeições e também realizam os deveres escolares. As crianças e adolescentes não tem acesso à cozinha, onde ficam os equipamentos como fogão e geladeira; quando querem alguma coisa, pedem por uma janela que fica no meio da porta de acesso à cozinha. Na área externa

ficam as máquinas de lavar roupas e alguns objetos da cozinha, as crianças não tem acesso a essas áreas, apenas os adolescentes quando vão lavar suas roupas.

4.2.1 Funcionamento

Para a compreensão do contexto pesquisado faz-se necessário abordar sobre como na atualidade à instituição de acolhimento localizada na cidade de Santarém está organizada, para tanto, busca-se explicar sobre o contexto e os integrantes que fazem parte desse sistema desde os acolhidos até os profissionais que atuam nesta. Dessa forma, apresenta-se o seu funcionamento desde o quadro profissional até os acolhidos no ano vigente da pesquisa, bem como sua rotina.

A instituição de acolhimento dentro da cidade faz parte de uma rede de assistência social que engloba diversas políticas públicas, neste sentido, demanda serviços diariamente para essa rede de atendimento, assim como também recebe. No ano de 2019 foram recebidos na instituição 56 acolhidos no total, sendo 27 do gênero masculino e 29 do gênero feminino, nota-se ainda, que a instituição atendeu mais crianças na faixa entre 01 a 12 anos, somando o total de 29 crianças e 27 adolescentes. Ressalta-se que as crianças no momento crucial de seu desenvolvimento estão desprovidas do cuidado familiar, o que pode gerar implicações no seu processo de desenvolvimento.

Foi possível verificar mediante dados coletados que no ano de 2019, os principais motivos do acolhimento institucional no Município de Santarém com 18 casos dizem respeito à situação de risco, e em seguida com 16 casos negligência, estas são as demandas mais recorrentes da entrada dos infantis na instituição, houve poucos casos no ano de registro de entrada relacionada a conflito familiar, abandono, violência física e abuso sexual.

Através dos registros disponibilizados pode-se verificar que 46 (quarenta e seis) casos foram encaminhados pelo poder judiciário da 5ª Vara Cível e empresarial de Santarém da Infância e do adolescente e 10 (dez) procederam dos Conselhos Tutelares I e II.

Esses dados corroboram ainda, com as informações do relatório do Ministério público em 2013, que apresentam as causas para o acolhimento de crianças e adolescentes no país. Uma das principais causas levantadas neste relatório é a negligência familiar, o que pode-se constatar também na instituição de acolhimento

pesquisada (BRASIL, 2013).

No referido ano foram desligados do serviço 31 (trinta e uma) crianças e adolescentes por determinação judicial, 02 (dois) transferidos para serviços de Acolhimento Familiar e 07 (sete) adolescentes empreenderam fuga da instituição.

4.2.2 Rotina

O funcionamento da instituição no dia a dia é bem extenso, haja vista, existir um número elevado de demandas o que varia muito de acordo com a quantidade de acolhidos na casa. No turno matutino as atividades iniciam às 05h30min da manhã, com a equipe de cuidadores acordando os acolhidos, após esse momento são levados para realizar a higienização pessoal, e em seguida seguem para tomar o café da manhã, alguns seguem para a escola e outros quando tem demanda são levados para consulta médica, odontológica, atendimento educacional especializado - AEE, etc., ressalta-se que os que irão sair da casa têm prioridade nessas atividades, os que não vão aguardam para fazer essas atividades depois.

Após a refeição do café da manhã as crianças maiores seguem para os quartos para ajudar na arrumação das camas, em seguida os que têm atividades externas dirigem-se para as saídas, os que não têm atividades externas ficam na casa realizando a tarefa de casa e/ou assistindo televisão.

Às 09h00min da manhã é servido o lanche, ao terminar ficam na sala de estar alguns assistindo televisão e outros brincando por conta própria, destaca-se que nos momentos observados o cuidadores não direcionavam nenhuma atividade na brinquedoteca e nem em outros espaços, os acolhidos ficavam livres para fazer o que quiseram, no entanto, o que fosse apenas na sala de estar, os outros espaços são apenas liberados quando o cuidador deseja.

Às 11h00min inicia a preparação das crianças e dos adolescentes para o horário do almoço, são encaminhados para o banho e em seguida realizam a refeição do almoço. Primeiro é servido os acolhidos que estavam na casa, e em seguida os que estavam para a escola e/ou em outras atividades externas. Ressalta-se que no turno vespertino possui um maior número de acolhidos, dessa forma, a coordenadora juntamente com a pedagoga buscam realizar as matrículas nas escolas no contraturno para facilitar o andamento das atividades.

Depois do almoço são direcionadas para os quartos onde novamente farão a

higiene pessoal e logo em seguida recebem comandos para dormir, ressalta-se que os acolhidos que não têm o hábito de dormir nesse horário não podem sair do quarto, permanecem até os cuidadores autorizarem sua saída. Conforme a regra da casa o horário de descanso vai de 13h00min até às 15h00min, sendo que alguns saem para ir para a escola e ou atividades externas como já mencionado.

Logo após o horário do descanso todos são encaminhados para o lanche que tem a duração de 15 minutos, em seguida são liberados para as atividades lúdicas, brincadeiras e/ou passeios quando tem alguma programação externa. Apenas nessas ocasiões observava-se que alguns cuidadores direcionavam as brincadeiras para os espaços planejados, o que deixava as crianças felizes, entretanto, foram observados poucos momentos como estes, pois a maioria dos cuidadores optavam em ficar na sala de estar.

Todos os dias apresentavam-se na instituição cuidadores diferentes, por causa da escala, fato que corroborou com a observação da prática de todos os cuidadores, ressalta-se que havia cuidadores que seguiam o cronograma de atividades organizadas pela pedagoga, ou seja, direcionavam as brincadeiras para os espaços planejados. E outros que não seguiam as instruções, pois deixavam as crianças apenas na sala de estar assistindo televisão, não autorizavam atividades em outros espaços como o campinho, maloca e parquinho.

Percebe-se que durante o dia os horários destinados para as brincadeiras organizadas pelos adultos ocorrem após o lanche, tanto no turno matutino quanto no turno vespertino. Esses horários também estabelecidos pela coordenação servem para as visitas dos familiares quando assim possível e para a realização de atividades dos parceiros que apoiam a instituição.

Desta forma, nota-se que a instituição segue os preceitos que são destacados nas Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009), que apontam para a importância das instituições de acolhimento em assumir um caráter residencial que facilite o contato familiar e a reintegração familiar e garanta a preservação da identidade, ambiente de respeito e dignidade, escolarização, profissionalização e atividades culturais, esportivas e de lazer.

As atividades terminam as 17h00min, os cuidadores dirigem os acolhidos para os quartos para o último banho do dia, ao final são levados para jantar as 18h00min, primeiro as crianças e depois os adolescentes. Quando a casa está com poucos

acolhidos todos comem juntos, mas quando está lotada, realizam esse momento de refeição separado.

A partir das 19h00min são direcionados para os quartos para dormir, sendo que as 20h00min todos tem que estar na cama preparando-se para dormir, pois acordam cedo. Nos finais de semana algumas crianças que tem bom comportamento e/ou que a família acolhedora e os padrinhos escolhem saem da instituição para passar o final de semana, geralmente na sexta à tarde com retorno no domingo no turno vespertino.

4.2.3 Caracterização dos profissionais da instituição

Na casa de acolhimento institucional constam atualmente no quadro profissional 33 (trinta e três) funcionários, sendo eles divididos por área de atuação: o Setor técnico e Administrativo. No setor técnico atuam 04 (quatro) técnicos, sendo 02 (dois) assistentes sociais, 01 (um) pedagogo, e 01(um) psicólogo e no setor administrativo 01 (um) auxiliar administrativo e uma coordenadora.

A equipe técnica é responsável pelo atendimento inicial quando os acolhidos chegam à instituição, com o objetivo de acolher para que haja um sentimento de segurança pela criança e o adolescente e que estes se adaptem da melhor forma possível na rotina.

O Assistente Social realiza acolhimento inicial quando a criança chega a casa, faz visita familiar, busca ativa por familiares, verificação de todas as documentações, cuida dos encaminhamentos para os cuidados com a saúde, faz o estudo social visando à reinserção no seio da família.

O Psicólogo efetiva os atendimentos psicológicos tanto da criança quanto da família, com o objetivo de trabalhar o emocional e o comportamento, faz estudo de caso e evoluções dos prontuários para encaminhar para os processos, visando os aspectos psicológicos e futuros desligamentos, além disso, é responsável pela elaboração de palestras, formações e rodas de conversa dentro da instituição.

O Pedagogo é responsável pelas competências acadêmicas dos acolhidos, realiza a matrícula na escola ou em cursos profissionalizantes, cuida da transferência quando necessário, além disso, faz avaliações para identificar se há necessidade da criança ou o adolescente fazer reforço escolar, ou o atendimento educacional especializado - AEE. É também o profissional que busca as parceiras, cuida das ações, projetos e recebe os parceiros que realizam atividades na instituição.

Para tanto, pode-se averiguar que esse modo de organização corresponde ao que afirma Reis et al. (2018), quando destaca que a organização do ambiente deve atender às necessidades das crianças e adolescentes para que se desenvolvam de modo satisfatório, facilitando sua adaptação em um ambiente desconhecido.

A equipe administrativa é responsável por toda a documentação de entrada e saída da instituição, realizam expedição de ofícios e organizam os relatórios encaminhados para a SEMTRAS, dentre outras atividades, no momento trabalhava somente 01 (um) auxiliar administrativo. A coordenadora tem como objetivo administrar a casa, os profissionais e os acolhidos, este profissional responde por tudo o que acontece dentro e fora da instituição.

Além desses profissionais a instituição conta também com 04 (quatro) vigias, 02 (dois) motoristas, 04 (quatro) serventes, 02 (duas) cozinheiras, que cuidam de toda a alimentação em todos os turnos, na ocasião não havia na instituição a presença de uma nutricionista, quando são necessários os serviços desse profissional, são levadas as demandas para uma madrinha solidária, caso tenha necessidade esta vem até a instituição, 08 (oito) cuidadores e 11 (onze) cuidadoras.

Todos os profissionais estão vinculados a SEMTRAS e possuem contratos temporários, para atuar na instituição de acolhimento apenas solicita que o profissional para cargos técnicos apresente nível superior, os cuidadores, auxiliar administrativo e motorista o nível médio, os vigias e serventes precisa apenas do nível fundamental.

Salienta-se que os cuidadores precisam ter realizado qualquer trabalho voltado para a área da infância ou ser engajado em atividades comunitárias, sempre são priorizados os candidatos que tenham alguma experiência no trato de criança e adolescente.

É importante frisar ainda, que no documento de Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (MDS, 2009), destaca-se que os recursos humanos são necessários para o funcionamento da instituição de acolhimento, assim como as condições de materiais devem oferecer serviços adequados para esse público.

A função do cuidador e da cuidadora na casa é de cuidar, orientar e educar o acolhido, tudo o que acontece no dia a dia das crianças e dos adolescentes são os cuidadores que respondem, isto é, são responsáveis e estão juntos em todos os momentos das atividades, como banho, alimentação, manipulação de remédios,

tarefa de casa, reuniões escolares, idas ao médico e consultas odontológicas, além disso, realizam orientação de cuidados do corpo, dentre outros. Sendo que na instituição os cuidadores somente cuidam dos meninos e as cuidadoras apenas das meninas.

Segue abaixo uma tabela com a caracterização dos cuidadores que trabalham na instituição:

Quadro 5- Caracterização dos cuidadores da instituição de acolhimento de Santarém-Pará no ano de 2019

CUIDADOR	IDADE	SEXO	ESCOLARIDADE	TEMPO DE EXERCÍCIO DA FUNÇÃO
C1	29 anos	M	Ensino Médio	01 ano
C2	28 anos	M	Ensino Médio	08 meses
C3	45 anos	M	Ensino Médio	03 anos
C4	30 anos	F	Ensino Médio	02 anos
C5	45 anos	F	Ensino Médio	06 anos
C6	34 anos	F	Ensino Médio	02 anos
C7	27 anos	M	Ensino Médio	01 ano
C8	41 anos	F	Ensino Médio	05 anos
C9	28 anos	M	Ensino Médio	09 meses
C10	38 anos	M	Ensino Médio	05 anos
C11	43 anos	F	Ensino Médio	08 anos
C12	25 anos	F	Nível Superior	05 meses
C13	42 anos	M	Ensino Médio	07 meses
C14	24 anos	F	Ensino Médio	11 meses
C15	38 anos	M	Ensino Médio	02 anos
C16	39 anos	F	Ensino Médio	02 anos
C17	35 anos	F	Ensino Médio	01 ano
C18	28 anos	F	Ensino Médio	01 ano
C19	41 anos	F	Ensino Médio	04 anos

FONTE: Elaborado pela pesquisadora, 2019.

Constata-se mediante a análise do quadro que os cuidadores que atuam na instituição apresentam diferenças quanto ao perfil, existe variabilidade quanto às idades, o que permite verificar que os profissionais mais antigos na instituição são aqueles com mais idade, e os mais jovens apresentam menos idade, deixando certo

questionamento se a idade influencia na permanência da profissão de cuidador. Além disso, percebe-se que o nível de escolaridade são parecidos tanto para os mais velhos de idade e tempo de instituição, quanto para os que são mais novos de idade e recentes na instituição.

A contratação dos cuidadores como pode-se verificar condiz com o documento de Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (MDS, 2009), como observa-se no quadro 5, além disso, no decorrer da pesquisa foi possível notar que desenvolvem as principais atividades propostas no documento, pois estes organizam a rotina diária dos acolhidos, alternam os turnos de modo que cada cuidador realize sempre as determinadas tarefas assim que trocam os turnos.

Entretanto, averiguou-se que existe uma frequente rotatividade desse profissional como demonstra o quadro, uma vez que, mais da metade são novatos na função o que dificulta a manutenção do bem estar e da qualidade dos serviços dentro desses espaços de acolhimento, o que é considerado necessário para que sejam sanadas as dificuldades existentes nesse contexto e preservados assim a integralidade do ser, conforme apontam os estudos (REIS et al., 2018).

Observou-se que os cuidadores com mais tempo de serviço na instituição realizam atividades lúdicas com mais frequência nos espaços planejados para os infantis. Devido o foco da pesquisa ser as crianças, não foi possível investigar com mais propriedade esses dados referentes à atuação do cuidador, mas fica o questionamento de porquê tais situações ocorrem e o que leva os cuidadores mais antigos a terem mais esse cuidado.

4.3 Participantes

No estudo realizado fizeram parte 05 (cinco) crianças, 02 (duas) meninas e 03 (três) meninos na modalidade de acolhimento institucional abrigo do Município de Santarém-Pará, com faixa etária de 05 (cinco) a 12 (doze) anos de idade, que estivessem no prazo das audiências concentradas e com no mínimo um mês em situação de acolhimento.

No período da coleta de dados estavam na casa 18 acolhidos, sendo 02 (dois) deficientes físicos e 01 (um) com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista - TEA, 04 (quatro) com deficiência intelectual, 03 (três) adolescentes, 04 (quatro) crianças incluindo uma de um ano e dois meses.

Ressalta-se que as identidades dos infantis foram preservadas e para identificá-las utilizou-se a nomenclatura P (participante) seguida dos números de 01 a 05 (total de participantes), ficando P1 a P5. Para os acolhidos que não seguiam os critérios da pesquisa, mas que interagiam com os participantes a pesquisadora caracterizou como acolhidos (A), seguindo a ordem das sessões. Os cuidadores foram denominados de cuidador (C), também seguindo a ordem das sessões conforme aconteciam. Destaca-se que todos os participantes aceitaram fazer parte do estudo assinando o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido - TALE.

4.4 Critérios de inclusão

- a) Ser moradora da casa de acolhimento de Santarém-Pará, ter mais de um mês de tempo de acolhimento e estar na faixa etária entre 05 e 12 anos de idade.
- b) Assinar o Termo de Assentimento para Livre e Esclarecido - TALE.

4.5 Critérios de exclusão

Não foram incluídas crianças com deficiência cognitiva e física, devido não ser o foco deste estudo.

4.6 Instrumentos e materiais

Para a coleta de dados e atender aos objetivos da pesquisa, foram utilizados os seguintes instrumentos:

- Folha de dados sociodemográficos:

Utilizado para caracterizar o perfil dos participantes através da descrição das informações de cada um, com questões relativas à composição familiar, renda familiar, escolaridade, motivo do acolhimento, tempo que estavam acolhidos na casa, dentre outros. Este questionário foi baseado no estudo de Gualberto (2017).

- Roteiro de entrevista individual semiestruturada:

O roteiro de entrevista foi utilizado para identificar alguns aspectos da rotina das crianças participantes, as preferências relativas aos espaços para brincar, as brincadeiras e os parceiros de brincar. Foram realizadas ainda perguntas para averiguar a concepção que as crianças tinham sobre a brinquedoteca recém-

instalada.

- Roteiro de observação:

Foi utilizado para descrever as brincadeiras dos participantes nos espaços internos e externos da instituição de acolhimento, neste roteiro necessariamente eram registradas informações a respeito do que, onde e com quem estavam no momento de observação. Além disso, foram utilizados materiais como gravador Iphone 6s, caderno de anotações, canetas, computador e Programa Excel versão 2010.

4.7 Etapas da Pesquisa

- **Etapa 1** – Procedimentos éticos da pesquisa:

O primeiro procedimento adotado nesta pesquisa foi o de encaminhar um ofício por meio do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE-UFOPA, para a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTRAS, órgão responsável pela casa de acolhimento, propondo e solicitando a realização da pesquisa.

Após uma semana da solicitação emitiu-se um parecer favorável à pesquisa através da CARTA DE ACEITE, conforme anexo A. Em seguida submeteu-se o projeto para a execução deste estudo no Comitê de Ética em Pesquisas envolvendo Seres Humanos. Esse processo deu-se através da realização do cadastro no Sistema Nacional de Ética em Pesquisa (SISNEP) para o registro de pesquisas envolvendo seres humanos, utilizando o site da Plataforma Brasil (www.saude.gov.br/plataformabrasil).

O projeto obteve aprovação do Comitê de Ética da Universidade Estadual do Pará – (UEPA), sendo autorizado o início da pesquisa no lócus em questão, conforme anexo B. Além disso, obteve autorização do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – COMDCA, conforme anexo C.

- **Etapa 2** – Reunião com a administração e equipe de profissionais na casa de acolhimento, o início da Inserção Ecológica:

O primeiro contato da pesquisadora com a instituição iniciou-se em uma reunião que ocorre mensalmente na instituição, organizada pela administração responsável para pontuar fatos ocorridos no mês e planejar ações futuras, juntamente com a equipe técnica, educador/cuidador e os demais profissionais que atuam na casa. Neste momento a pesquisadora apresentou-se e propôs a realização da pesquisa. Esta primeira visita permitiu conhecer os profissionais e um pouco da

dinâmica e interações entre eles, bem como o funcionamento das atividades que ocorrem na casa de acolhimento.

- **Etapa 3** – Organização das oficinas e inauguração da Brinquedoteca:

Nesta etapa a pesquisadora iniciou sua participação na implementação da Brinquedoteca, pois após seu ingresso no mestrado foi inserida em um Programa de Extensão da Universidade permitindo, dessa maneira, o processo de vinculação ao lócus da pesquisa.

A partir de então, em todos os momentos da organização estava presente, como em uma participação de reunião com a gestora da casa de acolhimento, juntamente com os profissionais das áreas de Pedagogia, Educação Física e Música, para planejamento e organização das oficinas em relação à utilização e funcionamento da Brinquedoteca.

No momento decidiu-se que ocorreriam cinco oficinas voltadas para a área de cada profissional que estava ali presente. Na ocasião a pesquisadora se propôs a ser uma das facilitadoras para contribuir com o planejamento. As oficinas ocorreriam no período de dois meses até o dia da inauguração da Brinquedoteca. Em cada capacitação a pesquisadora participou como ouvinte, com o intuito de se aproximar e conhecer os educadores e cuidadores da casa de acolhimento.

Outro momento de contato com a casa de acolhimento ocorreu no dia da inauguração da Brinquedoteca, estavam presentes autoridades do município e todos os funcionários, crianças e adolescentes moradores da casa de acolhimento, no decorrer da programação foi possível observar e conhecer a dinâmica, funcionamento e as interações das crianças e adolescentes juntamente com os profissionais que atuam na instituição.

- **Etapa 4** – Colônia de Férias:

No mês de julho as crianças e os adolescentes que frequentam a escola ficam de férias, nesse sentido, a pesquisadora propôs para a coordenação e equipe técnica a realização de uma colônia de férias, pois nesse período as crianças passam mais tempo na instituição. Dessa forma, ajudaria tanto na organização do dia a dia das atividades realizadas nesse período, quanto minimizaria o estranhamento com a figura da pesquisadora, assim, foram efetivadas atividades lúdicas durante o mês seguindo os objetivos propostos, como demonstra o quadro abaixo com a programação.

Quadro 6- Calendário de atividades da colônia de férias na casa de acolhimento de Santarém em Julho de 2019

DATA	ATIVIDADE	TEMA
16/07	Contação de história	História avião de sonhos
18/07	Fabricação de massinha e slime artesanal	Brincando de massinha e slime
23/07	Oficina de Música	Orquestrando: criança, encantos e canções
25/07	Ecoalfabetização	Meu ninho
26 e 27	Gincana finalização das atividades	Brincadeira de criança como é bom

FONTE: Elaborado pela pesquisadora, 2019.

Por meio dessas atividades tornou-se possível maior aproximação com os participantes, assim como também com os técnicos, cuidadores e demais profissionais que atuam na instituição. O que favoreceu a compreensão do funcionamento das relações e interações existentes dentro da casa, além disso, facilitou a coleta de dados quando posteriormente foi realizada, uma vez que todos já estavam habituados com a presença da pesquisadora.

4.8 Coleta dos dados

A coleta de dados ocorreu no mês de outubro, previamente agendado com a coordenadora da casa de acolhimento. Período considerado adequado, devido aos acolhidos já demonstrarem familiaridade com a pesquisadora e não estarem no período das audiências concentradas, tendo em vista que a cada seis meses são enviados ao judiciário relatórios sobre os infantis para um possível retorno a família e ou adoção.

Foram utilizados para a coleta de dados registros das observações sistemática e geral, questionário sociodemográfico e entrevistas individuais com as crianças.

4.8.1 Observações sistemáticas e gerais

Optou-se por iniciar a coleta de dados utilizando o registro das observações gerais, por meio do diário de campo visando anotações dos dados referentes à data, local, horário, participante e pessoas envolvidas, brincadeiras, organização do espaço, atividades realizadas no dia, entre outras informações, consideradas importantes para a pesquisa. No decorrer da pesquisa pôde-se realizar 56

observações gerais, que foram apenas observadas e anotadas no diário de campo, sendo que nesses momentos eram também observadas as atividades, companhia, arranjos simbólicos da decoração, posição e divisão dos cômodos e objetos.

Posteriormente utilizou-se a técnica de observação sistemática, baseada e adaptada do estudo de Cavalcante (2008) e Oliveira (2014) buscando registrar os comportamentos emitidos espontaneamente pelos participantes nos espaços da instituição.

Para a realização da técnica foram realizadas 12 sessões de observação de 5 minutos para cada criança nos locais que estava no momento, o que gerou 60 minutos de gravação para cada participante. Dessa forma, obtiveram-se 60 registros de 5 minutos, totalizando 300 minutos de observação no EPC e EDC.

Destaca-se ainda, que devido ao mês de outubro ser alusivo à criança, não foi possível realizar mais registros, pois em algumas visitas os infantis estavam participando de atividades lúdicas propostas por parceiros da instituição.

As sessões ocorreram em dias alternados da semana para que pudessem ser registrados dias diferentes, porém aos finais de semana não foi possível coletar informações, uma vez que as crianças participantes iam passar o final de semana com os padrinhos voluntários, famílias que realizam cadastro na instituição com o intuito de levar as crianças para passar o final de semana em suas casas, as crianças geralmente eram levadas na sexta no final da tarde e retornavam aos domingos à tarde.

Em algumas semanas fora coletado na segunda, quarta e sexta-feira, outras semanas na terça, quinta e sexta-feira, sendo sempre realizadas três visitas na semana, com início às 15h30min e término às 18h00min. Os participantes que estudavam pela manhã recebiam visitas no turno da tarde, sempre nos horários em que aconteciam as situações de brincadeiras.

Ressalta-se que durante as sessões nem as crianças e os adolescentes tiveram acesso à brinquedoteca (espaço estruturado/espaço para criança), ou seja, não estava sendo utilizada pelo cuidador de plantão. Ao ser verificado a situação com a coordenação, a pesquisadora foi informada que no espaço havia uma goteira no teto inviabilizando sua utilização, porém já haviam sido solicitados os reparos no setor da prefeitura que cuida da manutenção dos equipamentos da SEMTRAS.

Para tanto, destaca-se ainda, que os brinquedos estavam guardados no depósito e as crianças não tinham acesso a estes, e até a última sessão não foi

possível verificar nenhuma atividade lúdica dentro e ou fora do espaço dirigida pelo cuidador ou técnico.

Em relação aos outros espaços estruturados, ou seja, a maloca, parquinho, campinho e casinha de leitura, havia horário delimitado para serem utilizados não havia flexibilidade e permissão para o uso por parte dos infantis. Estes locais apenas eram utilizados quando o cuidador plantonista autorizava, o que em muitas sessões não foi visto acontecer, isso dependia muito do perfil do cuidador, havia cuidadores que deixavam e até iam junto para os ambientes brincando e interagindo com estes, e outros cuidadores não deixavam.

4.8.2 Coleta dos dados sociodemográficos

Para a realização da coleta de dados desse instrumento houve todo um planejamento prévio, haja vista, a instituição apresentar regras quanto ao acesso às informações dos acolhidos. Para tanto, dialogou-se com a coordenadora e explicado a necessidade de obter os registros dos prontuários para a realização da caracterização dos participantes, desta forma, obteve-se a autorização, porém o manuseio dos documentos fora realizado por uma técnica.

Após consentimento, agendou-se um horário com a assistente social, em virtude da psicóloga e pedagoga não poderem atender na data estipulada. A aplicação do instrumento fora realizada no início do mês de novembro no turno matutino, com aproximadamente três horas de duração, início 09h00min e término às 12h00min na sala técnica, na ocasião estava presente somente pesquisadora e a assistente social.

Inicialmente apresentou-se para a técnica a folha de dados sociodemográficos e explicou-se o objetivo das perguntas, esta fez uma breve leitura, após esse momento foi em busca dos prontuários e cadernos de anotações das anamneses realizadas no início dos atendimentos dos acolhidos para facilitar o processo de preenchimento.

A pesquisadora realizava a pergunta direcionada sobre um participante de cada vez, iniciando pelo P1 até o P5, em seguida preenchia o formulário de caracterização com as informações descritas pela técnica, até chegar ao último participante. A pesquisadora não teve acesso aos prontuários em nenhum momento, pois é uma regra da instituição apenas os técnicos acessarem este documento.

Ressalta-se que este processo de coleta de dados foi importante para que houvesse melhor compreensão da criança participante, uma vez que as informações

versavam sobre a vida destes antes do acolhimento institucional, dados como: escolaridade, ingresso na instituição, participação em projetos, motivo do acolhimento, situação jurídica, entre outros, permitindo assim maior detalhamento para a análise dos dados

4.8.3 Entrevistas individuais com as crianças

Para a realização das entrevistas individuais, antecipadamente, dialogou-se com a coordenadora, cujo objetivo fora explicar o andamento desta fase da pesquisa e organizar juntamente com ela a logística do espaço. Para essa etapa foi necessário um ambiente adequado, sem a presença de funcionários ou técnicos e ausência de barulho, para que as crianças se sentissem mais a vontade em responder as perguntas, gerando assim melhores informações nas respostas dadas por elas.

Essa fase ocorreu no mês de novembro no turno vespertino com duração de 03 horas, o início ocorreu as 15h00min e o término as 18h00min em uma sexta-feira, pois na ocasião não havia atividade externa e nem visita de parceiros. Para a realização do procedimento acordou-se que o local da entrevista seria a brinquedoteca, devido ser um ambiente fechado e com acesso controlado.

Antes de iniciar as entrevistas conversou-se com o cuidador de plantão sobre o objetivo daquela fase da pesquisa. Destaca-se que por conta da inserção ecológica todos os profissionais da casa já sabiam do andamento do estudo e a respeito de cada fase realizada, facilitando assim, a colaboração de todos no andamento dos processos.

Neste sentido, a pesquisadora organizou a seleção de cada participante, começando pelo P1 até o P5, sendo solicitado para cuidadora o momento em que cada criança poderia ir até o espaço realizar a entrevista. Enfatiza-se, que todos os infantis da instituição sabiam a respeito da pesquisa e as razões que levaram a pesquisadora a escolher apenas 5 (cinco) participantes, pois desde o início da entrada da pesquisadora na casa foi explicado para todos eles o motivo da presença desta na instituição e os objetivos do estudo, o que contribuiu muito para a efetivação de todas as fases.

No momento da entrevista todos os acolhidos estavam na sala de estar assistindo desenho na televisão, não ficaram agitados e nem curiosos, pois já sabiam o que estava acontecendo.

Quando a criança chegava à brinquedoteca, ficava agitada querendo pegar em todos os brinquedos, na ocasião a pesquisadora deixava-os a vontade para explorar o ambiente até fazia perguntas aleatórias sobre seu dia para descontraí-la.

Após alguns minutos era solicitado que sentassem para um bate papo, umas crianças sentavam na cadeira em frente a uma mesa presente no local, outras sentavam no chão em cima de um tapete de borracha. Neste momento era explicado o que dizia o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido - TALE, e perguntado mais uma vez se queriam e se sentiam a vontade para participar, todos os participantes aceitaram fazer parte do estudo, após esse momento foram realizadas as perguntas do roteiro de entrevista, sendo desde o início gravado todas as verbalizações.

4.9 Análise dos dados

Os dados foram analisados mediante a utilização e especificidade de cada instrumento. Deste modo, foram criados três momentos para a análise dos dados, sendo que o primeiro consistiu na apresentação e caracterização do serviço de acolhimento e dos participantes, o segundo na análise e descrição dos espaços e brincadeiras e o terceiro na apreciação das entrevistas.

Quadro 7- Métodos de análise dos dados que foram utilizados no decorrer da pesquisa na casa de acolhimento institucional

INSTRUMENTO	OBJETIVO	MÉTODO DE ANÁLISE
Roteiro de observação sistemática	Realizar análise descritiva e quantitativa das categorias de brincadeiras conforme empregados por Moraes e Otta (2003) e dos espaços utilizados	As observações foram analisadas de forma descritiva em planilhas do Microsoft Excel 2010
Questionário sociodemográfico	Realizar descrição das informações dos acolhidos coletados nos prontuários	Os dados foram tabulados em planilhas do Microsoft Excel 2010 e realizado análise descritiva
Roteiro de Entrevista individual	Conhecer sobre a utilização da Brinquedoteca	Foram realizadas as transcrições dos áudios gravados, e realizado análise descritiva de cada pergunta conforme participante

FONTE: Dados da Pesquisa, 2019.

Para tanto, sobre o funcionamento da instituição foram analisados a rotina e a caracterização dos profissionais, em relação aos dados sociodemográficos, foram aferidos os dados dos participantes, sua escolaridade, situação familiar e o processo de institucionalização. Esses dados foram analisados por meio da estatística descritiva (dados absolutos e percentuais) e apresentados em forma de tabelas e quadros.

Na segunda parte ocorreu a análise dos espaços de brincadeiras, visando conhecer os ambientes e a frequência onde acontecem as brincadeiras (atividades lúdicas). Assim sendo, foi avaliado o componente espaços de brincadeiras e as relações que ocorrem nesse local, conforme o que preconiza Bronfenbrenner (2011) quando aborda sobre o microsistema e sua influência nas interações.

Para categorizar as brincadeiras optou-se pelas mesmas categorias empregadas por Moraes e Otta (2003), a partir da combinação dos critérios de Parker (1984) e Piaget (1971), de acordo com o quadro 8, a seguir:

Quadro 8- Demonstrativo das descrições das categorias de brincadeiras

Categorias de Brincadeira	Descrição
Brincadeiras de exercício físico	Através delas as crianças executam movimentos nos quais estabelecem relações espaciais e causais e aprende a força dos objetos manuseados
Brincadeiras de contingência social	Constitui-se no revezamento de papéis, sendo motivadas e reforçadas pelo prazer associado à capacidade de realizar e produzir no outro respostas contingentes, como brincar de esconder-se
Brincadeiras simbólicas	Nelas as crianças utilizam objetos como se fossem outros, podem criar cenas imaginárias e atribuir a si e a outros papéis diferentes do habitual
Brincadeiras turbulentas	São as brincadeiras de luta, perseguição e fuga
Brincadeiras de construção	Nelas os brincantes combinam objetos de forma a montar objetos novos, como empilhar caixas
Brincadeiras com regras	São jogos competitivos nos quais há uma ritualização de papéis e ações – como o futebol

FONTE: Dados da Pesquisa, 2019.

Ressalta-se que essas categorias abordadas são muito utilizadas por pesquisadores que estudam sobre o brincar, pois foram criadas por autores renomados em pesquisas sobre o desenvolvimento humano como Piaget (1971). Nesse sentido, optou-se por utilizar essas categorias, pois abrangem os tipos de brincadeiras que as crianças costumam realizar no seu cotidiano e nos mais diversos contextos.

Para averiguar as categorias de brincadeiras e sua frequência, realizou-se a descrição da gravação de todas as sessões, após isso foi tabulado em uma planilha no Excel. Do mesmo modo, realizou-se estatística descritiva para a análise das sessões de cada participante, em seguida elaborado planilhas para verificar o valor absoluto e percentual das categorias de brincadeiras de cada criança. Demonstraram-se os dados através de tabelas e gráficos, para se identificar a frequência das brincadeiras nos espaços para criança (EE) e os espaços da criança (ENE).

Para a análise das entrevistas utilizou-se a análise descritiva considerando as falas na íntegra dos participantes, o que permitiu conhecer a respeito da utilização e a importância da brinquedoteca em uma instituição de acolhimento, dessa forma, alcançando um dos objetivos propostos neste estudo.

5 OS ESPAÇOS DO BRINCAR E AS BRINCADEIRAS NA CASA DE ACOLHIMENTO

No Brasil as demandas relacionadas ao acolhimento institucional têm crescido cada vez mais, realidade esta que necessita de notoriedade, pois pode ser considerado um ambiente de desenvolvimento humano onde acontecem experiências e vivências, isto é, acaba fazendo parte de muitas vidas ao longo do tempo, fato este que aponta para a importância de direcionar cada vez mais estudos nesse contexto.

Do mesmo modo, sabe-se que a criança está em constante desenvolvimento e que os espaços onde está inserida influenciam diretamente na sua formação, além disso, pode-se dizer que contribuem significativamente nos momentos de brincadeira.

Nesse sentido, esta seção traz contributos para o entendimento e compreensão de como são utilizados os espaços do brincar pelas crianças acolhidas e de como está presente no seu dia a dia. Bem como, conhecer como elas brincam e quais são as brincadeiras mais frequentes nos espaços da instituição.

Para tanto, esta seção está dividida em quatro partes, apresenta-se a respeito do perfil dos acolhidos que participaram da pesquisa, isto é, revela-se a caracterização sociodemográfica, como a escolaridade, situação familiar, processo de institucionalização, entre outros.

Na segunda parte apresenta-se a utilização dos espaços planejados e não planejados e sua utilização tanto pelos acolhidos quanto pelos profissionais da instituição, destacando as relações e as brincadeiras. Na terceira parte é abordado a respeito dos tipos de brincadeiras e sua frequência, evidenciando como se apresenta no cotidiano dos infantis.

Finalizam-se os dados, portanto, realizando uma contextualização geral da seção, apresentando as relações existentes entre espaços, tipos de brincadeiras e rotina dos acolhidos encontrados nesta pesquisa.

5.1 Quem são as crianças pesquisadas?

Para conhecer a respeito dos participantes da pesquisa a seguir serão descritas as questões referentes ao acolhimento, como: dados pessoais, faixa etária, escolaridade, situação antes do acolhimento, situação familiar, e o processo de institucionalização.

5.1.1 Dados dos participantes

Tabela 1- Dados dos participantes das sessões de observação realizadas no ano de 2019

Identificação	Sexo	Idade	Esc.	Tempo de acolhimento	Motivo de acolhimento	Irmãos
P1	F	11	4 ^a fundamental	06 meses	P.V/S	NÃO
P2	F	05	Pré I maternal	08 meses	P.V/S	SIM
P3	M	06	2 ^a fundamental	04 meses	N.F	SIM
P4	M	09	2 ^a fundamental	04 meses	N.F	SIM
P5	M	06	2 ^a fundamental	08 meses	P.V/S	SIM

FONTE: Dados da Pesquisa, 2019.

NOTA: P: participante; P.V/S: pobreza e vulnerabilidade social; N.F: Negligência familiar.

Apenas participaram do estudo crianças que correspondem à faixa etária de 05 a 12 anos, na amostra prevaleceram os infantis com 06 (seis) anos, 11 (onze), 09 (nove) e 05 (cinco) anos. O tempo de acolhimento para cada criança participante variou de 04 a 08 meses, conforme o prazo estabelecido em lei, ECA (1990) e CONANDA e CNS (2009), mostrando, além disso, que a instituição se diferencia de outras realidades do país, conforme aponta estudo de Magalhães e Oliveira (2018) quando afirmam que crianças e adolescentes permanecem em instituição de acolhimento por um tempo prolongado.

Em relação aos motivos do acolhimento, verifica-se que os participantes entraram na instituição por motivos relacionados à pobreza e vulnerabilidade social e negligência familiar, vale ressaltar que esta classificação utilizada na pesquisa corresponde à mesma classificação utilizada na instituição. Constatou-se que todos os participantes possuíam irmãos em situação de acolhimento, pode-se averiguar ainda, que todos são natural de Santarém-Pará e residiam em bairros considerados periféricos.

5.1.2 Escolaridade

No que diz respeito à escolaridade dos participantes os dados revelam que todos os acolhidos participantes da pesquisa estão matriculados na rede escolar, entretanto, pode-se verificar em suas fichas que não estão nas séries de acordo com sua faixa etária, evidenciando um atraso na vida escolar. Assim sendo, Feldman e Papalia (2013) e Berger (2016) destacam que mudanças influenciam e afetam na maturação do sujeito além das características individuais de cada um, deste modo, esse atraso possivelmente pode ocasionar sequelas no desenvolvimento das crianças e adolescentes que por um período de tempo não puderam frequentar o espaço escolar e acompanhar as séries conforme a sua idade.

De acordo com as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009) o acolhimento não deve ser visto como uma privação dos direitos a convivência comunitária, pelo contrário, a parceria e o contato com a comunidade favorecem e facilitam a construção de vínculos e um bom convívio.

Uma das primeiras medidas adotadas pela coordenação da casa é a busca pelo ensino na rede pública; o pedagogo técnico responsável realiza todo o processo e articulação de transferência, trancamento e regularização de matrícula, sempre buscando escolas próximas que atendam às necessidades das crianças e adolescentes.

No decorrer da pesquisa verificou-se que uma das crianças ao iniciar as aulas estava com dificuldades e rejeitava a ida para a escola, pois relatava que tinha vergonha dos colegas por morar em uma instituição de acolhimento. Na ocasião foi preciso intervenção dos técnicos pedagogo e psicólogo para ajudar nesse processo.

A equipe técnica realizou visitas na escola para compreender o que estava acontecendo, foi então detectado que na escola não havia nenhum problema. Em conversa com a criança a mesma relatava que tinha vergonha quando o cuidador a levava na sala de aula (P1) dessa forma, foi adotado a medida que este profissional apenas iria deixá-lo na frente da escola (Observação de campo, 02/10/2019 às 10h30min na sala de estar, registro 13).

É importante mencionar que o trabalho da equipe técnica é relevante e fundamental para que sejam efetivados os serviços na comunidade, e ainda evitados possíveis prejuízos no desempenho escolar, assim como no desenvolvimento dos acolhidos.

5.1.3 Situação familiar

No que se refere aos dados da situação familiar das crianças participantes, averiguou-se que os cinco participantes residiam com a família biológica, três moravam com o pai e a mãe e dois com a mãe e outros familiares. Quanto às informações referentes às características das famílias em registros das visitas realizadas pela equipe técnica constata-se que os familiares dos infantis acolhidos tem renda precária, devido à escassez de trabalho, a família de três participantes possuem como renda fixa o auxílio do programa bolsa família e duas não tem devido a não atualização de cadastro.

Quanto às atividades laborais quatro são engajados na função de pescador, quatro na função de diarista e dois não realiza nenhuma atividade. Em relação à escolaridade todos os genitores cursou até o nível fundamental I. Os dados apresentam que três das crianças participantes tem o nome do pai na certidão de nascimento, apesar disso nem todas as crianças conviviam com a sua presença.

Ainda em relação à família três dos infantis têm irmãos na instituição, o que para Cavalcante, Costa e Magalhães (2011) é considerado relevante, pois a presença de irmãos na instituição representa a manifestação de comportamento de cuidado, ajuda e compreensão diante do acolhimento, além de estabelecer contato afetivo, o que o diferencia das crianças acolhidas sem irmãos na instituição. O que torna essa peculiaridade de fundamental importância, devido permitir a compreensão do seu cotidiano e seus hábitos antes do acolhimento, bem como conhecer e identificar os comportamentos dos pais e/ou responsáveis.

Outro fato importante que deve ser destacado é a visita por parte da família na instituição, o que neste estudo corresponde à apenas duas das crianças participantes recebiam visitas, sendo que esta ocorria duas vezes por semana nos dias de terça e quinta-feira sempre no mesmo horário, após o lanche.

Nesse sentido, assegura o protagonismo da família nuclear para que possam voltar ao convívio com suas crianças, assinala a importância das instituições de acolhimento em assumir um caráter residencial para facilitar o contato familiar e a reintegração familiar e garanta a preservação da identidade, ambiente de respeito e dignidade, assim como integre a família em atividades festivas oferecidas pela instituição, como: comemoração de aniversário, festas culturais, entre outros. Destaca-se que no decorrer da pesquisa foi possível verificar que a instituição segue

essas orientações, pode-se observar por muitas vezes a família participando de atividades realizadas por parceiros da instituição.

Entretanto, por meio dos dados foi possível verificar a escassez dessa prática por parte das famílias, dessa forma, o percurso do acolhido dentro da instituição pode ser influenciado por tais questões e possivelmente afetando o curso de seu desenvolvimento, haja vista, que mudanças de ambiente podem gerar modificações em vários âmbitos de sua vida como a rotina, a vida escolar e também comunitária.

5.1.4 Processo de institucionalização

Para conhecer o processo de institucionalização das crianças foram levantados o motivo da institucionalização, o tempo de permanência, se já houve outros acolhimentos institucionais e o andamento de seu processo judicial. Quanto aos motivos que levaram ao acolhimento foi possível identificar no prontuário, 60% em situação de pobreza e vulnerabilidade social, e 40% por negligência familiar, demandas estas levantadas pela equipe técnica no momento do acolhimento.

Os dados revelam diferença nas informações prestadas pelo Ministério Público em serviços de acolhimento no Brasil no ano de 2013, em que os principais motivos revelados de acolhimentos foram: pais ou responsáveis dependentes químicos/alcoolistas (81%), negligência (81%), abandono pelos pais ou responsáveis (78%), violência doméstica (57%), abuso sexual praticado por pais ou responsáveis (44%), vivência/situação de rua (35%), ausência dos pais ou responsáveis por prisão (30%), dentre outros (BRASIL, 2013).

Por conseguinte, é importante conhecer os motivos pelos quais as crianças entram na instituição assim a equipe técnica bem como os outros profissionais podem ajudar e compreender melhor os comportamentos, facilitando na elaboração de vivências e situação difíceis que estes possam enfrentar e que podem estar sendo manifestados nas brincadeiras no seu cotidiano.

Em relação a isto, Lira e Pedrosa (2016) apontam que no momento da brincadeira de papéis, as crianças se relacionam sobre a dinâmica da rede social na qual está inserida, e se efetivam as significações sobre a família. Além disso, na situação de brincadeira estas vivenciam significações sobre o ser família, considerando diferentes configurações familiares explicitando relações horizontais e

verticais de seus membros, isto é, as crianças revivem momentos que tiveram antes de estar em acolhimento, sendo estas vivências positivas ou não.

Ademais, no estudo de Pedroso, Lobato e Magalhães (2016) ressalta-se que as experiências de brincar de uma criança em contexto de abrigo possuem a função de possibilitar que ela seja capaz de deslocar para o brinquedo seus sentimentos e conflitos internos e permite a conseqüente repetição de situações satisfatórias, a simbolização das experiências e a atribuição de sentido e significado ao seu viver.

Com relação à situação no Poder Judiciário todos os participantes já haviam passado pela audiência concentrada que ocorre de seis em seis meses, sendo que nenhum obteve autorização da justiça para retornar ao convívio da família, pois estes não seguiram as orientações técnicas pertinentes à garantia de direitos dos infantis.

5.2 Conhecendo os espaços estruturados e não estruturados

Ambientes que rodeiam a vida da criança exercem grande influência sobre seu desenvolvimento, além disso, é constituído por diversos elementos que corroboram para a sua formação quanto aos aspectos culturais, sociais, psicológicos, histórico, dentre outros, como salientam as pesquisas de Bichara (2016) e Rosa et al. (2010). Nesse sentido, esta subseção busca trazer as características dos espaços da instituição de acolhimento onde as crianças frequentam, evidenciando a relação que estas apresentam com esses espaços.

5.2.1 Espaços estruturados

Na instituição de acolhimento de Santarém Pará, os espaços considerados como estruturados são: Brinquedoteca, maloca, parquinho, campinho, e casinha de leitura que de acordo com os estudos de Rasmussen (2004) são espaços estruturados pelos adultos para as crianças, sem a emissão de opinião por parte do infante, cujo objetivo é a realização de atividades lúdicas por parte dos infantis.

Para tanto, foi possível conhecer e compreender os espaços que as crianças mais frequentam e a relação dialética entre o ambiente e a criança, assim como também, entender como esses contextos afetam a rotina e a vida dos acolhidos participantes dentro da instituição, fatos semelhantes ao que se apresentam nos estudos de Bomtempo e Conceição (2014) quando afirmam tal importância para conhecer os aspectos que circundam o desenvolvimento da criança.

No decorrer da pesquisa percebeu-se que o espaço que os acolhidos têm mais preferência é o campinho e parquinho, acredita-se por ser um ambiente ao ar livre que permite a locomoção de todos e mais movimentos.

Figura 14- Acolhidos jogando bola no campinho



FONTE: Dados da Pesquisa, 2019.

O campinho é um local que fica localizado na área externa da instituição, como pode-se observar, fora planejado para o desenvolvimento de atividades ao ar livre. No entanto, poucas vezes observou-se a utilização por parte da equipe técnica e/ou cuidadores para proporcionar momentos de brincadeiras e lazer para as crianças, isto é, a equipe de profissionais da instituição não está aproveitando o potencial do espaço, no caso o campinho, no dia a dia da instituição.

Fato que contraria ao que afirma Bomtempo e Conceição (2014) ao destacarem que o ambiente não é determinante de um desenvolvimento saudável, mas um provável facilitador das condições saudáveis ao processo de amadurecimento, ou seja, a criança é ser ativo e integrado ao seu contexto.

Essa ilustração retrata uma das ocasiões que os acolhidos estavam brincando no ambiente, porém ressalta-se que essa atividade não foi organizada pelos cuidadores, e sim realizada pelos parceiros da instituição, realidade presente na rotina da instituição, pois a maioria das vezes que os infantis estavam nesse espaço era com parceiros que buscam explorar os espaços mais amplos para desenvolverem suas atividades como averiguou-se em todos os momentos que estiveram na instituição.

Do mesmo modo, verificou-se que os acolhidos gostavam de estar neste lugar

para brincar, porém não eram na maioria das vezes atendidos quanto às estas solicitações, havia cuidadores que permitiam e outros que não, o que deixou os infantis irritados, sempre para ser utilizado esse espaço havia barganhas e/ou ameaças. Segue trecho do diário de campo:

[...] Neste dia todos estavam na sala de estar como de costume, porém, a participante P1, pediu para o cuidador de plantão para irem brincar no parquinho, na ocasião o mesmo permitiu, entretanto, a cuidadora responsável pelas meninas não deixou, as crianças insistiram e o cuidador no momento informou que iria se responsabilizar por todos, dessa forma foram para o parquinho (Observação de campo, 18/10/2019 às 16h30min na sala de estar, sessão 07).

Neste episódio o fato que chama atenção se refere aos comportamentos dos cuidadores que na ocasião tiveram opiniões divergentes quanto à escolha do espaço para os acolhidos ficarem. Comportamentos que puderam ser observados no decorrer das observações, onde averiguou-se que existiam cuidadores que permitiam a ida das crianças para os espaços planejados para elas, e cuidadores que não permitiam deixando as crianças apenas em locais não planejados, devido a facilidade do controle sobre elas.

Figura 15- Acolhidos brincando no parquinho com parceiro



FONTE: Dados da Pesquisa, 2019.

Outro espaço planejado para as crianças é o parquinho, ambiente que também poucas vezes observou-se a realização de atividades. Das vezes que as crianças estavam no parquinho verificou-se que interagem e usavam bastante sua criatividade para inventar e criar brincadeiras, uma vez que este ambiente tem formato de casa. O que condiz com o que Bomtempo (1999) e Bichara (2011) ao afirmarem que o contexto em que a criança vive permite que ela se relacione de forma concreta, adapte e recrie novos conhecimentos para si, a partir do brincar.

Figura 16- Acolhidos brincando na maloca com parceiros



FONTE: Dados da Pesquisa, 2019.

A maloca é um dos espaços planejados mais utilizados por todos da instituição, quando a equipe técnica e os cuidadores organizam alguma atividade é neste espaço que geralmente o fazem. Ademais, é utilizado para receber as visitas das famílias das crianças e para a realização de festas em datas comemorativas. Essa ilustração destaca um dos momentos em que as crianças estavam brincando na maloca junto com os cuidadores e parceiros.

Entretanto, o acesso também para os infantis é limitado, estes não tem acesso no momento em que desejam, ou seja, para ter acesso ao ambiente é necessário abrir os cadeados das grades e são os cuidadores que ficam com as chaves.

Neste dia as crianças estavam na sala de estar, todas muito agitadas, na televisão passava um filme dos pawers rangers, onde apareciam bastantes cenas de lutas, o que fazia com que os meninos ficassem imitando os personagens, no momento o A3 pediu para o cuidador para ir brincar na maloca “vamos lá pra fora tá muito chato aqui, quero brincar”, o mesmo respondeu que não, “ninguém vai pra lugar nenhum, vão se aquietar pra lá” (C6) o acolhido não se conformou e ficou nas grades chutando e tentando abrir os cadeados, e logo em seguida o cuidador mandou que fosse para o

banheiro tomar seu banho (Observação de campo, 25/10/2019 às 17h10min na sala de estar, sessão 10).

Observou-se pouco uso desse espaço, quando a pedagoga cobrava dos cuidadores atividades estes encaminhavam os infantis para esse ambiente, porém sem organizar atividades, quando iam ou deixavam as crianças pintando em seus cadernos escolares e/ou ficavam correndo um atrás do outro, se jogando no chão, brincando de luta, dentre outros, e os cuidadores apenas ficavam sentados monitorando o que estavam fazendo.

Fato que não condiz com o que Guedes (2013) ressalta em seu estudo quando afirma que a brincadeira está presente no cotidiano das crianças e adolescentes e serve como estratégia de vida, sendo que cada um apresentava em suas formas de brincar subjetividades distintas e que por mais que a brincadeira executada por uma criança fosse repetida pela outra, não tinha o mesmo significado, sentido e efeito.

Figura 17- Parceiro utilizando a casinha de leitura



FONTE: Dados da Pesquisa, 2019.

Do mesmo modo, averiguou-se a não utilização da casinha de leitura por parte da equipe técnica e nem pelos cuidadores, outro espaço considerado planejado para a realização de atividades que somente foi utilizado na presença dos parceiros. Assim como também o uso da brinquedoteca, espaço considerado por Magalhães e Oliveira

(2018) importante para a estimulação e ludicidade entre os acolhidos.

Figura 18- Parte interna da brinquedoteca



FONTE: Dados da Pesquisa, 2019.

No decorrer da pesquisa não foi observado o uso desse espaço tanto pelos acolhidos, quanto pelos profissionais que atuam na instituição. A brinquedoteca é considerada um espaço planejado que apresenta objetos e materiais que podem proporcionar diversas brincadeiras e contribuir com a rotina da instituição. Contudo, não é o que se averiguou no dia a dia dos infantis.

Realidade divergente ao que é considerado adequado na literatura, pois Kishimoto (1998) salienta que a brinquedoteca, é um local propício para estimular a criatividade, devendo ser preparada de forma que seus espaços incentivem a brincadeira, dramatização, a construção, a solução de problemas, a socialização e o desejo de inventar. Fato que os cuidadores não promovem no cotidiano da instituição.

Assim sendo, percebe-se que existem espaços para crianças considerados adequados para a promoção de atividades lúdicas que contribuiriam com a dinâmica e rotina da instituição, no entanto, são pouco explorados pelos cuidadores e equipe técnica, estes profissionais durante a pesquisa escolheram permanecer e utilizar os não estruturados para a criança.

Situação que foi averiguada também em outras pesquisas como a de Giacomello e Melo (2011) onde destacaram que os profissionais das instituições de acolhimento não estão preparados para atender as demandas relacionadas ao brincar, fato que inviabiliza as crianças expressarem seus sentimentos, fantasias,

desejos e experiências vividas.

Além disso, afirma que é importante a existência de espaços e atividades que contemplem estes momentos no cotidiano das crianças, comportamentos que se assemelham aos encontrados nesta pesquisa, devido aos profissionais também não oportunizarem a utilização dos espaços de forma adequada nos momentos de brincadeira. Do mesmo modo, Nazário (2013) aponta que é importante que ocorra a utilização de todos os espaços da instituição para que possam ser construídas experiências saudáveis e promover o protagonismo das crianças, algo que não é estabelecido nos profissionais investigados neste estudo.

5.2.2 Espaços não estruturados

A instituição de acolhimento de Santarém Pará é um local amplo que atende as principais necessidades dos acolhidos, assim como também dos profissionais que atuam na casa. De acordo com Rasmussen (2004) existem espaços que não são adequados para a ocorrência de brincadeiras pelas crianças, todavia são ambientes que elas se apropriam e se tornam delas.

Nesse sentido, pode-se averiguar que na instituição os locais que não são destinados a elas, ou seja, não estruturados para as brincadeiras são os mais utilizados, não porque elas desejam, mas sim porque os profissionais da instituição como os cuidadores e equipe técnica optam em permanecer nesses espaços.

Realidade que diverge com o que afirma Rasmussen (2004) quando ressalta que é necessário compreender o significado que as crianças dão para seus espaços de brincadeiras, pois dessa forma, haverá uma melhor organização e planejamento dos espaços, já que as crianças sinalizam significados diferentes dos adultos em relação aos espaços.

No decorrer da pesquisa foi possível observar que estes espaços oferecem maior controle dos infantis, pois podem ser fechadas as grades que dão acesso às áreas externas, facilitando assim o monitoramento de todos. Os ambientes não planejados que mais são utilizados pelos cuidadores é a sala de estar e o refeitório, neste local possui uma televisão e algumas cadeiras de plástico, além disso, uma mesa de madeira com bancos ao seu redor.

Figura 19- Sala de estar e refeitório



FONTE: Dados da Pesquisa, 2019.

Pode-se observar que este é um local amplo como se fosse um grande salão. Era muito comum ao chegar à instituição encontrar as crianças sentadas no chão e/ou sentadas ao redor da mesa, uns assistiam televisão e outros brincando e conversando entre si.

No entanto, não se observava a presença de objetos e brinquedos que estimulassem a realização de brincadeiras, ou então a organização de atividades a serem feitas por eles, conforme o que se preconizava o cronograma da pedagoga, ficavam nesse tempo destinados para o brincar sem fazer nada planejado pelos profissionais, os acolhidos sempre buscam na sua imaginação ou interação uns com os outros se ocupar e aguardar até o momento do banho para posteriormente fazerem a refeição do jantar. O que deixa vários questionamentos, pois na instituição possuem espaços adequados que poderiam ser usados, assim como também materiais e objetos que poderiam ser utilizados nesse momento destinados no cronograma para o brincar.

Do mesmo modo, a equipe técnica no decorrer da pesquisa sempre estava em sua sala, não foi visto ao longo das observações alguma intervenção diretamente com os acolhidos por parte desses profissionais. Geralmente eram vistos, quando chegava um parceiro, onde a pedagoga ia receber e organizar o ambiente para as atividades que traziam, e ou quando iam passar alguma instrução para o cuidador, como informes de horário de agendamento de consultas médicas, sempre transmitidas pelo

assistente social.

Realidade que não corrobora com o que afirma Johnson et al. (1999) ao revelar que os ambientes disponíveis sejam eles abertos ou fechados, áreas internas e externas, proporcionam diferentes modos na elaboração de brincadeiras e no comportamento de interações das crianças. Situação que não foi verificada nesta pesquisa, pois todos os profissionais não utilizavam os espaços de forma adequada que pudessem proporcionar tais comportamentos por parte dos infantis.

Dados que foram constatados também em outras pesquisas que apontam sobre instituição de acolhimento como a pesquisa de Giacomello e Melo (2011), que evidenciou a não utilização dos espaços de forma adequada por parte dos profissionais, e a pesquisa de Nazario (2014) quando revela que as relações, experiências e interações dentro do ambiente institucional acontecem com mais recorrência nos momentos de brincadeira, e que é preciso que os profissionais atentem para estas questões que são importantes para a dinâmica da instituição.

Portanto, percebe-se que nem os espaços estruturados muito menos os espaços não estruturados estão sendo utilizados pelos profissionais da instituição de maneira adequada para a realização das brincadeiras, o que influencia diretamente nas escolhas e tipos de brincadeiras como será averiguado na próxima subseção.

5.3 Os tipos de brincadeira e sua frequência

Reconhecer os diversos contextos onde acontecem as brincadeiras é relevante para a compreensão dos aspectos que envolvem o desenvolvimento humano, pois ambos apresentam peculiaridades que influenciam diretamente nesse processo. Para tanto, Bronfenbrenner (2011) destaca que entender a relação existente entre ambiente físico e social do sujeito é primordial para compreender as dimensões do seu desenvolvimento.

Nesse sentido, pode-se considerar que o acolhimento institucional onde acontecem as brincadeiras está influenciando diretamente os aspectos culturais, sociais, psicológico e histórico, nas brincadeiras dos acolhidos. Assim, buscou-se conhecer os espaços e a frequência que ocorriam as categorias das brincadeiras nesses ambientes.

Dessa maneira, buscou-se analisar esses espaços, por meio da concepção de Rasmussen (2004) que ressalta sobre os espaços da criança, os planejados que

correspondem aos ambientes planejados pelos adultos para a ocorrência de atividades lúdicas e os não planejados que se referem aos ambientes que não são para as crianças, entretanto, são ocupados por elas.

Dessa forma, pode-se considerar que o espaço com maior frequência de brincadeiras realizadas foi na sala de estar com 42,45%, seguida do parquinho 29,25%, e a terceira maloca com 19,81%. Para tanto, no decorrer de 56 sessões de observações gerais, verificou-se com relação aos espaços, que os ambientes onde as crianças acolhidas mais brincam a (sala de estar), não corresponde ao que é considerado mais adequado para a realização de brincadeiras.

Sobre isso Feitosa (2011) retrata em sua pesquisa a importância de se conhecer as impressões e concepções dos acolhidos quando se trata dos espaços para o brincar, em pesquisa realizada as crianças evidencia que estas gostavam de brincar em espaços como sala, quarto, área externa, que lembravam sua história antes do acolhimento, e ainda que tivesse conexão com o que era visualizado na mídia por meio das tecnologias.

O que diverge do encontrado neste estudo, pois as crianças optavam por lugares externos da instituição, espaços que fossem amplos que davam maior autonomia e liberdade para brincar do que escolhessem. Ademais, o autor ressalta que é importante ouvir os infantis, dessa forma, pode-se contribuir com estes na apropriação e criação de novos espaços dentro da instituição, que eles mesmos produzem e se interessem, tornando assim seus espaços preferidos.

Tal dado contraria o afirmado por Magalhães e Oliveira (2018) quando destacam que as instituições de acolhimento devem promover o brincar livre ou estruturado como forma de garantir o pleno desenvolvimento infantil, criando uma gama de atividades, oportunidades de interações, espaços físicos adequados, ou seja, estratégias e ambientes específicos que favoreçam a aproximação das crianças com as brincadeiras.

Neste sentido, pode-se ressaltar que os espaços considerados mais adequados para melhor favorecimento de brincadeiras e de estimulação para relacionamento entre crianças e adultos não estão sendo muito frequentados como verifica-se nos dados apresentados, algo não correspondente ao que afirma Bronfenbrenner (1996) quando salienta que os objetos e os símbolos, como partes do ambiente exercitam a atenção e imaginação da pessoa em processo de desenvolvimento, isto é, a organização e preparo do ambiente fomentam qualidades

nas relações e no convívio.

No período deste estudo, ao longo das observações pode-se perceber que os profissionais em geral no dia a dia não buscavam estimular as crianças através do uso dos brinquedos, um dos objetos considerados importantes para o processo de imaginação e a ocorrência de brincadeiras, dificilmente eram vistos nos espaços destinados para os infantis esses objetos, algo que por diversas ocasiões causou dificuldades no relacionamento do cuidador e o acolhido.

Fato que não corrobora com os estudos apontados por Oliveira (2014) quando afirma que mais vale a interação dos sujeitos do que os objetivos da instituição e que a rotina e o atendimento da instituição implicam diretamente na organização, espontaneidade, autonomia e relação entre os acolhidos e os profissionais. Assim como também apresentado por Golin (2010), pois afirma que quanto mais interação houver dentro deste ambiente melhor será a estabilidade dos cuidados na rotina, o que gera maior segurança do infante para o cuidador.

Tal afirmativa constatou-se em uma das falas da P1, em um dos momentos das observações, quando esta relatava que o cuidador era chato, pois não a deixava brincar com os brinquedos, porque iria bagunçar e quebrar os brinquedos. Relato do acolhido para a pesquisadora:

“tia, eles deixam os brinquedos naquela sala, fica tudo trancado lá, as pessoas dão pra gente e não pra eles (critica o cuidador) eles são muito chatos, custava dar pra nós né” (P1). Na ocasião o cuidador de plantão não permitiu o uso dos brinquedos, conduta comum aos cuidadores (Observação de campo, 29/10/2019 às 15h45min, refeitório, sessão 11).

Práticas que a pesquisadora pode verificar no decorrer das visitas, pois foi observado que os brinquedos geralmente eram liberados apenas quando chegavam até a instituição. Durante a pesquisa sempre estavam guardados e os acolhidos não tinham acesso, o que os deixavam chateados, tendo em vista que sabiam que eram presentes dados a eles como verbaliza a participante P2 a pesquisadora:

“Eu queria brincar com uma boneca que ganhei, mas está lá dentro, a tia não deixa eu pegar, porque o A9 não vai mais querer devolver, toda vez é isso, só deixa a gente usar quando chega, depois a gente não ver mais tia” (P2) (Observação de campo, 31/10/2019 às 16h, sala de estar, sessão 12).

Além dos brinquedos também ficam guardados em um armário na sala da equipe administrativa objetos que proporcionam brincadeiras como papel, lápis de cor,

canetinha, dentre outros, apenas os profissionais tinham acesso. No decorrer da pesquisa por diversas vezes foi observado que o acesso aos materiais escolares e outros objetos eram limitados, a sala onde ficavam guardados os pertences pessoais de cada um, tais como, as mochilas com os materiais escolares, os materiais de higiene pessoal estava sempre trancada. Como descrito no trecho do diário de campo a seguir:

Logo após o lanche os cuidadores liberaram os meninos para assistirem televisão e as cuidadoras verbalizaram que as meninas iam fazer os deveres da escola, o que causou irritação (acolhidos), mas sentaram ao redor da mesa e aguardaram a cuidadora abrir a sala onde ficavam guardadas as mochilas, quando a (P1) foi entrar na sala pra pegar as suas coisas, a cuidadora (C17) a mandou sair com o tom de voz alto, na mesma hora a (P1) saiu e sentou novamente ao redor da mesa (Observação de campo, 11/08/2019 às 15h30min no refeitório da instituição, registro 08).

Para, além disso, Cavalcante e Cruz (2018) afirmam que é importante prestar atenção não apenas nos objetos e símbolos, mas também em conhecer as características do ambiente físico e social das instituições de acolhimento, para que se possam avaliar os fatores que agravam ou minimizam os efeitos da institucionalização e seus reflexos no desenvolvimento humano, e ainda melhorar a qualidade do cuidado oferecido aos infantis.

Quanto a estas questões, nota-se que os cuidadores pouco conhecem sobre a importância de utilizar, organizar os espaços para as crianças brincarem e o quanto isso é importante para o seu desenvolvimento. Segue relato do diário de campo:

Na ocasião estavam todos na sala de estar assistindo televisão e as cuidadoras estavam sentadas ao redor da mesa conversando, ao se aproximar a pesquisadora indagou se iam utilizar a maloca ou o parquinho. As (cuidadoras) responderam “Não, é melhor assim, deixa eles quietos é bom nem inventar”, “esses meninos não sabem brincar não, quebram tudo e depois pra arrumar eles dar maior trabalho, não obedecem, Deus me livre”. (C6 e C11) (Observação de campo, 30/07/2019 às 09h30min no refeitório, registro 07).

O que se opõe ao que retrata Bronfenbrenner (2011) ao dizer que para compreender a complexidade do desenvolvimento é necessário também estudar o contexto, os espaços destinados para as brincadeiras das crianças são pouco utilizados, os cuidadores preferem deixá-las em ambiente que permite maior controle e facilite seu trabalho, isto é, não demande esforço, tendo em vista que propor brincadeiras em espaços livres demandaria do cuidador mais atenção e trabalho.

Ainda, de acordo com o autor, as crianças tendem a se desenvolver melhor quando existe reciprocidade nas relações interpessoais e que estas precisam ser efetivas na sua dinâmica, pois se tratando de crianças em situação de acolhimento quanto mais vínculo houver melhor para que haja a diminuição dos prejuízos e danos causados em consequência da institucionalização.

Esse comportamento do cuidador contrasta com o que preconiza Rasmussen (2004) em seu estudo quando relata sobre os espaços construídos para as crianças, neste estudo verificou-se que este profissional não se atenta para estes espaços de brincadeiras destinados para a criança e seu real significado. O que desfavorece a compreensão dada pelas crianças em relação aos espaços onde ocorrem suas brincadeiras.

Tanto que não foi possível na pesquisa identificar o local da criança, isto é, o local criado e planejado por ela, onde pudesse ser averiguado o significado e sentido real demandado pela criança, já que apenas na maior parte do tempo ficavam na sala de estar, espaço que não é para a criança brincar e nem da criança.

É importante destacar quanto ao uso do espaço planejado, a brinquedoteca, que em nenhum momento das observações realizadas no contexto institucional, foi verificado a utilização deste ambiente, dados estes que apontam divergências quanto à utilização adequadas dos espaços como ressaltam Magalhães e Oliveira (2018) quando afirmam que as instituições devem proporcionar uma gama de atividades, oportunidades de interações, espaços físicos adequados para estimular e promover o brincar livre ou estruturado como forma de contribuir com o desenvolvimento infantil.

Do mesmo modo, Nazario (2014) destaca em sua pesquisa que as brincadeiras em uma instituição de acolhimento estão presentes nos mais variados lugares, tais como, sala, refeitório, parque interno e externo e quartos, nos horários matutino, vespertino e noturno, o que permitia maior interação entre as crianças, fazendo com que fosse ocasionado menos prejuízo para a criança quanto aos danos causados pela institucionalização.

Algo que traz grandes reflexões quanto à utilização dos ambientes por parte de toda a equipe, uma vez que a instituição tem estrutura, equipamentos e objetos que podem auxiliar nos momentos de brincadeira e até mesmo serem utilizados para outras práticas que envolvam e promovam a interação e criação de vínculos, isto é, o seu uso poderia contribuir até nas questões referentes à algum tipo de trauma ou sofrimento, sentimentos negativos vivenciados em outros momentos de sua vida,

como destaca Pedroso et al. (2016).

Em relação às escolhas das brincadeiras, a pesquisadora constatou que estavam intimamente ligados aos espaços determinados pelos cuidadores para a ocorrência do brincar. No decorrer da pesquisa, os participantes envolveram-se em vários tipos de brincadeiras, com temas também variados, ao total foram encontrados 35 tipos de brincadeiras distribuídas por categoria, como demonstra o quadro 9 a seguir:

Quadro 9- Demonstrativo das distribuições dos tipos de brincadeiras por categoria

CATEGORIAS	BRINCADEIRAS	N	%
Simbólicas	Boneca e casinha, Carrinho, Brincando de boneca, Fotógrafa de uma modelo, Brincando de espada, Boneco de Cavalinho, Boneco de Cowboy, Imitação, Assistindo (desenho Gato de botas, desenho de dragão, carros, desenho da formiguinha).	38	35,85
Construção	Fazer desenho, Escrevendo Cartinha e pintando, Bola amarrada no fio, Bola com tampinha de garrafa, Carrinho com um copo de plástico, Pescaria com o fio, Casinha com um andador de bebê, Boneca (com uma girafa), Bolinho de terra, Pintura no papel.	30	28,30
Exercício físico	Brincando de bola (pequena de borracha), Dançarina, Estrelinha no chão, Bola, Escorrega.	23	21,7
Turbulentas	Luta, Apanhar manga verde no quintal, Bola de Água.	08	7,5
Com regras	Cabelereiro e modelo, Soldado de arma, Pira pega e Vôlei.	04	3,77
Contingência Social	Lavando roupa, Dever de casa.	03	2,8

FONTE: Elaborado pela pesquisadora, 2019.

Ressalta-se que as brincadeiras simbólicas foram as que mais se destacaram, dado semelhante ao que se preconiza no estudo de Filocreão (2013) e Oliveira (2014), onde as brincadeiras simbólicas também surgem como a categoria mais realizada no contexto institucional. Percebe-se que o predomínio dessa categoria está relacionada com outros fatores, como por exemplo, o controle da utilização dos espaços, o que

influencia também na escolha das brincadeiras, pois quando os cuidadores não permitem que a criança frequente o espaço destinado para o brincar, faz com que opte por outras brincadeiras, como pode-se observar.

Nesta tarde, todos os infantes estavam na sala de estar, um grupo de acolhidos conversaram e teve a ideia de ir brincar no campinho de vôlei, um deles A3 foi até o cuidador de plantão e pediu para irem para este espaço, entretanto, o C7 não permitiu, e isso fez com que o grupo de infantes que estavam todos empolgados para brincar em outro local, mudasse a escolha da brincadeira, foram brincar de luta, porém como o espaço não é adequado para tal brincadeira, logo o cuidador chamou atenção para pararem e irem assistir televisão quietos (Observação de campo, 04/09/2019 às 16h no refeitório, registro 14).

Verifica-se que as brincadeiras simbólicas foram mais vivenciadas no ambiente institucional em relação às demais, sendo que as duas outras mais seguidas foram às brincadeiras de construção e exercício físico. Destaca-se que as escolhas das brincadeiras tem relação com o ambiente em que as crianças estavam nos momentos das escolhas das brincadeiras, a maior parte do tempo encontravam-se na sala de estar, um local que não é para criança e nem da criança, conforme Rasmussen (2004), pois estas não davam sentido e nem significado para o espaço no momento em que estavam lá.

A única possibilidade que tinham era de elaborar suas brincadeiras a partir de sua imaginação recriando os objetos imaginários, dando um novo sentido para eles, sendo que neste espaço não havia brinquedos e nem nenhuma atividade lúdica organizada pelo cuidador, apenas uma televisão ligada com desenhos passando.

Fatores que influenciavam diretamente na escolha da brincadeira simbólica, já que para a realização das outras categorias faz-se necessário vivências em espaços mais amplos e a utilização de objetos como brinquedos, jogos, cubos, dentre outros, algo que ocorreu de forma bem limitada ao longo da pesquisa, tanto que isso se reflete nas categorias apresentadas.

Realidade que se relaciona com o que afirma Piaget (1971) quando relata que à criança inicia as transformações de situações da realidade conforme sua imaginação, e com o que ressalta Bomtempo (2012) quando explica que para a criança optar pela brincadeira leva em consideração um conjunto de fatores como os espaços e os objetos ao seu redor.

É importante destacar que as brincadeiras registradas sinalizam que as crianças em situação de acolhimento mesmo passando por tantas situações de

vulnerabilidade social e afastamento da família, desenvolvem brincadeiras de criança, conforme seu período de desenvolvimento, o que corrobora com os estudos de Bomtempo (1999) e Magalhães e Pontes (2003) quando ressaltam que o brincar é um elemento universal na infância e pertence à civilização humana. Assim como também se relaciona com o que afirma Bichara (2016) ao dizer que o brincar acontece na vida de todo ser humano não importa o ambiente em que esteja.

Por meio das observações, a pesquisadora pôde identificar que as brincadeiras descritas, permitiam conhecer um pouco sobre as vivências e relações que tinham antes do acolhimento, pois na maioria das vezes as brincadeiras representavam algum acontecimento vivido no âmbito familiar. Como pode-se observar nas brincadeiras dos acolhidos em algumas ocasiões, segue uma das brincadeiras que representa essa afirmativa:

Todos os acolhidos estavam na sala de estar, uns estavam assistindo desenho na televisão, uns sentados nas cadeiras outros sentados no chão, umas das crianças chamou atenção ao brincar de lavar roupa. A participante P2 estava sentada na sala de estar, no momento esfregava as mãos uma na outra, fazia movimentos como se estivesse espremendo uma roupa e colocando no varal, que era o banco da mesa no refeitório, repetiu a cena por diversas vezes, como se estivesse lavando roupa (Observação de campo, 24/10/2019 às 17h30min no refeitório, sessão 09).

A respeito disso, Gomes (2016) destaca que são nas brincadeiras que se encontram as experiências, expectativas e significados, através delas podemos encontrar elementos importantes para a compreensão do desenvolvimento da criança. Entretanto, como acontecia esse brincar era muito limitado, as crianças não tinham a oportunidade de explorar outros espaços nem pegar os brinquedos no momento em que tivessem vontade, tinham que se adequar ao controle e espaço que o cuidador responsável escolhia para ficar, conforme averiguado no trecho a seguir:

Após o momento do lanche como de costume os acolhidos estavam na sala de estar assistindo televisão, nesta ocasião um dos acolhidos A2 tentou abrir os cadeados das portas de grades que dão acesso à maloca e ao parquinho, no entanto no momento que o cuidador de plantão visualizou o acontecimento logo chamou atenção do acolhido não permitindo a sua saída, por mais que o mesmo pedisse para brincar lá fora, expressão usada pela criança (Observação de campo, 11/07/2019 às 10h, sala de estar, registro 01).

Divergindo ao que Bomtempo (1999) e Bichara (2016) afirmam quando destacam que é importante permitir que a criança explore o ambiente conforme seu ritmo, autocontrole, suas atividades, bem como realize uma série de descobertas,

demandas que são limitadas as crianças da instituição.

Os episódios 01, 02, 03, 04, 05 e 06 apresentam as escolhas das crianças pelas categorias de brincadeiras apresentadas: simbólica, construção, exercício físico, turbulentas, com regras e contingência social. Primeiro será exposto um episódio que retrata como aconteciam quando estavam na sala de estar (espaço não estruturado), e em seguida episódio que ocorre no espaço estruturado representando a **categoria de brincadeira simbólica**.

Episódio 01

Brincadeira: Brincando de boneca e casinha

Participante: P2 e A6 (irmã da participante)

Contexto: Espaço não estruturado

Local: Sala de estar

Participante estava na sala de estar sentada no chão com uma Barbie na mão que já estava toda riscada e com aparência de um brinquedo velho, estava também com um telefone de brinquedo cor de rosa ao lado. No momento falava em voz alta conversando com a boneca:

P2: “não vou mais sair, não tenho roupa”, “tu tá tão bonita eu vou pentear teus cabelos, espera aí”.

E penteava os cabelos dela como se estivesse em um quarto se arrumando, após esse momento, pegou o telefone e fez o som de como estivesse tocando.

P2: “Ttrinn, alô, quer falar com quem? ela tá, espera aí”. Levantou-se e foi até a A6 que estava sentada em uma cadeira de plástico assistindo novela, e disse.

P2: “atende aí”.

A6: “O que é que tu quer?”

P2: “Atende logo, querem falar contigo”.

A6: “Me deixa, eu não quero brincar, para já com essa leseira”, a P2 no momento saiu correndo para o outro lado, sem aparentemente se importar com o que a irmã tinha dito.

Participante voltou e sentou novamente, pegou a boneca e ficou arrumando as roupas dela, dizendo:

P2: “tu tá ficando linda, vai passear depois” “tu gostou dessa roupa”?

E assim ficou brincando sozinha sem interferência de outras crianças e sem interagir mais com ninguém.

Percebeu-se nesse episódio que a criança estava brincando com uma boneca, assumindo o papel de mãe, pois a participante na ocasião ficava penteando seus cabelos e arrumando a boneca como se fosse sair de casa, demonstrava cuidado e dialogava com a boneca, era como se estivesse na frente de um espelho dentro de um quarto, apesar de não ter nenhum objeto ao lado e nem outros brinquedos, percebe-se que a participante estava representando situações do cotidiano que ocorre entre mãe e filha, dando sentido e significado para esta relação, características das brincadeiras simbólicas.

No que se refere aos jogos simbólicos para Piaget (1971) a criança inicia as transformações de situações da realidade conforme sua imaginação e é nesta etapa que surge o faz-de-conta. Bomtempo (2012) reforça essa ideia quando explica que a brincadeira simbólica é aquela na qual a criança progride da necessidade de experimentar alguma coisa, para a habilidade de pensar sobre ela, e pode ser observada no comportamento de dar novos significados e funções aos objetos, no ato de adotar e representar papéis sociais variados e, na iniciativa de surgir temas e cenários para as brincadeiras.

Os dados desta pesquisa são semelhantes ao que se apresenta na pesquisa de Pedroso, Lobato e Magalhães (2016) quando relatam que as experiências de brincar de uma criança em contexto de abrigo possui a função de possibilitar que ela seja capaz de deslocar para o brinquedo seus sentimentos, permitindo consequente repetição de situações satisfatórias, a simbolização das experiências e a atribuição de sentido e significado ao seu viver.

Além disso, é destacado pelas pesquisadoras acima mencionadas, que o brincar representa para a criança uma maneira para inserir-se na realidade concreta, pois, por meio dele, ela deixa de ser uma simples espectadora e assume o papel de agente transformador no seu meio. Situação que pode ser evidenciada nesse episódio quando a participante P2 assumiu o papel de mãe na sua brincadeira.

Fato semelhante ao que se apresenta na pesquisa de Filocreão (2014) quando ressalta que as crianças no abrigo representavam papéis relacionados ao círculo familiar - filho, pais, irmãos, avós, etc., conforme a apresentação da rotina institucional e as pessoas que frequentavam o ambiente, realidade que também pode ser verificada neste estudo.

Para tanto, Bomtempo (1999), Bichara (2016) e Kishimoto (2015) ressaltam que a brincadeira pode representar para a criança um jeito de assumir o protagonismo de

suas ações, ter satisfação pessoal, autonomia, produzir cultura, alterar as noções de tempo e espaço, isto é, pode proporcionar a possibilidade espontânea e natural de interagir com o mundo construído por ela.

De acordo com Huizinga (2014) em relação ao caráter lúdico das atividades, este destaca que se apresenta como um fenômeno social promovendo divertimento, fascinação, distração, excitação, tensão, alegria, arrebatamento, ação e emoções que perpassam as necessidades imediatas da vida humana, o que se verificou no momento de brincadeira da participante P2.

Outro fato importante a destacar é que a participante estava brincando sozinha, até tentou interagir com a irmã, mas esta não quis brincar, devido estar assistindo novela. Evento que chama a atenção, pois em nenhuma hora ficou chateada, evidenciando aparentemente que era comum não haver esses momentos de brincadeiras entre as duas, e que era comum brincar sozinha.

Na ocasião os outros acolhidos não interferiram na brincadeira, algo que era muito raro de acontecer, pois sempre havia interferência nas brincadeiras quando todos estavam no mesmo espaço. Devido não ter outros tipos de ocupação brincavam um na brincadeira do outro, comportamentos que geravam conflitos entre si.

Ressalta-se que apenas nesses momentos verificava-se a intervenção dos cuidadores, estes não proporcionavam momentos de brincadeiras, a maioria das vezes ficavam sentados assistindo novela junto com os acolhidos ou mexendo no celular, comportamento que não condiz com o que preconiza as Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) em relação ao trabalho do cuidador.

O que pode ser averiguado também nas pesquisas de Oliveira (2014) e Nazário (2014), pois os profissionais educadores/cuidadores nestes estudos emitiam os mesmos comportamentos em relação ao envolvimento e interação com os acolhidos nos momentos de brincadeira, o que evidencia que a baixa adesão destes profissionais nas ocasiões de brincadeira não se restringi somente a instituição de Santarém Pará, mas sim algo que se faz presente em outras instituições de acolhimento.

A seguir será mostrado episódio que retrata a **categoria de brincadeiras de construção** em um espaço não estruturado.

Episódio 02

Brincadeira: Pescaria com o fio

Participante: P5, A6 (irmã do participante) e A5

Contexto: Espaço não estruturado

Local: Sala de estar

Estava na sala junto com as outras crianças e adolescentes, no momento permanecia em pé em frente à porta de entrada onde amarrou um fio de náilon na grade e ficou segurando como se estivesse colocando o fio dentro do rio dizendo:

P5: “É hoje que eu pego um peixão” “essa minha canoa vai ficar cheia”.

P5: “Olha que peixão” mostrava para o A6.

A6: “Para de fazer graça, não to vendo peixe nenhum sai logo daí”.

P5: “Mas tá aqui na minha mão, olha”.

Mostrava a mão sem nada pra ela, que não ligou para ver o que ele estava fazendo. O mesmo voltou para sua brincadeira.

P5: “Calma, parece que vai chover”, “tenho que sair daqui” começou a tirar o fio da grade e guardou no bolso, saiu correndo pela sala pra ver o que as outras crianças estavam fazendo e parou do lado do A5 que estava perto da mesa sentado e disse:

P5: “Olha aqui o que eu pesquei ele é grandão”.

A5: Só disse “sai” e nem ligou pra ele, depois disso a cuidadora chamou pra ir tomar banho, guardou o fio no bolso da bermuda e seguiu para o quarto.

Neste episódio a criança representa a brincadeira de construção, na ocasião o P5 estava brincando sozinho, até tentou interagir com outras crianças, mas nenhuma optou em entrar na brincadeira dele assumindo um papel. Observou-se nesta cena que esta brincadeira ilustra o cotidiano familiar, pois o pai dessa criança exerce a função de pescador, isso demonstra que mesmo em locais distantes e estranhos para a criança, esta conseguiu representar a vida familiar através da brincadeira. Verificou-se que no momento da brincadeira reproduzia movimentos motores e verbais como se fosse um adulto.

A cena demonstra os costumes e valores da região amazônica, onde a pesca representa um meio de sustento das famílias e até mesmo de sobrevivência de uma família, dados que corroboram com a ideia de Brougère (2015), quando salienta sobre a cultura lúdica afirmando que para o sujeito realizar as brincadeiras é necessário que este apresente um conjunto de regras, significações e referências próprias adquiridas

no contexto social, mas que são próprias de cada um, permitindo que seja interpretada e produzida de maneira individual conforme seu número de esquemas advindos do cotidiano.

Além disso, Santos (2005) ressalta que qualquer objeto nas mãos de uma criança pode ser um brinquedo e uma brincadeira. A necessidade que as crianças têm de brincar supera qualquer restrição imposta pelo ambiente, elas criam seu próprio espaço para brincar e improvisam brinquedos.

Quando o cuidador possibilitava que as crianças fossem para os espaços planejados, verificou-se que ficavam mais eufóricas e criavam mais brincadeiras, diferente quando estavam em espaços não planejados. O episódio 03 mostra outro tipo de brincadeira, a categoria de brincadeira exercício físico, evidenciando como se comportavam nesta ocasião.

Episódio 03

Brincadeira: Estrelinha no chão

Participante: P1 e A3

Contexto: Espaço estruturado

Local: Parquinho

Nesse dia todos estavam na sala de estar como de costume, porém, a participante P1, pediu para o cuidador de plantão para irem brincar no parquinho. Abriu os cadeados das grades e permitiu a saída dos acolhidos que foram eufóricos para fora em direção ao parquinho. Na ocasião a P1 saiu correndo dizendo:

P1: “eba ei A3, vamos brincar de fazer estrelinha no chão e cambalhota?”.

A3: “Bora”.

P1: “tá eu começo, vamos daqui até lá, chegando lá escorregamos e depois voltamos fazendo estrelinha”. E assim iniciaram a brincadeira correndo e pulando, fazendo estrelinhas no chão e escorregando no escorrega bunda do parquinho. As outras crianças estavam correndo e se jogando na terra brincando uns com os outros, comportamento que não era presenciado quando estavam na sala de estar.

Este episódio confirma o que a literatura afirma acerca da escolha dos ambientes nos momentos das brincadeiras e a sua interferência no modo como as crianças se comportam diante dos espaços. Sobre essas questões Bronfenbrenner e Morris (1998) ressaltam quando os ambientes são favoráveis ou estáveis, o sujeito tende a ter mais facilidade em desempenhar suas habilidades e a ter comportamentos

assertivos, pois o ambiente proporciona tais manifestações.

O que pode ser verificado neste episódio quando houve a troca de ambiente para a realização das brincadeiras. Observou-se neste caso, que os infantis ao escolherem ir para o parquinho manifestaram satisfação e desempenham melhor suas brincadeiras, além disso, houve mais interação entre estes, algo que se diferencia quando estavam todos em uma sala sem acesso a outros ambientes.

Fatos que corroboram com os estudos de Cecconello e Koller (2016) quando relatam que os ambientes desfavoráveis influenciam na qualidade dos processos proximais e isso pode ser tanto de aspecto positivo quanto de aspecto negativo, destacando assim, que os ambientes em situação de acolhimento dependendo da forma como são utilizados pelas crianças influenciam nas suas relações proximais e no seu desenvolvimento.

Destaca-se que as escolhas das brincadeiras neste episódio são diferentes das observadas em outros momentos, acredita-se que a mudança de espaço para brincar possibilitou um maior repertório de brincadeiras. Sobre isso Bomtempo e Conceição (2014) destacam que sempre haverá uma dialética entre o ambiente e a criança, pois ela atua e é afetada ao mesmo tempo por este meio a qual está inserida. Fato este que pode ser verificado nesta ocasião quando foi permitido que as crianças fossem para o parquinho, pois no exato momento observou-se a mudança no humor destas, demonstrando que existe essa relação e são afetadas pelo ambiente onde estão inseridas.

Acontecimento que se apoia no que diz Rosa et al. (2010) quando alegam que a criança atua e é afetada ao mesmo tempo pelo ambiente no qual está inserida, demonstrando que existe uma relação e interação recíproca entre o ser humano e o ambiente.

Além disso, Bomtempo (1999) e Bichara (2011) afirmam que o contexto em que a criança vive permite que ela se relacione de forma concreta, adapte e recrie novos conhecimentos para si, a partir do brincar e que as brincadeiras dependem, em grande parte, da qualidade do ambiente destinado a elas, tanto em termos das características físicas (dimensão, topografias e equipamentos) quanto das sociais (localização, pessoas presentes, cultura, entre outros aspectos).

Igualmente Filocreão (2013) ressalta que é preciso criar elementos e situações estruturadas para que as crianças em situação de acolhimento possam se expressar e interpretar papéis que o auxiliem na elaboração de sensação de perda. Fato que

pode ser verificado neste estudo quando se trata de estruturas e qualidades dos espaços, porém não utilizados com qualidade conforme aponta os estudiosos mencionados.

Neste sentido, verificou-se que existiam na casa dois perfis de cuidadores, os que estimulavam as brincadeiras e os que não estimulavam, fato este que pode ser averiguado nas verbalizações dos acolhidos, pois estes já sabiam quais eram os cuidadores que iriam deixá-los ir para o campinho, maloca e parquinho, e os cuidadores que não permitiam, isto é, conheciam o funcionamento dos plantões.

Golin (2010) ressalta que é preciso promover condições de cuidados estáveis que permitam o envolvimento mais próximo entre as crianças e os cuidadores, essa relação em seu estudo contribuía para minimizar o sofrimento da criança em relação aos fatores emocionais e físicos. Situação que não pode ser verificada neste estudo por parte de todos os profissionais da instituição, uma vez que existia instabilidade na forma de tratar de um profissional para outro, o que dificultava o vínculo dentro da instituição.

Esses acontecimentos permitem salientar que os cuidadores não conhecem a importância dos espaços para a realização das brincadeiras, o que diverge com o que afirma Cavalcante e Cruz (2018) quando abordam sobre a importância de prestar atenção e conhecer as características do ambiente físico e social das instituições de acolhimento, para que se possa compreender e avaliar os fatores que agravam ou minimizam os efeitos da institucionalização e seus reflexos no desenvolvimento humano, e ainda melhorar a qualidade do cuidado oferecido aos infantis nesses contextos.

Pinto e Bichara (2018) corroboram também com essa ideia quando afirmam em seu estudo que as dimensões e características dos espaços físicos de uma instituição contribuem para a qualidade das práticas humanas que ali ocorrem, sejam como facilitadoras ou dificultadoras. Fato este, que em nenhum momento no decorrer da pesquisa foi verificado, na atuação dos técnicos e nem dos cuidadores, possivelmente dificultando o processo de estimulação e promoção de atividades de formas variadas, para que fosse explorada a potencialidade e capacidade das crianças.

Do mesmo modo, observou-se que o comportamento dos cuidadores exerce influência no humor e no comportamento dos acolhidos, notou-se que os profissionais que agiam de forma rígida na sua forma de falar e de conduzir a rotina, deixavam as crianças extremamente agitadas e irritadas, havia um aumento de conflito entre os

infantis, e em alguns momentos a ocorrência de atritos entre o cuidador e a criança, devido algumas crianças não obedecerem, apenas para contrariar as ordens que a ela tinham sido direcionadas, gerando tumulto no ambiente e um afastamento na relação entre cuidador e criança.

Sobre tais questões Medeiros (2015) destaca que as crianças em situação de acolhimento conhecem a respeito dos seus direitos quando indagadas sobre seu bem estar, em seu estudo os infantis sinalizavam conhecimento a respeito principalmente do direito de ir à escola e de brincar. Neste sentido é preciso reconhecer a opinião dos infantis, tendo em vista que assim serão reconhecidas suas necessidades, o que permite a minimização de conflitos entre os que convivem na instituição, algo que pouco foi verificado nesta.

Os profissionais pouco ou quase nunca levaram em consideração as solicitações dos acolhidos. Acontecimento que também foram detectados na pesquisa de Costa (2015) quando os técnicos e coordenadores demonstravam resistência em modificar o planejamento e mantinham comportamento autoritário diante dos acolhidos.

A seguir será evidenciada a **categoria de brincadeira turbulenta** entre os acolhidos durante os momentos de brincadeira em um espaço estruturado.

Episódio 04

Brincadeira: Apanhar manga verde no quintal e pira pega

Participante: P1 e P4

Contexto: Estruturado

Local: Parquinho

Estava na área que fica o parquinho ao seu lado estava o P4, brincavam de subir e descer na casinha do parquinho, um correndo atrás do outro brincavam de pira pega, somente os dois as outras crianças brincavam de escorregar e correr também chutando areia, no momento verbalizavam:

P1: “Tu não vai me pegar” “Tu é muito fraco” e sorria.

P4: “Tu que é” “Eu já sou acostumado a correr, ninguém me pega lá na escola”.

P1: “Só lá mesmo, quem manda aqui sou eu e eu sou a mais forte corro mais toda vez eu que ganho” “tive uma ideia, bora apanhar aquela manga ali” “depois nós come”.

P4: “Bora” “pera aí vou pegar uma pedra, pra gente tacar lá”.

P1: “Mais deixa que eu taco, me dar aqui”.

Ficaram jogando pedra na manga até que caísse, na ocasião não tinha cuidador por perto, até que a A7 foi para dentro da casa e informou para o cuidador que estavam tacando pedra na manga. Ele foi até lá e disse:

C: “Bora todo mundo sai daí” “vocês não sabem ficar quietos não” “bora, bora, bora”. E assim todos o entraram reclamando e dizendo que não queriam ainda entrar.

Este episódio retrata as escolhas de brincadeiras turbulentas, que os acolhidos realizavam quando tinham a oportunidade de estar em ambientes abertos como o parquinho. Neste sentido, pode-se constatar que a ocorrência de brincadeiras turbulentas era mais evidente nestas ocasiões, além disso, o contato físico entre eles aumentava, uma vez que tinham mais espaço para a realização de movimentos e autonomia para as escolhas das brincadeiras.

Quanto a estas questões Becker (2016), Gomes (2016), e Menezes e Bichara (2016) ressaltam que os ambientes que rodeiam a vida das crianças exercem grande influência sobre o seu desenvolvimento, devido ser considerado também um promotor da condição biopsicossocial dos infantis.

Para tanto, Feldman, Papalia (2013) e Berger (2016) destacam sobre os três domínios predominantes para tal compreensão do desenvolvimento: o domínio biossocial, cognitivo e psicossocial, cada um com características próprias, inter-relacionados afetando um ao outro, considerado holístico e dinâmico. Neste caso, pode-se perceber que as crianças ao escolherem pelas brincadeiras turbulentas afetam um ao outro, isto é, fortalecem os vínculos uns com os outros e criam uma dinâmica nas suas relações.

Foi possível averiguar nesse episódio quanto ao comportamento do cuidador, que diante de situações que envolvem brincadeiras turbulentas estes não dialogam para entender o processo e o que está de fato acontecendo, apenas exerce sua autoridade proibindo a utilização do ambiente e das brincadeiras realizadas.

Fato que impossibilitou o cuidador naquele momento de perceber o quanto todas as crianças estavam se divertindo ao brincarem no parquinho, além disso, percebeu-se ainda, que todos tem a mesma punição quando não seguem as regras e/ou fazem algo que desagrade os cuidadores, como foi o caso da participante P1 ao

jogar pedra na manga verde. Contrariando o que Cavalcante e Cruz (2018) ressaltam ao informar que é preciso relacionar os diferentes aspectos do ambiente para melhorar a qualidade das relações e de cuidado.

Brincadeiras que também foram detectadas na pesquisa de Oliveira (2014), pois as crianças tinham em suas escolhas de brincadeiras as que eram também voltadas para as de categorias turbulentas. Segue no próximo episódio a **categoria de brincadeira jogos e regras**, evidenciadas no cotidiano dos infantis.

Episódio 05

Brincadeira: Vôlei

Participante: P4 e A3

Contexto: Espaço não estruturado

Local: Sala de estar

No momento encontrava-se todos na sala de estar estavam correndo ao redor da mesa quando o P4 disse para o A3:

P4: “Vamos brincar vôlei com aquela bola?”.

A3: “Que bola já?”.

P4: “Pera aí que vou pegar uma”.

Sai da sala foi até o quarto e trouxe uma bola pequena de borracha para brincarem de vôlei na sala de estar.

A3: “Joga pra mim, tem que jogar por cima, e não no chão, tu não sabe que vôlei a gente joga assim”.

P4: “Ta bom, bora contar os pontos também pra ver quem vai ganhar”.

E assim ficaram até o final quando o cuidador disse:

C10: “Cuidado pra vocês não baterem nas meninas, cuidem logo de ir pro banheiro tomar banho” terminando assim seu tempo de observação.

Verifica-se neste episódio que os participantes estavam brincando de vôlei na sala de estar, o que retrata a categoria de brincadeiras relacionadas à regras. Quando os infantis estavam na sala de estar, geralmente ficavam um perto do outro, conversando sobre alguma cena de filme ou vivências na escola, percebe-se que nesses momentos gostavam e se importam uns com os outros.

Assim sendo, Nazario (2014) afirma que as relações, experiências e interações dentro do ambiente institucional acontecem com mais recorrência nos momentos de brincadeira e quando estão juntas desenvolvendo alguma atividade. O que pode ser verificado nesta pesquisa, pois observou-se que as crianças que brincavam sempre juntas tinham mais afinidades e facilidade de expor sobre seu cotidiano desejos e sonhos, entretanto, as que não tinham o hábito de brincar juntas, dificilmente era visto a interação entre eles em outros momentos.

Pedroso, Lobato e Magalhães (2016) destacam que o brincar representa para a criança uma maneira para inserir-se na realidade concreta, pois, por meio dele, ela deixa de ser uma simples espectadora e assume o papel de agente transformador no seu meio. Fato que foi verificado ao observar que as crianças ao brincar de brincadeiras de regras conseguiam modificar o meio naquele momento, isto é, modificavam as relações e estreitavam laços.

O que corrobora ainda com o que Guedes (2013) evidencia em sua pesquisa que cada criança apresenta subjetividades distintas ao brincar, e ainda que a brincadeira está presente no cotidiano das crianças e adolescentes e serve como estratégia de vida para estas, pois cada uma apresenta uma forma diferente de lidar com a vida. Situação que averiguou-se nesta ocasião quando as crianças ao emitirem suas opiniões no momento da brincadeira demonstravam formas diferentes de interpretar e de opinar sobre a mesma situação, que no caso ressalta-se quanto às regras do vôlei.

No próximo episódio será apresentada a última **categoria de brincadeira contingência social**, averiguadas no cotidiano da instituição.

Episódio 06

Brincadeira: esconde- esconde

Participante: P1 e C5

Contexto: não estruturado

Local: Lavanderia

Na ocasião todos os infantis estavam na sala de estar assistindo televisão, entretanto, a P1 estava na lavanderia, ajudando a cuidadora a lavar as roupas, no momento da atividade ao invés de ajudar e lavar as roupas, utilizou aquele momento para tentar brincar de esconde- esconde, usava as máquinas de lavar como esconderijo e tentava chamar atenção da cuidadora para a brincadeira, a mesma verbalizava:

P1: “Tia, bora brincar de esconde- esconde?” é rapidinho.

C5: “Bora logo cuidar P1, pra gente entrar”.

P1: “Vou me esconder conta aí, duvido tu me achar”.

C5: “Vai não me atrapalha vou contar aqui”.

No momento houve interação entre as duas a cuidadora continuou lavando as roupas, separava as roupas das crianças para por na máquina de lavar, mas atendeu o pedido da P1 dizendo:

C5: “Ta bom, vai lá não ta me ajudando mesmo”.

P1: “ tá confere aí”

C5: “1,2,3,4 já”

A P1 foi na mesma hora se esconder entre as máquinas de lavar e na mesma hora a cuidadora verbaliza:

C5: “Olha já P1, mas aí hein” “não tinha outro lugar pra se esconder, tá vendo que não cabe aí logo te acho”.

Na ocasião as duas riam e pareciam está se divertindo, após esse momento continuaram lavando as roupas e conversavam sobre música, algumas vezes cantavam os trechos e sorriam.

Neste episódio averiguou-se que diante das atividades cotidianas os infantis encontram alternativas para brincar, como pode-se observar no comportamento da P1, que ao realizar suas obrigações diárias buscou uma forma de brincar e se divertir. O que se caracteriza como a categoria de brincadeiras de contingência social, que destaca que as crianças ao revezarem papéis, são motivadas e reforçadas pelo prazer associado à capacidade de realizar e produzir outras respostas contingentes.

Outro fato verificado foi quanto ao comportamento do cuidador que na ocasião permitiu que o acolhido brincasse e se divertisse, interagindo e dialogando com este, vivências pouco observadas no decorrer desta pesquisa. Quanto a isto, Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007) ressaltam que as instituições de acolhimento têm funcionado como uma medida social com muitas vantagens para as crianças.

Realidade que pode ser verificada neste episódio quando o cuidador se preocupa com o bem estar do acolhido.

Cruz e Gonçalves (2018) apontam que é necessário respeitar as individualidades, desejos e momentos de silêncio e raiva de cada um, bem como também utilizar os espaços criados para as atividades como ferramentas para proporcionar momentos de interação. Fato que pode ser observado nesta ocasião, pois o cuidador respeitou o desejo da criança, não obrigando este a seguir rigidamente a lavagem das roupas, no momento foi atencioso e respeitoso.

Fato que pode-se encontrar também na pesquisa de Filocreão (2013), quando os profissionais permitiam e estimulavam as brincadeiras simbólicas com o objetivo das crianças representarem por meio do lúdico sua convivência familiar antes do acolhimento institucional.

Dessa forma, estes seis episódios acima descritos retratam uma parte das ocorrências e escolhas das brincadeiras das crianças, e de como acontecem na rotina destas às categorias das brincadeiras e da utilização dos espaços no âmbito de acolhimento institucional.

Nesse sentido, que os resultados demonstram que ocorreu a preferência pelo tipo de brincadeira associada ao tipo de espaço, nos espaços estruturados as crianças brincavam com mais frequência às brincadeiras de exercício físico (correr, subir e descer os equipamentos do parquinho, escorregar, pular, etc.). Por outro lado, nos espaços não estruturados ocorreu a prevalência das brincadeiras simbólicas (brincar de boneca, carrinho, boneco, etc.).

Destarte, são realizadas para a finalização desta seção, breves considerações gerais que objetivam apontar as conclusões conjuntamente de todo o contexto pesquisado e ressaltar quanto ao objetivo desta pesquisa, que é conhecer como as crianças em situação de acolhimento em Santarém Pará brincam.

5.4 Reunindo tudo: quais as relações entre os tipos e frequência de brincadeiras e os espaços onde elas ocorrem?

A partir dos resultados obtidos no decorrer da pesquisa em relação às brincadeiras e os espaços, pode-se verificar que existe uma relação entre ambas, fato que modificava a dinâmica da instituição, como as relações entre infantis e cuidadores, o comportamento, o humor e o dia a dia dos acolhidos.

Pode-se dizer que existe a relação entre o cuidador e o acolhido dentro da instituição, pois ambos convivem diariamente, entretanto, mediante os dados coletados neste estudo, destaca-se que as relações proximais destacadas por Bronfenbrenner (2011) não estão sendo seguidas neste ambiente.

O autor ao abordar sobre tais questões menciona que para ter relações proximais faz-se necessário um conjunto de aspetos para que de fato ocorra o desenvolvimento humano de forma adequada. Dentre elas pode-se citar quanto ao engajamento da pessoa em uma atividade, fato que não foi verificado na relação entre acolhido e o cuidador, no decorrer do processo não constatou-se o engajamento de ambos em uma atividade que proporcionasse a vinculação entre os dois.

Nesse sentido, por não haver uma atividade que conectasse ambos, não existia efetividade nas relações estabelecidas tornando-as meramente ocasionais, pois para que seja efetiva é necessário à interação constante em períodos regulares durante as atividades, o que se observava na instituição quanto a isso, era apenas o cumprimento de regras e protocolos estabelecidos, não havia essa promoção de atividades complexas que contribuíssem de fato com o desenvolvimento humano e tornassem as relações interpessoais recíprocas e efetivas.

Da mesma forma, não eram utilizados os objetos e símbolos presentes para que houvesse a estimulação e exploração da pessoa em desenvolvimento, no caso os acolhidos conforme preconiza Bronfenbrenner (2011). Situações que demonstram que não havia relações proximais entre acolhido e cuidador, fato que torna desfavorável o desenvolvimento dos infantis em situação de acolhimento institucional, pois para que seja favorável é necessário um conjunto de fatores como mencionado, algo que não pôde ser visto durante este estudo.

Assim, quando se aborda sobre o contexto de acordo com a teoria bioecológica do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner (2011), percebe-se que os infantis ao se depararem com essa nova modalidade de microssistema, demoram em se adaptar o que torna a vida deles difíceis no dia a dia, uma vez que essa relação íntima e face a face para a formação de vínculos é construída sem muitas vezes existir à vontade e o desejo por parte do acolhido, são na maioria das vezes obrigados a manter relação interpessoal devido sua situação de acolhimento.

Em relação à preferência e a escolha das crianças pelas brincadeiras foi observado que esses fatores estão interligados com o espaço em que permanecem na ocasião da escolha. Dessa forma, foram apresentados dois momentos e

possibilidades em relação ao brincar no cotidiano das crianças acolhidas, os que dizem respeito aos espaços estruturados e os espaços não estruturados.

Realidade que condiz com a literatura em relação à utilização dos ambientes e de como interferem e estão interligados com as escolhas realizadas pelas crianças quando se trata das brincadeiras, sejam elas não apenas em ambientes institucionalizados e/ou em outros ambientes.

Com base nos instrumentos utilizados nesta pesquisa pode-se categorizar as brincadeiras conforme aponta Morais e Otta (2003), e percebeu-se que existe um padrão nas escolhas das brincadeiras pelas crianças no seu dia a dia. Tanto que as classificações das brincadeiras na pesquisa apresentada apontam e definem essa relação e a sua diferença.

Quando as crianças estavam em espaços estruturados optavam por brincadeiras que exigiam movimentos corporais e aqui foram definidas como as categorias de brincadeiras, exercício físico, turbulentas e com regras, atividades voltadas mais para brincadeiras em grupo e que permitem maior interação, além disso, possibilitam o movimento do corpo com mais liberdade.

Talvez isso ocorra porque esses espaços estruturados na instituição já estejam direcionados para a ocorrência de brincadeiras. Quando as crianças estavam nesse ambiente aproveitavam para brincar de uma forma que não poderiam em outros espaços, talvez porque tenham a crença e percebiam que eram ambientes deles, pois estes espaços apresentavam subsídios para que se chegasse a esta definição, como é o caso da brinquedoteca que possui dentro dela brinquedos e uma diversidade de objetos que permitem tais conclusões.

Assim como também a maloca, parquinho e campinho que são espaços abertos, amplos que de certa forma dão este sentimento de liberdade para os acolhidos como correr, pular, se jogar no chão, lutar, dentre outros, como se visualizava nas poucas vezes que estavam nesses ambientes. Realidade que foi pouco observada no decorrer desta pesquisa, as crianças quase não utilizavam estes espaços o que ficou evidente nos resultados apresentados nesta seção.

Do mesmo modo, era comum no cotidiano dos acolhidos a permanência no espaço não estruturado como a sala de estar, refeitório e quartos, situação que provavelmente intervia na realização das brincadeiras com mais movimentos, pois os infantis precisavam constantemente realizar adaptações e reinventar formas de brincar, uma vez que o ambiente era limitado para correr, pular, jogar bola, etc. Quando

estavam nos ambientes não planejados precisavam se comportar de maneira diferente de quando estavam nos espaços planejados.

Fato que pode ser verificado quando a categoria de brincadeira simbólica emergiu com mais frequência no dia a dia dos infantis, como estes eram o tempo todo controlados, situação que ficou bem visível em todo o processo, as opções eram limitadas, mas o que em nada interferia no desejo de brincar, isto é, encontravam alguma forma de interagir e se divertir, confirmando o que Bichara (2016) contempla quando afirma que a brincadeira acontece em todos os lugares e que o brincar pertence à criança independente do contexto que esteja.

Para tanto, também foi observado que os parceiros mais frequentes durante as brincadeiras eram os irmãos, realidade semelhante ao que afirmam Cavalcante et. al (2012) sobre a convivência e o cuidado entre irmãos dentro das instituições de acolhimento.

Diante disso, averiguou-se que na instituição por mais que não seja utilizado como espaço da forma como preconiza a literatura, pode ser considerado como um ambiente de desenvolvimento humano como ressalta Bronfenbrenner (2011), pois ficou evidente a relação que o ambiente possui na vida do sujeito e o quão significativo é a compreensão dos contextos para o entendimento do brincar.

Ao realizar a verificação de todos os dados, pode-se perceber também que existia uma relação nas escolhas e utilização dos espaços pelos infantis com a conduta que o cuidador apresentava na ocasião. Era o cuidador que determinava a utilização dos espaços, cabia a ele decidir como as crianças iam brincar porque dependendo do local as crianças faziam planejamentos diferentes.

Diante disso, pode-se constatar que a responsabilidade do cuidador estava muito mais além do que o cuidado como preconiza a sua função, estava também sobre seu encargo à forma como os infantis iriam se comportar e se sentir, pois cada direcionamento que fazia interferia na dinâmica e na forma como as crianças agiam no seu cotidiano.

Os cuidadores apresentavam de certa forma um padrão no modo como tratavam os acolhidos, optavam por manter os infantis em ambientes não estruturados que permitiam maior controle de todos, não era muito comum a liberação para ambientes planejados, o que gerava alguns conflitos e insatisfações como pode-se observar no decorrer da pesquisa.

Os acolhidos como pode ser observado tinham consciência e sabiam dos seus

direitos de brincar nos espaços destinados a eles, entretanto também conheciam quem detinha o poder e autoridade, neste caso o cuidador. Dessa forma, averiguou-se ainda a existência de dinâmica diferente na instituição quando se tratava da relação cuidador e acolhido.

Os infantis apresentavam um repertório diferente de comportamento e de escolhas nas brincadeiras, dependendo do plantão do cuidador, já sabiam os cuidadores que poderiam pedir permissão para brincar nos ambientes estruturados e os que não podiam, deixando evidente que existem diferenças no modo de atuação de um cuidador para outro dentro da instituição, o que refletia na utilização dos espaços e escolhas das brincadeiras.

Foi observado que a instituição recebe no decorrer do ano muitas doações de brinquedos, porém os cuidadores no dia a dia não permitem a utilização dos brinquedos, todos ficam guardados na sala administrativa ou dentro da brinquedoteca.

Além disso, foi averiguado pouco contato da equipe técnica com os infantis no dia a dia, apenas eram vistos quando tinham atividades externas e precisavam acompanhar os infantis, fato também que corrobora e influencia nos momentos de brincadeira na instituição, a integração de todos os funcionários para um determinado fim contribuiria para a qualidade do ambiente e bem estar de todos como afirma Magalhães e Oliveira (2018).

Portanto, por meio das observações e diálogos da pesquisadora com todos da instituição durante o período de inserção ecológica e coleta de dados, foi possível identificar aspectos que envolvem o brincar, os espaços e as relações que acontecem no cotidiano da casa de acolhimento, o que permitiu conhecimento e vivências acerca do fenômeno estudado nesta pesquisa.

Ademais, o estudo ressalta a necessidade de um olhar holístico para todos os fatores que envolvem o brincar de crianças em situação de acolhimento, sobretudo na instituição de Santarém-PA, lócus onde foi realizada a pesquisa, pois isso contribuiria com o envolvimento e integração de todos os profissionais da casa quanto à demanda do brincar.

Ressalta-se ainda, que esse fazer iria modificar e melhorar as relações entre todos, e o mais importante ajudar as crianças a superarem e se habituarem à nova residência, uma vez que atividades lúdicas tem como características contribuir com diversas áreas da vida do sujeito. Do mesmo modo, à sincronia entre todos os profissionais permitiria a utilização mais adequada dos espaços estruturados.

6 O QUE É UMA BRINQUEDOTECA? O BRINCAR E AS BRINCADEIRAS NA PERCEPÇÃO DE CRIANÇAS EM CONTEXTO DE ACOLHIMENTO

Esta seção objetiva apresentar as percepções das crianças participantes da pesquisa sobre o brincar no abrigo, o que envolve as atividades de rotina que realizam no seu dia a dia, as preferências das crianças das brincadeiras, com quem e o que mais gostam de brincar, em que momento elas pode ou não brincar na instituição, os parceiros de brincadeira e a visão que elas têm sobre a brinquedoteca, um espaço recém-inaugurado, à época da coleta de dados da pesquisa.

Os dados das entrevistas mostraram sobre como as crianças compreendem sua rotina, as regras da instituição, com quem e onde gostam de brincar e a pertinência da brinquedoteca no seu cotidiano. Com vistas a referendar os resultados apresentados serão destacadas as falas dos cinco participantes que ilustram tais aspectos, por serem respostas curtas, optou-se em colocar todas as respostas referentes a cada pergunta, o primeiro trecho se refere às perguntas que envolvem o dia a dia das crianças na instituição, como será apresentado a seguir.

6.1 A rotina vista pelas crianças participantes

Este tópico apresenta os resultados das questões relativas à rotina analisada sob o ponto de vista das crianças participantes da pesquisa. Para tanto, foi perguntado a elas *Como é seu dia aqui no abrigo? O que você costuma fazer de manhã à tarde? Com quem e onde você faz isso? O que mais gosta de fazer aqui? E o que menos gosta de fazer aqui?* As respostas são apresentadas por pergunta.

Conforme a seguir:

A o meu dia a dia ele é muito legal eu gosto muito, e eu faço as coisas brincadeiras com os meninos de vez em quando ou então ele leva nós lá pra, pro campinho pra nós brincar de bola (P1, menina, 11 anos).

É tem, tem um monte de pessoas que brigo, e tem um monte de cuidadores, aí dentro, dos irmãos dos A3, dos pequenos e todos eles brincam todos os dias no campinho (P2, menina, 05 anos).

Nada (P3, menino, 06 anos).

Eu pinto (P4, menino, 09 anos).

Comer, jantar, comer banana e mingau (P5, menino, 06 anos).

Os dados apresentados neste quadro demonstram como as crianças percebem o seu dia a dia, e a visão a respeito das regras da instituição, além disso, fica evidente a sistematização e o controle sobre todas as atividades, pois observa-se que todos os

participantes tiveram semelhanças nas suas verbalizações. Fato este que pode ser averiguado nas visitas e nas conversas com os profissionais da instituição, verifica-se que esta forma de organização facilita o trabalho da equipe como um todo, e estes seguem o que determina as Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (MDS, 2009).

Mas por outro lado, até que ponto isso é favorável para os infantis, já que estes precisam seguir rigorosamente o cronograma estabelecido, em uma das visitas em conversa com a participante P1, esta relatou que não gostava de dormir à tarde e nem de dormir cedo à noite, queria assistir à novela, mas tinha que ficar no quarto depois do jantar, pois tinham que cumprir as regras. Segue trecho do diário de campo:

No momento do intervalo todos estavam na sala de estar, uns assistindo televisão e outros sentados ao redor da mesa no refeitório. A participante P1 estava fazendo dever de casa com as cuidadoras, que verbalizavam entre si sobre a novela do horário da noite. Na ocasião foi perguntado para a participante a que ela achava da novela e se assistia, a mesma respondeu que não podia assistir, pois tinha que ir para o quarto dormir, neste momento relatou que não gostava de dormir cedo e que queria ficar até mais tarde assistindo televisão (Observação de campo, 24/10/2019 às 17h30min, no refeitório, sessão 12).

Situação esta que não condiz com o que salienta Bronfenbrenner (2011), quando afirma em seu modelo bioecológico que a pessoa é considerada a partir de suas características determinadas biopsicologicamente e na sua interação com o meio, e essas características influenciam os processos proximais.

Considerando essa premissa, pode-se analisar que o estabelecimento de regras e rotinas muito rígidas podem dificultar a vinculação e a interação para que haja processos proximais, pois é necessário que se compreenda que o sujeito é único e irá manifestar diferentes comportamentos e é preciso levar isso em consideração para que se promovam bons resultados no desenvolvimento humano, especialmente das crianças que se encontram em situação de acolhimento que já passaram por alguma negligência.

Nesse sentido é importante que os profissionais considerem os aspectos pessoais de cada acolhido, de acordo com o que preconiza a teoria bioecológica quando aborda sobre a pessoa, uma vez que se entenda esse processo pode-se haver melhor interação entre ambos e proporcionar melhores condições de convivência.

Desse modo, detectou-se que as crianças quando os cuidadores eram rígidos

com as regras não permitindo o livre acesso, modificavam seu humor e criavam um distanciamento do cuidador responsável, chegando ao ponto de alguns infantis verbalizarem que estavam em uma prisão, o que não condiz com o que vem apontando a literatura ao mostrar que os espaços de acolhimento não devem ser vistos como uma prisão e sim vistos como ambientes de caráter residencial para facilitar um bom convívio (BRASIL, 2009). Segue relato do diário de campo:

[...] estavam brincando de luta na sala de estar, o acolhido A3 foi até as grades e disse ao cuidador que queria ir para a maloca, na hora o cuidador respondeu que não poderia, o acolhido ficou chutando as grades e verbalizando palavrões, na ocasião a A2 disse para a pesquisadora que a instituição era uma prisão “tia, aqui é uma prisão, não deixam a gente fazer nada, um bando de chato” (A2) (Observação de campo, 22/10/2019 às 16h50min, sala de estar, sessão 08).

Quanto a estas questões Reis et al. (2018) salientam que no contexto de acolhimento infantojuvenil a organização do ambiente deve atender às necessidades das crianças e adolescentes para que se desenvolvam de modo satisfatório, e seja facilitada a sua adaptação em um ambiente desconhecido.

Com relação às atividades nos turno matutino e vespertino segue as respostas apresentas:

Pela parte da manhã estudar e a tarde brincar assim meus deveres, depois dos meus deveres brincar (P1, menina, 11 anos).
De manhã dever, para casa, para aula eu faço só, eu brinco depois quando eu arrumo minhas coisas pra mim passar o final de semana né aí e aí e, eu fui passei umas semanas depois voltamos e aí o Ramires falou uma coisa para todos eles (P2, menina, 05 anos).
Tomo café e de tarde pinto, assisto desenho (P3, menino, 06 anos).
Vou pra escola de tarde eu brinco (P4, menino, 09 anos).
Depois da escola tomo banho e vou comer, e depois dorme e depois brinca (P5, menino, 06 anos).

Percebe-se que tanto o gênero masculino, quanto o gênero feminino tem a mesma rotina e cumprem o mesmo horário de atividades. Foi observado que, mesmo havendo separações de dormitórios e de cuidadores, as crianças sempre estão todas juntas, realizando as mesmas atividades no decorrer do dia.

Destaca-se que as atividades acadêmicas acontecem na maioria dos casos no turno matutino em escolas diferentes, ao averiguar essas questões ao longo das visitas, os infantis preferem estudar separados uns dos outros na escola, fato que chama atenção, foi à fala de um dos participantes que disse “é bom ficar um tempo longe das pessoas da instituição” (P1) (Observação de campo, 26/09/2019, 10h,

refeitório, registro 11) e que todos na sala de aula sabiam que residia em uma instituição de acolhimento.

O trecho revela ainda que, os acolhidos frequentam e interagem em outros contextos, no que se refere a estas questões os preceitos da Teoria Bioecológica ressaltam a importância de acontecer esses fenômenos e dinâmicas no dia a dia do sujeito, pois ao abordar sobre o mesossistema considera-se que esse contexto consiste num conjunto de microssistemas em que a pessoa frequenta e estabelece também relações proximais; esse sistema é ampliado sempre que a pessoa passa a frequentar novos ambientes, isto é, não está inserido diretamente (BRONFENBRENNER, 2011).

Em relação a isto, pode-se dizer que o ambiente escolar que as crianças frequentam todos os dias da semana de segunda a sexta-feira é considerado o contexto microssistema, pois estas possivelmente estabelecem vínculos e relações proximais e estão interagindo, evidenciando também o modelo processo - pessoa - contexto e as ligações que formam de acordo com a teoria.

Outra questão levantada é a alimentação fato que ficou bem presente nas falas e nas observações do cotidiano. Pode-se destacar a importância que os infantis dão para a comida, e a percepção que as crianças possuem a respeito da rotina estabelecida quando se trata dos momentos de refeição.

Verificou-se que a refeição é a mesma para todos não havendo distinção, inclusive para os profissionais, seguiam um cardápio estipulado pela nutricionista da SEMTRAS, devido na casa não haver nutricionista, apenas durante um mês este profissional marcou presença, porém logo em seguida foi chamada para trabalhar em outra instituição da secretaria.

[...] a refeição foi servida para todas as crianças, todos comeram uns pediram para repetir e outros apenas comeram uma vez. Após esse momento, os cuidadores revezaram a hora de comer, enquanto uns comiam outros levavam as crianças para os dormitórios para escovar os dentes e depois dormir, observa-se que a mesma comida é servida para todos e sem racionamento de alimentos, todos comem a vontade, entretanto verifica-se que não há muitas opções de cardápio, em conversa com a cozinheira a mesma relata que já existe um roteiro para cozinhar que a nutricionista faz, o mesmo vem encaminhado da SEMTRAS junto com os alimentos da semana (Observação de campo, 19/09/2019 às 11h30min no refeitório, registro 09).

As crianças na ocasião podiam repetir, entretanto no decorrer do dia precisavam esperar o momento de cada refeição seguindo as regras da casa, durante

as visitas houve um momento que uma das participantes não queria a refeição que foi preparada no dia, pois não gostava de macarronada de sardinha. Na ocasião não foi preparado outro cardápio, porém após todos comerem e irem para o momento de higiene uma cuidadora solicitou que fosse feito um mingau para o acolhido para este não ficar com fome, e assim a cozinheira fez, fato que expõe o cuidado e preocupação da equipe para os acolhidos.

[...] após a refeição uma das cuidadoras se dirigiu a cozinha para solicitar que a cozinheira fizesse um mingau para um dos acolhidos, pois estava com fome não almoçou, devido não gostar de macarronada de sardinha já que dava muito enjoo na sua barriga. A cozinheira fez um mingau de aveia e deu para a cuidadora que deixou em cima da mesa e foi até o dormitório chamar a criança, entregou na mesa para o acolhido e o mesmo comeu, os outros infantis já estavam nos quartos para o descanso da tarde (Observação de campo, 27/08/2019 às 11h45min no refeitório, registro 10).

O que corrobora com o que afirmam Cavalcante e Cruz (2018) quando enfatizam que é preciso compreender os fatores ao entorno dos infantis, pois isso ajuda na construção de sua identidade, intimidade, privacidade, bem como, no seu bem estar.

Referente a essas questões, não foram observadas reclamações por parte dos infantis, apenas percebeu-se um cardápio bem limitado nos momentos dos lanches, somente quando tinha alguma programação diferenciada ou visita dos parceiros, havia uma variedade de opções no momento do lanche como (pães, bolos, sucos, frutas, salgadinhos diversos, entre outros), em outros períodos o costume era servir no lanche (biscoito salgado, suco, mingau, ou frutas) o que fazia em muitos casos os acolhidos não optarem por lanchar.

Em certo dia, na hora do lanche uma das participantes em conversa destacou a vontade que sentia em tomar tacacá (comida típica do Estado do Pará) lembrando os momentos que vivia em sua casa, situação que marcou, devido demonstrar que mesmo passando por situações difíceis rememoravam vivências da época que moravam em casa e evidenciavam desejos que por muitas vezes não eram atendidos na instituição em decorrência de uma série de fatores, sendo um deles a proatividade do cuidador que ao ouvir tais questões não soube minimizar a situação e nem posteriormente dialogar com a equipe administrativa ou técnica a fim de promover uma tarde de lanche regional, por exemplo.

O que se diferencia do que apontam Cruz e Gonçalves (2018) quando salientam que dentro das instituições de acolhimento é preciso criar momentos que

acolham e permitam o engajamento e contato direto com todos da instituição, além disso, apontam que é necessário respeitar as individualidades, desejos e momentos de silêncio e raiva de cada um.

6.2 As brincadeiras analisadas sob o olhar das crianças participantes

Este tópico trata sobre as brincadeiras realizadas pelas crianças no seu cotidiano, de como elas percebem esses momentos e com quem mais interagem. Nesse sentido, foram realizadas as perguntas referentes a tais questões, *Qual brincadeira você gosta de brincar? Onde você mais gosta de brincar? Onde você não pode brincar? E com quem você mais gosta de brincar?* Questões que elucidam as relações estabelecidas na instituição no decorrer do dia quando estão brincando, permitido conhecer a forma como eles mesmos se organizam. A seguir segue as falas dos infantis.

Às vezes eu vou lá pro campinho com os meninos ai eu brinco lá, é com os colegas aqui mesmo do abrigo, mas isso, não é todo dia não (P1, menino, 11 anos).

Eu não faço com ninguém eles que fazem só, no campinho jogo os carrinhos pra cá outros pra cá e só (P2, menina, 05 anos).

Com meus irmãos dentro a de casa (P3, menino, 06 anos). Com os meninos Na maloca (P4, menino, 09 anos).

Com que eu faço isso é com meus irmãos, no é aqui na casa (P5, menino, 06 anos).

Os dados revelam que os momentos de contato e interação são bem limitados entre eles, e ainda, mostram as diferenças na hora que escolhem as brincadeiras, pois as crianças mais velhas optam por brincar com os infantis que tem as idades parecidas, e os pequenos por não serem escolhidos para brincar juntos acabam ou brincando sozinhos ou brincam com os mais novos também.

O trecho da entrevista aponta também que não há diferença de gênero na hora dessas escolhas, todos ficam sempre juntos apesar das idades diferentes. Sobre esse contexto Feldman, Papalia (2013) e Berger (2016) salientam que as características humanas podem e estão a todo instante sendo moldadas em diferentes formatos, isto é, estão sempre em um processo contínuo e em constante evolução.

Dessa maneira, é relevante compreender os três domínios biossocial, cognitivo e psicossocial, como destacam os autores. Pois, cada criança apresenta características próprias, inter-relacionados afetando um ao outro. Nesse processo de

mudanças existem outros fatores também que influenciam e afetam o desenvolvimento do sujeito além das características individuais, devido cada um ter vivido em diferentes contextos no decorrer de sua vida até chegar à instituição. Reafirmando o que os autores mencionam ao dizerem que os seres humanos são seres sociais que desde o início da vida se desenvolvem dentro de um contexto social (FELDMAN, PAPALIA, 2013; BERGER, 2016).

No que se refere à pessoa em desenvolvimento, neste caso os participantes Bronfenbrenner (2011) ressalta que existem duas características que podem contribuir com os processos proximais ou interferir efetivamente, que são as características generativas e inibidoras e são disposições comportamentais ativas.

As características generativas possibilitam que o sujeito tenha a tendência de ser mais assertivo e engajar-se em uma atividade sem muitas dificuldades; essa característica possibilita a autoeficácia diante do seu desenvolvimento, fatos que foram observados nessas ocasiões citadas nos trechos quando as crianças que apresentavam um repertório de habilidades característicos do seu perfil conseguiam comandar e envolver todos e até mesmo escolher as brincadeiras que queriam. No entanto, as crianças que apresentavam características inibidoras tinham dificuldades em manter o controle e a lidar com suas emoções, inclusive os infantis que tinham deficiência física, fatos que corroboram com o que afirma Bronfenbrenner, Morris (1998).

Outro aspecto importante envolvendo a pessoa que influencia seu engajamento nos processos proximais que os autores revelam são os recursos constituídos por duas disposições psicológicas e as deficiências, que representam as condições que limitam ou inibem a integridade funcional do organismo, tais como, defeitos genéticos e deficiência física ou mental.

Demandas que puderam ser verificadas com os acolhidos que apresentam deficiência física e intelectual, sendo que estes por tais disposições acabavam apresentando dificuldades em estabelecer relações proximais com os demais, principalmente nos momentos de brincadeiras, esta pesquisa não se propôs a investigar esse público, mas fica evidente a importância de investigar e conhecer essa realidade, pois é uma demanda escassa de se encontrar na literatura, haja vista, não ter sido encontrado especificamente pesquisas que abordassem essa temática.

A seguir serão evidenciadas as questões relacionadas às perguntas alusivas ao que mais gostam de fazer e o que não gostam de fazer na instituição, respostas

que demonstram quanto a sua satisfação no decorrer do dia. Segue as respostas apresentadas pelos participantes.

Às vezes assistir filme e brincar de bola, o que eu menos gosto é de ficar no barulho de muito barulho eu não gosto (P1, menina, 11 anos).

“Eu gosto de fazer no abrigo, eu gosto de brincar, eu gosto de ler, eu gosto de assistir filme da maravilha né, e aí é só o que aconteceu, eu não gosto de fazer, eu sei fazer o para casa e para aula, mas um medo de fazer o para casa, um instante na hora as cuidadoras me chamam pra fazer o dever e na hora que me chamo eu faço direitinho, como eu sei olha, não sei só” (P2, menina, 05 anos).

Brincar, de ficar no quarto (P3, menino, 06 anos).

É Comer, nada (P4, menino, 09 anos).

Gosto de comer e de brincar é de ta no quarto (P5, menino, 06 anos).

As informações verificadas neste trecho ressaltam a percepção dos infantis quanto às questões que representam o seu dia a dia, isto é, do que eles mais gostam de fazer e o que não gostam de fazer na instituição. Os fatos demonstram que mesmo diante de situações passadas de vulnerabilidade o gosto pela brincadeira acaba sendo predominante.

Guedes (2013) mensura em seu estudo que a brincadeira está presente no cotidiano das crianças e adolescentes e serve como estratégia de vida, sendo que cada um apresenta em suas formas de brincar subjetividades distintas. Entretanto, estas não tem acesso aos brinquedos, pois podem quebrar e nem a opção de brincar em espaços abertos no momento que querem, apenas podem com a supervisão de um adulto para não haver danos aos brinquedos utilizados.

Do mesmo modo, essa realidade foi encontrada neste estudo, pois as crianças só podem estar em outros espaços com a presença do cuidador e ainda não podem utilizar os brinquedos que ganham, pois podem quebrar, igualmente como aponta o autor, o que destaca que essa pode ser uma realidade vivenciada em outras instituições e que é preciso ainda ampliar o olhar sobre estas questões.

Acontecimentos que corroboram com os dados encontrados nesta pesquisa, pois nas verbalizações percebe-se que a maioria dos entrevistados gosta de assistir filme, e nas observações nos dias de visitas averiguou-se que cada uma vivenciava esse momento de maneiras diferentes, reforçando a ideia que cada um tem formas de executar suas brincadeiras e vivenciar sua subjetividade.

Em relação ao que não gostam de fazer, ficou exposto que a maioria das respostas faz correlação com as regras da instituição, como o ter que ficar no quarto no momento do descanso mesmo sem querer, ou então, fazer as atividades

acadêmicas.

Para tanto, Bronfenbrenner (1996) considera que o desenvolvimento enquanto processo amplia as concepções do ser humano a partir da interação com o meio ao qual está inserido, permite que haja sempre a reestruturação de atividades no ambiente sendo elas complexas ou não. Neste sentido, pode-se dizer que, mesmo que as crianças não gostassem das regras, precisavam se reinventar o tempo todo para poder passar por essas horas de reclusão dentro dos quartos.

Do mesmo modo, quanto às questões sobre as preferências pelas brincadeiras e onde mais gostam de brincar pode-se coletar tais informações, conforme respostas a seguir:

De bola, no campinho (P1, menina, 11 anos).

Eu gosto dessa coisa aqui, eu gosto de brincar de casinha igual essa daí lá de casa, mas essa casinha tá cheio de brinquedo e eu gostava de brincar igual essa aqui, olha lá, essa foto aqui, eu gosto de brincar com essas casinhas, era essa minha casa hoje, eu brincava muito com ela, gosto de brincar com as bonecas eu brinco muito com elas lá em casa, onde eu gosto mais de brincar é no campinho (P2, menina, 05 anos).

De Bola, Campinho (P3, menino, 06 anos).

De carrinho, na maloca (P4, menino, 11 anos).

Brincar com Barco, canoa, de carrinho de dois carrinho, ali no campinho bem ali logo, olha (P5, menino, 06 anos).

Essas verbalizações retratam muito a respeito das brincadeiras realizadas na instituição e os locais, fatos que se diferem do que foi levantado nas observações sistemáticas, pois as brincadeiras e os locais onde ocorrem as brincadeiras não são os observados na observação sistemática.

No momento das observações sistemáticas as brincadeiras ocorriam na maior parte do tempo na sala de estar, fato que diverge do desejo das crianças, tendo em vista que estas gostam de estar nos espaços estruturados para o brincar mais livre como o campinho e a maloca.

Bichara (2016) e Kishimoto (2015) salientaram a respeito disto, destacando que a brincadeira pode representar para a criança um jeito de assumir o protagonismo de suas ações, ter satisfação pessoal, autonomia, produzir cultura, ou seja, é por meio das brincadeiras que a criança toma consciência das regras de comportamento, a partir de suas experiências, fatos que puderam ser detectados quando os participantes expressaram os seus desejos a partir das regras colocadas pela instituição.

Percebe-se que a equipe e assim como os cuidadores tem limitações em

organizar os locais que as crianças gostam de brincar, ao invés disso limitam esse acesso, fatos que se diferem da literatura apresentada por Bronfenbrenner (1996) quando salienta que os objetos e os símbolos, como partes do ambiente exercitam a atenção e imaginação da pessoa em processo de desenvolvimento, isto é, é importante organizar e preparar o ambiente para fomentar qualidades nas relações e no convívio.

O que não se pode verificar na instituição ao longo das visitas, pois em nenhum momento foi observado o preparo do espaço e de brinquedos e/ou materiais para a realização de brincadeiras por parte dos cuidadores. Situação que deixava as crianças ociosas na maior parte do tempo programado para a realização das brincadeiras, ao invés de estarem sendo estimuladas para criar ou reinventar algo, estavam na frente da televisão ou dispersos aguardando o horário de ir para o banho e jantar.

Neste estudo foi possível identificar por diversas vezes que as crianças não estão sendo ouvidas quanto aos seus desejos. Observou-se que no dia a dia gostariam de brincar com os brinquedos que possuem, de circular livremente mas não podem, outro fato importante é o destaque que estas dão para esse momento, pois em suas verbalizações acabam lembrando-se dos momentos que brincavam com esses objetos e nos espaços, mas que na realidade do cotidiano são poucos ou quase nunca os momentos que isso ocorre.

Situações que puderam ser averiguadas a partir das escolhas das brincadeiras, tendo em vista que muitas delas revelavam possivelmente as vivências e seus comportamentos antes de estarem na instituição, em uma ocasião na hora da brincadeira um dos participantes escolheu brincar de carrinho com outro acolhido. Quanto a isto, Gosso (2004) ressalta que a brincadeira possui uma forma peculiar de expressão que é reflexo das características ambientais específicas.

Ademais, pode-se ver a representação dos comportamentos da família, pois quando ficava irritado chamava palavrões e agia com agressividade, como se fosse adulto e responsável, o que ficou mais evidente quando fora levantada a ficha do participante onde constam comportamentos inadequados dos pais, como o uso de drogas ilícitas e violência doméstica.

Outra questão relevante é que os locais que as crianças mais gostam de brincar são os menos acessados por elas. Por serem ambientes ao ar livre que permitem e possibilitam que estas tenham mais movimentação, os profissionais acabam tolindo suas vontades, porque possuem a concepção que dará mais trabalho controlar todas

as crianças nesses ambientes. Percebe-se que devido não frequentarem estes locais em sua rotina os infantis acabam intensificando esse desejo e vontade de brincar nestes locais não permitidos.

No próximo trecho destacam-se as respostas referentes aos parceiros durante as brincadeiras com quem mais gostam e em qual momento do dia costumam fazer isso. Verifica-se por meio destas, as interações e os horários do dia que costumam mais brincar, conforme respostas abaixo:

Com quem eu mais gosto tipo o os meninos que eles sabem brincar, os menores não sabem eu gosto de brincar com os meninos, quatro horas na hora é que o sol ta mais baixo, antes disso não brinca porque o sol ta muito forte e a gente pode ficar doente (P1, menina, 11 anos).

Com meus irmãos, mas meus irmãos não me gostam de brincar com eles, seis horas da manhã quando acordo brinco mais de manhã (P2, menina, 05 anos).

Com A4 e P4, à tarde (P3, menino, 06 anos).

Não gosto de brincar com ninguém, de tarde eu brinco mais (P4, menino, 09 anos).

Com o P3, A3 e com A8 de tarde (P5, menino, 06 anos).

As verbalizações revelam como ocorrem as escolhas para as interações nos momentos de brincadeira e como as crianças consideram o horário pertinente para brincar, ficando evidente que a maioria reconhece que o horário disponível para o brincar é no turno da tarde.

Na visão de Bomtempo (1999) a criança ao brincar vive e se relaciona de forma concreta com outro sujeito, se adapta e recriam novos conhecimentos para si, o que pode-se constatar nos momentos que estavam brincando uns com os outros, principalmente os participantes com mais idade, dialogavam sobre determinado assunto, trocavam ideias e a partir da história que contavam uns para os outros criavam novas formas de brincar.

Igualmente como foi descrito na pesquisa de Bichara (2011) quando as crianças desenvolviam suas brincadeiras a partir da relação que tinham com os ambientes da casa em que moravam, evidenciando que a criança tem a capacidade de recriar e criar diversas possibilidades durante suas brincadeiras, o que pode-se também observar na relação dos acolhidos com os espaços que não eram estruturados para as suas brincadeiras, precisavam se adaptar ao espaço que permaneciam.

O que corrobora com o que revela Bichara e Becker (2016) quando ressaltam que a brincadeira ocorre através do processo exposto pela cultura e pela dinâmica das relações, características culturais da região e do contexto onde ocorre. Pode-se

destacar neste sentido que nos ambientes de acolhimento institucional acontece o brincar, porém com algumas peculiaridades que envolvem o contexto como o acesso aos espaços e o ambiente controlado o tempo todo.

Pedroso, Lobato e Magalhães (2016) revelam que o contexto de abrigo pode desempenhar o papel de ambiente facilitador do desenvolvimento emocional e social das crianças que nele vivem, do mesmo modo, pode exercer o papel substitutivo a esse ambiente faltoso, isto é, pode vir a ser suficientemente bom e facilitar a espontaneidade intrínseca à infância, ao desenvolvimento emocional e maturacional e a criatividade inerente à condição de estar vivo.

Quanto à estes posicionamentos pode-se verificar duas realidades dentro da instituição, a primeiro trata-se do grupo de cuidadores que buscam promover e facilitar o processo de desenvolvimento por meio dos momentos de brincadeiras, permitindo o acesso nos espaços que são para a criança como o parquinho, maloca, e campinho, possibilitando viver sua infância. Segue uma das verbalizações do acolhido em relação a isso:

Na ocasião as crianças estavam no campinho brincando uns com os outros, ao visualizar a pesquisadora um dos participantes se aproximou e disse: “tia, hoje tamo brincando aqui”, “tamo aproveitando porque amanhã já vem outro não traz” (Observação de campo, 24/10/2019 às 15h50min, campinho, sessão 08).

Por outro lado, na instituição existe um grupo de cuidadores que não contribuem para tais ações, pelo contrário acabam reprimindo as emoções e estas vivências, como visto em uma visita, onde a criança queria brincar de pintar com tinta e a cuidadora não permitiu, na ocasião esta profissional estava muito irritada chegando até falar palavrões e rasgar o papel da mão do acolhido, indo em direção contrária do que preconiza a legislação ECA (1990), no momento não estavam presentes os técnicos somente outro cuidador, que no momento não se manifestou, parecendo até algo comum no cotidiano da instituição.

Nesse dia algumas crianças estavam fazendo dever de casa, uma dos acolhidos A4 pediu um papel para a cuidadora C12 e a cuidadora não permitiu, mesmo assim a criança pegou o papel e começou a brincar, na ocasião a cuidadora ao ver aquele comportamento, pegou o papel rasgou segurou firme no braço do acolhido e chamou uns palavrões, demonstrando irritação, o infante até tentou pedi mais de uma vez, porém a cuidadora chamou atenção mais uma vez e mandou para o banho (Observação de campo, 18/10/2019 às 17h45min, sala de estar, sessão 06).

Destaca-se que aconteciam interações entre todos, porém os que se consideravam maiores brincavam juntos, separados das crianças menores como se observa nas falas dos participantes. Os participantes que tinham irmãos consideravam que não brincavam juntos mesmo que quisesse devido à diferença nas idades, cenas que várias vezes foram detectadas no decorrer das visitas, além disso, outro ponto que chama atenção é o fato dos irmãos não demonstrarem comportamentos afetivos e de cuidado uns com os outros, como observado durante a coleta, segue trecho do diário de campo:

Durante as brincadeiras os infantis de idades maiores brincavam sempre juntos e não permitiam que os menores entrassem na brincadeira, na maioria das vezes as brincadeiras eram de luta, de correr e adivinhação. Observa-se que o A3 não permite que a P2 brinque junto com ele, sempre chama atenção dela e manda ir embora, situação que acontece também com o P3 e P4 que não brincam juntos e chegam até se agredir precisando da intervenção dos cuidadores, os irmãos quase não se envolvem e conversam fato que chama atenção nas observações (Observação de campo, 01/10/2019 às 16h30min, sala de estar, sessão 01).

O que se diferencia da pesquisa apresentada por Cavalcante, Costa e Magalhães (2011) ao salientarem que as crianças com irmãos no abrigo apresentam comportamento de cuidado em suas brincadeiras e que as demonstrações de afeto (abraços, beijos, e carícias) são predominantes em todas as crianças.

A seguir serão ressaltados os trechos das entrevistas com as respostas que dizem respeito ao ambiente que não pode brincar, perguntas pertinentes para a compreensão da realidade vivenciada na casa, segue as repostas abaixo:

Que eu não posso brincar é lá fora às vezes não na brinquedoteca, só La no campinho de vez em quando que leva nós e nós volta pra cá pra dentro de novo, vai tomar banho e aí fica ai assistindo filme de novo (P1, menina, 11 anos).

No campinho porque, porque no campinho ta muito quente, muito quente (P2, menina, 05 anos).

Tem na maloca (P3, menino, 06 anos).

Aqui na brinquedoteca (P4, menino, 09 anos).

Lá no quarto mais eu brinco só eu (P5, menino, 06 anos).

Os dados revelam no trecho acima como as crianças percebem e pensam a respeito do seu acesso aos ambientes da instituição. Verbalizações que confirmam o observado nas visitas, pois foi constatado que passavam a maior parte do tempo na sala de estar, ambiente controlado pelos adultos, no caso os cuidadores.

Nesse sentido, ao exporem suas respostas nota-se que de fato os lugares que

não podem brincar na maior parte do tempo são os espaços organizados para as crianças, conforme o que preconiza Rasmussen (2004), como é o caso da brinquedoteca, onde um dos participantes destacou na sua fala que não podia brincar nesse espaço.

Circunstâncias verificadas também ao longo do processo de coleta de dados, pois em uma ocasião uma das participantes informou que a brinquedoteca não estava sendo utilizada, devido à fuga de uma adolescente, após isso foi suspenso à sua utilização até segunda ordem, até dado momento não tinham voltado a usar o espaço.

Quanto à estas questões Bronfenbrenner e Morris (1998) afirmam que ambientes desfavoráveis, tendem a ocasionar impactos no desenvolvimento da pessoa, neste caso pode-se dizer que os ambientes onde ficam direto acabam tornando-se desfavoráveis, uma vez que os infantis são obrigados a permanecerem nestes espaços e acabam criando aversões, modificando neste sentido seu comportamento e humor.

Para tanto, Ceconello e Koller (2016) afirmam que o impacto das manifestações de competência ou disfunção no desenvolvimento das pessoas em relação a ambientes favoráveis ou desfavoráveis, influencia na qualidade dos processos proximais e isso pode ser tanto de aspecto positivo quanto de aspecto negativo, ocorrências que puderam ser comprovadas nesta pesquisa, pois detectou-se que as relações proximais de alguns cuidadores com os acolhidos eram desfavoráveis e negativas em algumas situações devido à regras e imposições e da não flexibilidade em relação ao uso de outros ambientes para brincar.

Destarte, Bronfenbrenner (1996) expõe que o microsistema é caracterizado por um conjunto de relações interpessoais experienciados pela pessoa em desenvolvimento nos ambientes que ela mais frequenta e estabelece relações face a face. É nesse contexto que as relações são bem próximas e com mais vínculos íntimos onde operam e se efetivam os processos proximais.

Neste sentido, pode-se afirmar que a instituição de acolhimento é considerada um microsistema, pois nela estão inseridas pessoas em diferentes fases do desenvolvimento que mantem vínculos, entretanto, ressalta-se que as relações interpessoais e os vínculos não ocorrem de maneira adequada o que dificulta os processos proximais, isto é, a interação do sujeito com o ambiente (CECCONELLO; KOLLER, 2016).

Os dados identificados quanto ao uso dos espaços e sua restrição, divergem

da literatura apontada por Johnson et al. (1999) que destacam que os ambientes disponíveis sejam eles abertos ou fechados, áreas internas e externas, proporcionam diferentes modos na elaboração de brincadeiras e no comportamento de interações das crianças. Fatos que não fazem parte da realidade da instituição estudada, pois não se percebeu projeção dos espaços para melhorar a adesão e desempenho das crianças nas atividades lúdicas.

Cruz e Gonçalves (2018) contribuem com o que se afirma acima ao salientarem que dentro das instituições de acolhimento é preciso criar locais que atendam às necessidades do público alvo, e ainda, que acolham e permitam o engajamento e contato direto com todos da instituição, além disso, apontam que é necessário respeitar as individualidades, desejos e momentos de silêncio e raiva de cada um, bem como também utilizar os espaços criados para as atividades como ferramentas para proporcionar momentos de interação com a família e a comunidade.

6.3 A brinquedoteca: o que é? O que se faz lá? Como deveria funcionar?

Esse tema apresenta os resultados das questões relativas à brinquedoteca, sendo considerada a percepção dos infantis quanto a sua utilização após a inauguração. Para tanto, foi perguntado a elas *O que você acha que é uma brinquedoteca? O que você acha da brinquedoteca? O que você faz na brinquedoteca? Como você gostaria que a brinquedoteca funcionasse?* Segue abaixo as apresentações das respostas por pergunta de acordo com todos os participantes.

Uma brinquedoteca é assim pra mim eu acho legal, é legal pra mim, porque lá tem várias brincadeiras que às vezes eu gosto como tipo quebra cabeça que eu gosto, assim montas, brincar de bola acho legal” “O que eu acho, eu acho tipo assim legal que ela ensina muita coisa pra gente, pra nós a gente acha muito bom isso (P1, menina, 11 anos).

Brinquedoteca é essa aqui que nós tamos, é acho que tem muitos brinquedos, é uma casa, eu gosto mais da brinquedoteca, eu sei é um brinquedo (P2, menina, 05 anos).

Eu não sei brinquedo, livro (P5, menino, 06 anos).

Evidencia-se nas verbalizações dos participantes que estes desconhecem o significado da brinquedoteca dentro da instituição, revela-se ainda, que os infantis sabem que é um local de brincadeira, entretanto, não por sua utilização, mas sim porque os brinquedos, materiais de pintura e jogos, entre outros estão expostos, o que permite a associação dos infantis quanto a sua percepção sobre o espaço. Os participantes (P3 e P4) não responderam nada quando lhes foi perguntado sobre a

brinquedoteca, reforçando mais ainda, a não utilização deste ambiente pelas crianças.

Fatos que contradizem o que Magalhães e Oliveira (2018) abordam, quando afirmam que os espaços de brincadeiras dentro das instituições de acolhimento devem proporcionar uma gama de atividades, oportunidades de interações, estimulação e promover o brincar livre ou estruturado como forma de garantir o pleno desenvolvimento infantil. O que não pode ser correspondido nesta pesquisa, pois a instituição em se tratando do uso da brinquedoteca, não realiza atividades lúdicas que abarcam todos os benefícios que este espaço pode proporcionar.

Neste sentido, a instituição não está aproveitando o espaço e indo de encontro com o que a literatura tem apontado sobre o uso dos espaços do brincar, pois conforme Magalhães e Oliveira (2018) além da brinquedoteca ser um lugar de diversão e descontração para os infantis é também um lugar que proporciona e favorece o desenvolvimento dos aspectos motor, cognitivo, afetivo, a autonomia, criatividade e cooperação, assim como, estimulam o relacionamento entre as crianças e adultos.

Outro ponto levantado é sobre a condução dos profissionais da instituição tanto a equipe técnica quanto os cuidadores. Foi verificado ao longo das coletas que estes não faziam um planejamento e não se importavam quanto ao uso do espaço, apesar de terem passado por uma formação que tratou sobre todas as questões pertinentes quanto à importância do ambiente não somente para o seu trabalho, mas também para o desenvolvimento dos acolhidos.

Em uma das tardes ao redor da mesa estavam duas cuidadoras conversando sobre o final de semana que passaram, ao se aproximar das duas foi perguntado sobre a utilização da brinquedoteca, uma das cuidadoras respondeu “a gente nunca mais usou desde aquele curso, aqui é muito corrido e as crianças lá dentro não se comporta, quebram tudo, e fora que não tenho jeito não pra fazer essas atividades” (C9) (Observação de campo, 29/10/2019 às 17h30min, refeitório, sessão 11).

Todos na instituição são cientes do que pode ou não ser realizado dentro de uma brinquedoteca. Foi verificado que a técnica pedagoga organizou uma lista de atividades para serem desenvolvidas ao longo da semana, entretanto, os cuidadores e nem mesmo a técnica seguiam estas orientações, inviabilizando mais uma vez o que vem apontado a literatura.

Como o que aponta Magalhães e Oliveira (2018), que afirmam que a brinquedoteca é um espaço adequado para a equipe técnica observar as atividades

cotidianas das crianças e adolescentes que se expressam através das brincadeiras. Revelando assim, que os profissionais da instituição estão perdendo a chance de melhorarem sua atuação, e ainda, ajudarem com mais eficácia os acolhidos que estão passando por diversas transformações em sua vida.

Além disso, pode-se ressaltar que a brinquedoteca dentro da instituição pesquisada não está proporcionando estímulos e nem o brincar entre as crianças e os adolescentes acolhidos. Muito menos sendo um local exclusivo em que os acolhidos o utilizam de forma direcionada dentro da instituição, como propõe Magalhães e Oliveira (2018). O que afeta diretamente nas relações proximais de acordo com o que preconiza Bronfenbrenner (2011), já que a utilização do espaço não promove o engajamento em uma atividade e nem a reciprocidade nas relações entre cuidador e acolhidos e ainda dos objetos e símbolos presentes no ambiente.

Circunstâncias que podem ser verificadas nas respostas a seguir quando os participantes respondem sobre as atividades que fazem na brinquedoteca. Revelando as distorções quanto ao uso da brinquedoteca na percepção das crianças, pois estas não demonstram clareza do que realmente é o uso da brinquedoteca e os momentos de brincadeiras em outros espaços, como pode ser visualizado a seguir:

O que eu faço, às vezes eu faço leitura, eu brinco e faço leitura com os outros, nós brinca de quebra cabeça, conta histórias e nós às vezes nós faz as como é que se diz as artes nossa aqui dentro, a gente costuma vim de vez em quando pra cá” (P1, menina, 11 anos) “Eu faço brincar eu gosto muito muito muito de brincar de casinha (P2, menina, 05 anos).

Pinta (P3, menino, 06 anos).

Pinto (P4, menino, 09 anos).

Brinco com bonecos (P5, menino, 06 anos).

É possível identificar nos dados apresentados que os participantes fazem uma associação dos seus momentos de brincadeiras em outros espaços da instituição como sendo interligados com a brinquedoteca, como se pelo fato de estarem brincando correspondessem ao uso deste ambiente, acredita-se que pensem assim, possivelmente por causa do nome que é dado ao local.

Realidade que não corresponde com o observado no decorrer da pesquisa, pois em nenhum momento foi visualizado pela pesquisadora o acesso das crianças no espaço, e ainda, visto a organização e planejamento dos profissionais para a sua utilização seja dentro da brinquedoteca ou nos espaços que correspondem a sua extensão.

Demandas que dificultam o andamento dos trabalhos de maneira mais eficiente

e organizado que visem o bem estar de todos, mas especialmente as das crianças. Magalhães, Cavalcante e Corrêa (2012) quanto a estas questões destacam que é fundamental a presença de adultos na brinquedoteca, e estes profissionais devem ser sensíveis as inúmeras exigências dos infantis, estes devem observar os comportamentos e quando possível permitir que elas mesmas resolvam seus conflitos e demandas. Fato que estes profissionais desta instituição pesquisada não têm a possibilidade de realizarem, uma vez que não usam a brinquedoteca como ferramenta de seu trabalho.

Outro ponto, também abordado pelas autoras é quanto à questão dos cuidadores serem flexíveis quanto às regras e disciplina impostas, é preciso também que haja incentivo e um rol diversificado de brincadeiras, propiciar momentos de relaxamento, bem-estar, envolver-se de forma ativa nas brincadeiras em conjunto com elas, pois isso gera benefícios e ganhos desenvolvimentais para ambos.

Neste sentido, pode-se observar que os profissionais da instituição acabam perdendo a oportunidade de realizar trabalhos que facilitem o andamento da rotina dentro da instituição, e isso acaba refletindo diretamente na sua prática, pois foi averiguado que existe um grupo de profissionais exaustos e com dificuldades em realizar suas atividades, sendo que o uso correto da brinquedoteca poderia minimizar e ajudar não somente esse grupo de trabalho mas principalmente os acolhidos, pois o brincar proporciona inúmeros benefícios na vida do sujeito, inclusive para esse público de crianças que passaram por situações de negligência e vulnerabilidade social, como pode-se averiguar na pesquisa de Oliveira (2014) quando as crianças ao brincar conseguiam se vincular e interagir tanto com os profissionais da instituição, quanto com os próprios acolhidos.

No trecho seguinte serão evidenciadas as respostas dos participantes sobre como gostariam que funcionasse a brinquedoteca, que mesmo sem a sua utilização por um longo período de tempo, estas responderam o que gostariam que funcionasse no ambiente, segue as respostas dos infantis:

Funcionasse com muitos mais brinquedos que alguns estão faltando e que melhorasse e aumentasse mais a brinquedoteca (P1, menina, 11 anos).

Eu gostava mais que funcionasse o ventilador, mas aqui é quente (P2, menina, 05 anos).

Eu não venho pra cá (P3, menino, 06 anos).

Que a gente viesse mais brinquedos pra gente brincar (P4, menino, 09 anos).

Mais brinquedo (P5, menino, 06 anos).

Os dados demonstram que por algum período do tempo os acolhidos fizeram a utilização do espaço, porém no decorrer das visitas na instituição não foi possível verificar esse uso como já mencionado anteriormente, situação que reforça o que a participante P1 relatou ao informar que não usavam mais a brinquedoteca porque uma adolescente fugiu e desde então não foram mais autorizados a frequentar o espaço.

Ao verificar tal situação com a coordenação a pesquisadora fora informada que os acolhidos não estavam mais usando o espaço por causa de uma goteira no telhado e que estavam aguardando a administração da SEMTRAS enviar um profissional para consertar o telhado, até o último momento da coleta não foi realizado tal procedimento.

O estudo de Pedroso, Lobato e Magalhães (2016) revela que experiências de brincadeiras em contexto de abrigo possui a função de possibilitar que ela seja capaz de deslocar para o brinquedo seus sentimentos e conflitos internos e permite a consequente repetição de situações satisfatórias, a simbolização das experiências e a atribuição de sentido e significado ao seu viver. Vivências que os infantis possivelmente não experimentam quando se trata do uso da brinquedoteca.

Outra demanda que chama a atenção é o fato dos participantes informarem de maneira bem clara e coerente o que a brinquedoteca precisava. As respostas contribuem para possíveis melhorias do ambiente, tendo em vista que os participantes responderam que o espaço precisava de mais brinquedos, realidade confirmada, pois realmente não existe uma quantidade de brinquedos que atenda a todas as idades e com características variadas.

Diante disso, a instituição apresenta um importante papel para com as crianças, especialmente em se tratando do seu desenvolvimento. Pode-se verificar que existem vários mecanismos, como a utilização dos espaços planejados para as crianças que contribuem e ajudam na formação nos processos das relações proximais, isto é, na interação sujeito e ambiente e cada vez mais permitindo assim, a vinculação entre profissionais, especificamente os cuidadores, e com as crianças.

Além disso, as brincadeiras dentro dos espaços de acolhimento permitem que a pessoa possa desenvolver suas características levando em consideração suas peculiaridades, podendo modificar também seus comportamentos e vivências negativas, já que se faz presente em outro microsistema e tem a oportunidade de se relacionar face a face de maneiras diferentes ao qual estava habituada.

Portanto, percebe-se no decorrer desse processo que a brinquedoteca poderia ser uma ferramenta de modificação da realidade tanto dos acolhidos como também

dos profissionais, ademais, destaca-se a importância da análise dos fatos aqui mencionados a partir dos componentes da teoria bioecológica, que traz em seu arcabouço uma diversidade de conteúdos capazes de compreender o desenvolvimento humano sob diferentes óticas e possibilidades.

6.4 Reunindo tudo: o que se conclui?

Em uma instituição de acolhimento no decorrer do dia são muitas as experiências e vivências que perpassam na vida de todos os que ali estão presentes. A rotina é bem extensa e repleta de cronogramas com horários que precisam ser seguidos com certa rigorosidade por parte de todos, o que de certa maneira facilita o andamento dos trabalhos, pois o número de acolhidos geralmente preenche a quantidade de vagas na instituição.

Percebeu-se que a demanda é extensa e precisa de fato de organização para serem atendidas todas as atividades que a instituição preconiza, o que de certo modo facilita o trabalho dos profissionais que atuam na instituição. Porém, deixa as crianças desgastadas e entediadas, como pode-se ouvir e observar durante a coleta de dados.

Os infantis esperavam fazer algo diferente no decorrer do seu dia, demandas que por diversas vezes não foram atendidas, os infantis já sabiam como ocorreria suas atividades o que podiam ou não fazer, salvo os dias que aconteciam as visitas dos parceiros que proporcionavam atividades lúdicas e na maioria das vezes lanches com bastante guloseimas, fato que as deixavam felizes.

Além disso, no decorrer desta pesquisa pode-se por diversas vezes observar uma sistematização dia após dia, quase não havia imprevistos, era tudo calculado para que fossem sanadas essas ocasiões, isto é, desde o momento de acordar até o momento de dormir existe controle e planejamento para tudo.

Os horários precisavam ser cumpridos à risca pelos cuidadores, o que em alguns momentos gerava pressa na realização das atividades, como por exemplo, o horário do banho, onde as crianças gostariam de ficar mais tempo no banho e não podiam, ou ficar mais tempo nos espaços estruturados e não podiam, pois precisavam acompanhar o cronograma estipulado e os cuidadores chamavam a sua atenção para o cumprimento do horário, os lembrando de que logo em seguida já precisavam realizar outra demanda como sair do banho e ir almoçar, e/ou terminar de almoçar e ir para o quarto para cumprir o momento de descanso, o que muito deles não

gostavam, mas tinham que cumprir as ordens.

Essa realidade como verificou-se impacta diretamente nas relações e nos horários de realização das brincadeiras, fato que pode-se averiguar quando a maioria dos participantes salientam que o horário que gostam de brincar é no turno da tarde, situação que condiz com o cronograma e planejamento da instituição, dessa forma, fica o questionamento se é realmente o horário que eles gostam de brincar ou o horário que podem brincar, pois são determinadas duas horas de atividades lúdicas que o cuidador deveria conduzir e realizar com eles, porém na maioria das vezes não é isso que acontece, como pode-se levantar nesta seção.

Outra questão apontada se refere à preferência das brincadeiras e os locais que mais gostam de estar durante o dia. Todos os participantes reportaram seus gostos para os espaços estruturados, ou seja, gostam de brincar ao ar livre, representando nas suas falas as categorias de brincadeiras turbulentas e exercício físico, entretanto, são os ambientes que no decorrer do dia não podem estar, existe um horário que podem ou não irem para tais espaços, isso dependerá muito do cuidador de plantão como verificado, evidenciando que os acolhidos não têm livre acesso a todos os espaços no momento em que desejam.

Do mesmo modo, os infantis tem a concepção de que não podem brincar nos quartos, fato que condiz com a rotina planejada pela coordenação da instituição, pois quando estão nesse cômodo precisam dormir, ou ficar deitado sem poder fazer nada.

Quanto à utilização da brinquedoteca tema averiguado na pesquisa, pode-se observar que o acesso desta por parte dos infantis não aconteceu no decorrer da coleta de dados, realidade que por muitas vezes foi questionada pela pesquisadora, uma vez que o espaço foi inaugurado recentemente, contendo objetos e brinquedos necessários para a sua utilização.

Fato que pode ser averiguado também nas verbalizações das respostas dos participantes, quando informavam que a brinquedoteca era apenas uma casa, ou não sabiam o que responder, destacando que não utilizavam aquele ambiente planejado para eles. Além disso, percebe-se que o nome brinquedoteca remetia a ideia de brincadeira para os infantis, no entanto, ficou evidente que não tinham o sentimento de pertencimento daquele espaço, as crianças se reportavam as brincadeiras mais fora daquele âmbito, realidade verificada no decorrer da pesquisa.

Destarte, percebe-se a necessidade e a vontade que os acolhidos possuem em explorar a brinquedoteca, e o quanto os cuidadores não contribuem para a utilização

deste espaço, não somente eles mais a equipe técnica também, situação que poderia contribuir significativamente na dinâmica da instituição como afirma Magalhães e Oliveira (2018).

6.5 A guisa de conclusão geral

No decorrer da coleta de dados pode-se verificar e experienciar diversas situações, que contribuem significativamente para a análise dos resultados apontados ao longo desta pesquisa. A instituição de acolhimento do Município de Santarém-Pará ao qual foi pesquisada realiza serviços que permitem retirar as crianças e ou adolescentes de situações que violem seus direitos enquanto sujeito em desenvolvimento, assim como também atuam para que estes retornem para suas famílias ou até mesmo ganhem novos lares.

Ao iniciar a inserção ecológica, isto é, fazer parte do contexto e do dia a dia da instituição, pode-se averiguar a rotina, as relações entre profissionais e acolhidos, ou seja, a dinâmica da instituição, como funciona desde o raiar do sol até o entardecer.

Desse modo, foi possível conhecer as crianças, suas histórias de vida, seus desejos e gostos, as maneiras como lidam com a sua realidade, a forma como encaram estar longe da família, e que muitas vezes para elas eram desconhecidas às razões de estarem ali, o que gerava angústias e tristezas, como observado durante todo o processo.

Os infantis logo que adentram a instituição precisam se habituar e conhecer o ritmo de seu funcionamento, pois a casa tem prazos e horários a serem cumpridos constantemente por todos e em todos os turnos. Durante esses meses de inserção não foram observados imprevistos na rotina estipulada, atividades sendo executadas pelos cuidadores fora dos horários previstos, ou acolhidos fazendo refeições sozinhos, tudo era realizado em grupo, seguindo o planejado e organizado pela coordenadora.

Fato que influenciava quanto à utilização dos espaços estruturados e não estruturados, pois percebe-se que essa sistematização de certa forma inviabilizava o uso livre dos ambientes, para tudo era necessário autorização, não se observou o livre acesso em todos os cômodos da instituição, muitos só podem ser frequentados no horário estipulado, e ainda dependendo da permissão do cuidador, isto é, se o acolhido têm o desejo de ir ao parquinho maloca, e/ou brinquedoteca, não podem, pelo fato da instituição ter o tempo todo esse controle e essa forma de funcionamento.

Salienta-se que esta situação ficou evidente nos resultados apresentados, uma vez que os espaços mais frequentados pelos participantes não são aqueles que gostariam de estar, fato que pode ser averiguado nos discursos expostos por eles, ao informarem que os locais que mais gostam de brincar e de estar se referem aos espaços estruturados.

Mostrando que suas vontades não estão sendo atendidas e nem que estão sendo utilizados os espaços estruturados, destinados para a ocorrência de brincadeiras como as crianças gostariam, ou seja, desejam estar no local organizado para o brincar, mas não podem, o que diverge ao que vem apontando a literatura ao se referir a respeito dos espaços estruturados e não estruturados.

Ademais, os resultados apontam que a não utilização dos espaços estruturados interferem nas escolhas das brincadeiras pelos infantis. Percebe-se que as categorias de brincadeiras se apresentam de forma diferente para cada espaço apropriado por elas, quando estavam nos espaços estruturados, a escolha das brincadeiras eram mais voltadas para as categorias de exercício físico e turbulentas, no entanto, quando estavam nos espaços não estruturados às categorias de brincadeiras mais evidentes era a simbólica, confirmando que existe uma diferença de brincadeiras conforme variam os espaços.

Nos resultados verifica-se esta relação quando a categoria de brincadeira simbólica aparece com mais frequência em conformidade com a utilização dos espaços não estruturados, no caso a sala de estar. Evidenciando necessárias modificações no funcionamento da instituição para que sejam atendidas todas as demandas relacionadas às categorias das brincadeiras e a utilização dos espaços adequados para a ocorrência destas.

Assim como também sejam atendidas as demandas referentes à utilização da brinquedoteca, espaço adequado para que sejam estimuladas todas as categorias das brincadeiras, porém de acordo com as verbalizações dos infantis não estão tendo acesso a este espaço. O que afeta quanto a percepção dos acolhidos a respeito deste ambiente, como pode-se verificar nos discursos ao dizerem que era apenas uma casa, ou então um local que ficavam os brinquedos.

Nesse sentido, verificou-se que a instituição possui estruturas que auxiliam a organização e criação dos momentos de brincadeiras, ou seja, apresenta espaço adequado, equipamentos, objetos, brinquedos, bem como recursos humanos que podem contribuir para o melhor aproveitamento de todos esses benefícios que tem a

instituição.

No decorrer da análise dos resultados de observação, foi possível identificar falas dos cuidadores e da equipe técnica sobre as brincadeiras, fato que demonstra o papel mediador dos profissionais na relação que as crianças estabelecem na brincadeira. Destaca-se que apesar de os profissionais da instituição não serem objetivo da pesquisa, os mesmos fazem parte do contexto percebendo que são preponderantes nesse processo.

Para tanto, ressaltou-se também nos resultados quanto aos comportamentos dos profissionais da instituição, não apenas dos cuidadores mas também da equipe técnica, que estes profissionais no dia a dia pouco ou quase nunca organizam e executam os momentos de brincadeiras para os infantis mesmo tendo todos os recursos para estes fins, destaca-se que apenas os cuidadores mais antigos em algumas ocasiões favoreciam e possibilitavam os momentos de brincadeiras, fato que fortalecia as relações entre o cuidador e o acolhido pelo que se pode observar e averiguar ao longo da pesquisa.

Portanto, considera-se relevante os resultados apresentados nesta pesquisa quanto as categorias das brincadeiras e sua frequência, os espaços estruturados e não estruturados, a rotina, e a utilização da brinquedoteca na instituição de acolhimento, destacando que são necessárias modificações no seu modo de funcionar para que sejam de fato atendidas as expectativas referentes ao brincar dentro de uma instituição de acolhimento.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de fornecer algumas informações e considerações acerca da trajetória desta pesquisa, esta seção busca expor quanto aos objetivos alcançados e delimitados no decorrer do processo. Nesse sentido, são apresentadas algumas considerações sobre esta pesquisa, em relação aos seguintes aspectos: limitações da pesquisa, principais contribuições teóricas, metodológicas, acadêmico-científicas, educacionais e sociais, aplicabilidade quanto aos resultados encontrados, tendo em vista contribuir com o cenário educacional, social e científico do Município de Santarém Região do Oeste do Pará, com sugestões para pesquisas futuras.

Ressalta-se, que este estudo alcançou o objetivo que se propôs: conhecer como as crianças em situação de acolhimento institucional brincam. Além disso, cumpriu-se os específicos: descrever as brincadeiras realizadas, identificar os espaços onde estas ocorrem e apreender a concepção das crianças participantes sobre um espaço estruturado para as brincadeiras na casa de acolhimento: a brinquedoteca.

Para cumprir-se o questionamento principal, foram descritos os espaços estruturados campinho, maloca, parquinho e brinquedoteca e não estruturados sala de estar, refeitório e área externa da instituição para a ocorrência das brincadeiras, em seguida salientou-se onde mais ocorriam as brincadeiras de acordo com os espaços, e para finalizar dialogou-se com as crianças através de entrevista com o intuito de conhecer o que elas pensam sobre a brinquedoteca.

A pesquisa revelou que seja qual for o espaço e horário, independente da rotina estipulada e do controle do ambiente, sejam com objetos ou não, as crianças em situação de acolhimento institucional brincam e abrangem todas as categorias das brincadeiras ao realizar essa atividade, identificou-se ainda, que o ambiente pode influenciar na escolha dos tipos de brincadeiras exercidas por elas.

Nos espaços estruturados as escolhas mais frequentes foram as de categorias de brincadeiras de exercício físico e turbulentas, as crianças preferiam brincar de correr, pular, jogar bolar, quando estavam nesses ambientes. Temáticas relacionadas a atividades corporais, o que corrobora com a literatura quando afirma que as crianças ao brincar em espaços com poucas limitações e restrições optam mais por brincadeiras que envolvem atividades físico-motoras.

Nos ambientes não estruturados prevaleceu às escolhas pelas brincadeiras

simbólicas, que estavam relacionadas com o cotidiano familiar que tinham antes de entrar na instituição, e/ou através de representação de cenas de filmes e desenhos que assistiam e queriam imitar. Salienta-se ainda, que esta categoria destacou-se mais que as outras, uma possível explicação para esse dado pode ser devido às crianças frequentarem mais os espaços não planejados no seu cotidiano.

Percebeu-se que a utilização dos espaços sejam eles estruturados para a criança ou não, interferia na dinâmica da instituição, ações estas que influenciavam nos aspectos do desenvolvimento das crianças, conforme observação realizada pela pesquisadora durante o período de realização deste estudo na instituição.

Quanto à concepção das crianças participantes sobre um espaço estruturado para as brincadeiras na casa de acolhimento a brinquedoteca, pode-se verificar com base nas verbalizações infantis as suas concepções acerca do que este espaço representa no seu dia a dia e o significado que tem nos momentos de brincadeiras, para tanto, identificou-se que as crianças desta instituição não estão tendo acesso ao espaço da brinquedoteca.

Nesse sentido, realizar este estudo neste ambiente oportunizou conhecer e compreender que os acolhidos precisam ter mais condições de frequentar os espaços estruturados para o brincar, para poder viver sua infância e estadia na instituição de forma mais plena, considerando que estão em fase de desenvolvimento de diversos aspectos como motor, afetivo, comportamental, emocional, físico, social, psicológico e cognitivo.

7.1 Limitações da pesquisa

No decorrer da realização desta pesquisa, algumas limitações puderam ser percebidas no que se refere aos procedimentos metodológicos. Por ser uma instituição regida por legislação, em muitas ocasiões, percebia-se receio por parte da coordenação em não autorizar atividades ou uso de equipamentos dentro da instituição.

Considera-se esse fator ser limitante, haja vista, se tratar de uma pesquisa com o consentimento do Comitê de Ética em Pesquisas envolvendo Seres Humanos - CEP do Campus de Santarém da UEPA, no qual foi proposta a utilização de filmagens nas atividades desenvolvidas na instituição, e ainda, autorização do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes - COMDCA. Destaca-se que mesmo diante

da apresentação de todas essas autorizações legais, não foi permitido filmagem dentro da instituição.

Outra limitação encontrada foi no momento da coleta de dados sociodemográficos, na ocasião a técnica responsável demonstrava insegurança ao repassar alguns dados, e resistência quando eram feitas algumas indagações referentes aos participantes da pesquisa.

Salienta-se que houve dificuldade na definição da quantidade de participantes, pois as crianças com idade delimitada na pesquisa poderiam permanecer ou não na instituição, dependendo da determinação da justiça referente ao retorno da família ou a ida para novas famílias.

7.2 Principais contribuições

De acordo com a revisão da literatura realizada, considera-se que este estudo, ainda é uma temática que precisa ser cada vez mais explorada no Brasil, principalmente com o foco na abordagem da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, nesse sentido, considera-se que este estudo trouxe contribuições no âmbito teórico, pode-se ampliar os conhecimentos sobre a relação entre o sujeito e o ambiente e as possíveis influências nos aspectos desenvolvimentais do ser humano, em especial a criança em situação de acolhimento.

Ao finalizar o objetivo desta pesquisa foi possível conhecer como as crianças em situação de acolhimento brincam, além disso, pode-se compreender a amplitude e o significado que a brincadeira representa neste ambiente, e como se faz necessário ampliar estudos que viabilizem tais entendimentos e demonstrem a importância da relação entre o ambiente e as brincadeiras na vida de uma criança, seja ela em situação de acolhimento ou não.

Do mesmo modo, salienta-se que esta pesquisa pode contribuir com a produção de novos conhecimentos voltados para esse público, uma vez que pesquisas direcionadas para esse âmbito ainda é escassa na Região do Oeste do Pará. Assim como também pode-se mencionar que esta pesquisa trouxe os infantis como protagonistas de toda a pesquisa, destacando sempre a relevância de dar voz, autonomia e condições para que as crianças desempenhassem papel ativo durante a pesquisa.

Outro fator que pode-se considerar enquanto contributos nesta pesquisa, se

refere ao profissional cuidador. Evidencia-se que se faz necessário ampliar os olhares para esse público, pois são eles que na maior parte do tempo são responsáveis pelos aspectos que possibilitam e corroboram para o desenvolvimento adequado dos infantis dentro da instituição.

No âmbito acadêmico e social, considera-se que esta pesquisa trouxe relevantes contribuições que podem subsidiar a elaboração de políticas públicas sociais, que tenham como objetivo a criação e a implementação de práticas direcionadas para o brincar em ambientes de acolhimento institucional, bem como o planejamento de capacitações e formação continuada para os profissionais que atuam na instituição, de modo que se possa refletir sobre os possíveis conteúdos abordados e produzidos nesta pesquisa.

Os resultados desta pesquisa apontam contribuições importantes no campo da educação. Destaca-se que a instituição de acolhimento pode ser considerada como um ambiente de desenvolvimento humano, neste sentido, faz-se necessário ampliar, por meio das brincadeiras, práticas educativas que corroborem com o desenvolvimento de habilidades no âmbito educacional e que permitam melhor desempenho de aprendizado dos infantis na área acadêmica, levando em consideração que a brincadeira pode possibilitar desenvolver diversas áreas, tais como sociais, emocionais, cognitivas e físicas.

Ademais, esses resultados permitiram ampliar o olhar sobre o contexto onde ocorre a educação, uma vez que pode-se compreender que a educação está presente nos mais diversificados contextos. Evidenciando, dessa forma, que não é algo que pertence somente ao espaço escolar, mas sim está presente na vida do sujeito em todos os âmbitos.

7.3 Aplicabilidade

O presente estudo consistiu em evidenciar como as crianças em uma instituição de acolhimento no Município de Santarém brincam, onde ocorrem as brincadeiras e do que costumam mais brincar, destacando elas como protagonistas de suas interpretações e impressões.

Nesse sentido, é possível mencionar que os participantes desta pesquisa viabilizaram importantes reflexões em torno da brincadeira, uma vez que conforme se verificou em suas próprias verbalizações a brincadeira é muito mais para eles do que

um simples momento, mostrando a importância de valorizar a escuta e voz das crianças enquanto sujeitos de direitos.

Para tanto, apesar de não figurarem como participantes de maneira direta, os técnicos e os cuidadores são parte do microsistema desenvolvimental das crianças pesquisadas, podendo estabelecer com elas processos proximais que promovam aquisição de competências e desenvolvimento, em última instância. Nesse sentido, ao vivenciarem a pesquisa esses profissionais puderam constituir um novo olhar e até mesmo curiosidade sobre a temática, o que torna possível a inclusão destes nos momentos de brincadeiras, assim como também nas proposições dos espaços onde irão ocorrer dentro da instituição.

Diante disso, cabe mencionar ainda que os resultados encontrados neste estudo podem ser utilizados e aplicados na promoção de ações de intervenção com os técnicos e cuidadores em parceria com a Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social - SEMTRAS, assim como, com os parceiros da instituição, uma vez que esta pode estar articulada com os órgãos que compõem os serviços voltados para a criança.

Do mesmo modo, esta pesquisa pode corroborar com o planejamento pedagógico na organização da instituição voltada para as atividades de brincadeiras diárias e os espaços, visando melhorar os aspectos em torno desse momento no cotidiano da instituição.

7.4 Sugestões para pesquisas futuras

Quando se estuda sobre tal fenômeno e área de conhecimento, logo se iniciam diversas observações a respeito das possíveis variáveis que se pode estudar após este estudo, com o intuito de aprofundar as questões relacionadas ao fenômeno investigado. Nesse sentido, no decorrer desta pesquisa pôde-se verificar a necessidade de intervir e ampliar outros possíveis fenômenos direcionados para tal campo de estudo, produzindo assim, respostas significativas para a sociedade sobre as demandas em torno do acolhimento institucional.

Na análise dos dados observou-se o papel preponderante do cuidador nas relações das brincadeiras. Dessa forma, finaliza-se este estudo propondo investigações acerca das concepções dos cuidadores e técnicos a respeito do brincar na instituição de acolhimento, com o objetivo de compreender o que estes

profissionais pensam sobre tal fenômeno, visando com isso possíveis estratégias para práticas educativas e ações desenvolvidas por eles quando se trata dos momentos de brincadeira.

Do mesmo modo, pode-se sugerir pesquisas futuras que contemplem as crianças com algum tipo de deficiência, uma vez que essa pesquisa não abarcou esse público, porém pode-se perceber a necessidade de pesquisas voltadas para esse público em específico centrando também no ponto de vista dos próprios infantis que vivem nesse contexto.

Portanto, viabilizar pesquisas futuras que contemplem esse público em específico pode contribuir com a integração de todos os acolhidos, profissionais e sociedade de forma geral, já que a instituição de acolhimento é um serviço que contempla e está interligada com diversos âmbitos sociais, visando sempre o bem estar e a qualidade de vida dos infantis em situação de acolhimento.

REFERÊNCIAS

- ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. (Trad. Dora Flaksman). 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BECKER, Bianca. A voz da criança na pesquisa e na sociedade: em busca de metodologias (efetivamente) participativas. **Revista Brasileira de Psicologia**, V. 03(01), Salvador, Bahia, 2016.
- BERGER, Kathleen Stassen. **O desenvolvimento da pessoa: do nascimento à terceira idade**. / tradução DALTON, C. A. Revisão técnica CLÁUDIA, Henschel Lima. Rio de Janeiro: LTC, 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 05 de outubro de 1998.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.
- BRASIL. Presidência da República. **Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília, DF: Conanda/CNAS, 2009.
- BRASIL. **Nova Lei da Adoção**. Lei nº 12.010 de 03 de agosto de 2009.
- BICHARA, I. D. O brincar de crianças em casa revelado em fotos. Apoio FAPESB. Universidade Federal da Bahia. **Revista Brasileira de Psicologia**, 03(01), Salvador, Bahia, 2016.
- BICHARA, Ilka Dias et al. Espaços externos para brincar: o olhar das crianças através de fotos. **Revista Psicologia-Teoria e Prática**, v. 13, n. 3, 2011.
- BICHARA, Ilka Dias; BECKER, Bianca. Com a palavra, as crianças: um debate sobre inovações metodológicas na investigação do brincar. Universidade Federal da Bahia. **Revista Brasileira de Psicologia**, 03(01), Salvador, Bahia, 2016.
- BOMTEMPO, E. Brincar, fantasiar e aprender. **Temas em Psicologia**, 7(1), 51-56, 1999.
- BOMTEMPO, Edda; CONCEIÇÃO, Mírian Ribeiro. Infância e contextos de vulnerabilidade social – A atividade lúdica como recurso de intervenção nos cuidados em saúde. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, v. 34, n. 87, p. 490-509, 2014.
- BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do Desenvolvimento Humano: tornando os seres humanos mais humanos/ Urie Bronfenbrenner; tradução: André de Carvalho-Barreto; revisão técnica: Sílvia H. Koller**. – Porto Alegre: Artmed, 2011.
- BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados**. (M. A. V. Veronese, Trad.) Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1979), 1996.

BRONFENBRENNER, Urie; MORRIS, P. The ecology of developmental processes. In W. Damon (Series Ed.) & R. M. Lerner (Vol. Ed). **Handbook of Child psychology**: Vol. 1. Theoretical models of human development (5 th ed., pp. 993-1028). New York: John Wiley. 1998.

BROUGÈRE, Gilles. A criança e a cultura lúdica. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida/ (Orgs.). **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

BUCHER-MALUSCHKE, Júlia Sursis Nobre Ferro. Inserção Ecológica: subsídios à produção do conhecimento. In: KOLLER, Helena; PALUDO, Simone dos Santos & MORAIS, Normanda Araújo. (Orgs). **Inserção ecológica: um método de estudo do desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016.

CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves; COSTA, Lígia Negrão; MAGALHÃES, Celina Maria Colino. Caretaking behavior among siblings in children's shelters. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 25, n. 1, p. 165-173, 2012.

CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves; MAGALHÃES, Celina Maria Colino; PONTES, Fernando Augusto Ramos. Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces. **Revista Subjetividades**, v. 7, n. 2, p. 329-352, 2007.

CAVALCANTE, Lília Chaves. Ecologia do cuidado: interações entre a criança, o ambiente, os adultos e seus pares em uma instituição de abrigo. **Tese de doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, 2008.

CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves; CORRÊA, Laiane da Silva. Perfil e trajetória de educadores em instituição de acolhimento infantil. **Cadernos de Pesquisa**, 42(146), 494-517. Doi: 10.1590/S0100-15742012000200010, 2012.

CAVALCANTE, Lília Chaves, CRUZ, Dalízia Amaral. Acolhimento institucional de crianças: qualidade do ambiente e desenvolvimento. In: CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves... [et al.]. / (Orgs.). **Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: teorias e evidencias científicas para boas práticas**. Curitiba: Juruá, 2018.

CECCONELLO, Alessandra Marques; KOLLER, Sílvia Helena. Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. **Psicologia: reflexão e crítica**. Porto Alegre. Vol. 16, n. 3 (2003), p. 515-524, 2003.

CECCONELLO, Alessandra Marques; KOLLER, Silva Helena. Inserção Ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. In: KOLLER, Helena, PALUDO, Simone dos Santos & MORAIS, Normanda Araújo. (Orgs). **Inserção ecológica: um método de estudo do desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016.

COTRIM, Gabriela Souza; BICHARA, Ilka Dias. O brincar no ambiente urbano: limites e possibilidades em ruas e parquinhos de uma metrópole. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 26, n. 2, p. 388-395, 2013.

CRUZ, Dalízia Amaral. **Conta que eu conto**: Percepções de crianças sobre experiências de acolhimento. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará. Pará, 2014.

CRUZ, Dalízia Amaral; GONÇALVES, Alciene de Oliveira. “Contaço” de histórias em instituições de acolhimento: espaço de escuta e expressão. In: CAVALCANTE, Lília lêda Chaves...[et al.]. / (Orgs). **Acolhimento institucional de crianças e adolescentes**: teorias e evidências científicas para boas práticas. Curitiba: Juruá, 2018.

CRUZ, Dalízia Amaral; CARDOSO, Ana Miranda; MATOS, Eliana, Penedo. Conviver é preciso: reflexões acerca do direito à convivência comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento institucional Oliveira. In: CAVALCANTE, Lília lêda Chaves...[et al.]. / (Orgs). **Acolhimento institucional de crianças e adolescentes**: teorias e evidências científicas para boas práticas. Curitiba: Juruá, 2018.

DA SILVA PEDROSO, Janari; LOBATO, Caroline Pinheiro; MAGALHÃES, Celina Maria Colino. Brincar e realidade: verbalizações de crianças em situação de acolhimento institucional. **Psicologia em Estudo**, v. 21, n. 4, p. 711-721, 2016.

DE LIRA, Pedro Paulo Bezerra; PEDROSA, Maria Isabel. Processos de Significação sobre Família em Brincadeiras de Crianças em Acolhimento Institucional. **Psicologia**: teoria e pesquisa, 2016.

FRANCISCO, J.C; LUIGI, A. S. Tratamento e institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil: breve resenha histórica. **Revista de Ciências da Educação UNISAL**, Americana, SP, ano XVII no 33 p. 127-147 jul./dez. 2015.

FERNANDES, Natália; SARMENTO, Manuel Jacinto; TOMÁS, Catarina Almeida. Investigação da infância e crianças como investigadoras: metodologias participativas dos mundos sociais das crianças. **Nuances**: estudos sobre educação, v. 12, n. 13, p. 49-64, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. In: **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 2004.

FEITOSA, Antonio, G. da Silva. **A infância abrigada**: impressões das crianças na casa abrigo. 2011.

FILOCREÃO, Camila Lima. **Brincadeiras simbólicas em situação estruturada de crianças em acolhimento institucional**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Universidade Federal do Pará, Belém-Pará, 2013. 159 páginas.

GADELHA, S. Empresariamento da sociedade e governo da infância pobre. In: Resende, H. d. (Org.). **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autentica Editora – (Coleção Estudos Foucaultianos). 2015.

GUALBERTO, M. A. C. **A infância na percepção de crianças em acolhimento institucional no município de Santarém – Pará**. Orientadora, Prof^a. Dr^a. Iani Dias Lauer Leite. Dissertação do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (PPGE- UFOPA). Santarém, 2017.

GUEDES, Carina Ferreira. **Acolhimento institucional da assistência à infância: reflexões a partir da experiência de um abrigo**. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GIACOMELLO, Karina Jorgino; MELO, Luciana de Lione. Do faz de conta à realidade: compreendendo o brincar de crianças institucionalizadas vítimas de violência por meio do brinquedo terapêutico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 1571-1580, 2011.

GOMES, S. F. Brincadeiras e brinquedos sob o olhar da criança. **Revista Brasileira de Psicologia**, 03(01), Salvador, Bahia, 2016.

GOSSO, Yumi. **Pexe oxemoarai: brincadeiras infantis entre os índios Parakanã**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2004.

GOLIN, Gabriela. **A interação entre a criança abrigada e seu cuidador: o vínculo na institucionalização**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2010.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

JOHNSON, J. F. Christie, J. F. Yawkey, T. D. **Play and Early Childhood Development**. New York: Longman (Second Edition), 1999.

KISHIMOTO, Tizuko M. Diferentes tipos de brinquedotecas. In: FRIEDMAN, A. et al. (Org.). **O direito de brincar: a brinquedoteca** (p. 49-59). São Paulo: Edições Sociais, 1998.

KISHIMOTO, Tizuko M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. Cortez editora, 2017.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Bruner e a Brincadeira. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida/ (Orgs.). **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, A. M. Cavalcante. **Pesquisa de representação social: um enfoque qualiquantitativo: a metodologia do Discurso do Sujeito coletivo**. Brasília: Liber Livro Editora, 2 ed. 2012.

LUVIZARO, Nathália Azevedo; GALHEIGO, Sandra Maria. Considerações sobre o cotidiano e o habitar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em abrigo. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 22, n. 2, p. 191-199, 2011.

MAGALHÃES, Celina Maria Colino; OLIVEIRA, Luíza Sousa Monteiro. Brinquedoteca em instituição de acolhimento: uma estratégia de promoção do desenvolvimento. In: CAVALCANTE, Lília lêda Chaves...[et al.]. / (Orgs.). **Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: teorias e evidências científicas para boas práticas**. Curitiba: Juruá, 2018.

MENEZES, Shiniata; BICHARA, Ilka Dias. Observação de situações do cotidiano: brincadeiras espontâneas na escola. **Revista Brasileira de Psicologia**, 03(01), Salvador, Bahia, 2016.

MEDEIROS, Blenda Carine Dantas de. **A compreensão de crianças em situação de acolhimento institucional acerca dos seus direitos**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas Letras e Artes – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Natal, RN, 2015. 275f.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GUERRIERO, Iara Coelho Zito. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 19 (4): 1103-1112, 2014.

MORAES, M. S.; OTTA, E. Entre a serra e o mar. In: CARVALHO, A. M. A.; MAGALHÃES, C. M. C.; PONTES, F. A. R.; BICHARA, I. D. (Orgs.). **Brincadeira e cultura: viajando pelo Brasil que brinca** (p.127-156). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

NAZARIO, Roseli. **Infância das crianças pequenas no contexto de acolhimento institucional: narrativas de meninas e meninos na casa(lar)**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, SC, 2014.260 p.

OLIVEIRA, Sonia Cristina de. **Brincadeiras de crianças abrigadas estudo etnográfico em instituição de acolhimento**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2014.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally W.; FELDMAM, Ruth D. **Desenvolvimento Humano**. Tradução: VERCESI, Carla F. L. M. P et al. 12. ed. Porto Alegre: AMGH,2013.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar. 1971. (Trabalho original publicado em 1945).

PINTO, Paula Sanders Pereira; BICHARA, Ilka Dias. Importância das áreas externas para brincadeiras livres em instituições de acolhimento. In: CAVALCANTE, Lília lêda Chaves... [et al.]. / (Orgs.). **Acolhimento institucional de crianças e**

adolescentes: teorias e evidências científicas para boas práticas. Curitiba: Juruá, 2018.

PONTES, F. A. R., & MAGALHÃES, C. M. C. A transmissão da cultura da brincadeira: algumas possibilidades de investigação. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 16(1), 117-124. 2003.

RASMUSSEN, Kim. Places for children—children's places. **childhood**, v. 11, n. 2, p. 155-173, 2004.

REIS, Daniela Castro, et al. Contexto de acolhimento institucional: móveis e objetos individualizados como indicadores de qualidade na promoção do desenvolvimento de crianças e adolescentes. In: CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves...[et al.]. / (Orgs.). **Acolhimento institucional de crianças e adolescentes:** teorias e evidências científicas para boas práticas. Curitiba: Juruá, 2018.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil:** percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs.). **A arte de governar crianças.** A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.

ROSA, Edinete Maria et al. Contextos ecológicos em uma instituição de acolhimento para crianças. **Estudos de Psicologia**, v. 15, n. 3, p. 233-241, 2010.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; SERRANO, Solange Aparecida; COSTA, Nina Rosa do Amaral. **Reflexões sobre o desenvolvimento humano e o contexto institucional.** O acolhimento institucional na perspectiva da criança. São Paulo: Hucitec Editora, 2011.

SAMPAIO, Ana Paula Barbosa. **O brincar como possibilidade de desenvolvimento infantil em acolhimento institucional.** Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília/ UnB. Brasília, 2017.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Imaginário e culturas da infância. **Cadernos de Educação**, v. 12, n. 21, p. 51-69, 2003.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade.** Crianças e miúdos: perspectivas sócio pedagógicas da infância e educação. Porto: Asa, p. 9-34, 2004.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 91, p. 361-378, 2005.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Culturas infantis e Interculturalidade.** Produzindo pedagogias interculturais na infância. Petrópolis: Vozes, p. 19-40, 2007.

SILVA, Fabíola Helena Oliveira Brandão; BARROS, Rosana Maria Souza. Cantinho do recado: desenvolvimento da linguagem e das habilidades sociais de crianças e adolescentes em acolhimento institucional. In: CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves...[et al.]. / (Orgs.). **Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: teorias e evidências científicas para boas práticas**. Curitiba: Juruá, 2018.

SUTTON-SMITH, Brian. **A ambiguidade da brincadeira**. Tradução VERA Josceyne. Revisão Técnica de Tânia Fortuna-. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 6. ed., São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Coleção Psicologia Psicanalítica. (J. O. Abreu, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. 1997. (trabalho original publicado em 1971).

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

Olá, Meu nome é Milany Santos de Carvalho, sou aluna de mestrado da UFOPA, e eu estou fazendo uma pesquisa com crianças como você. Então você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que se chama **“O brincar para crianças em acolhimento institucional do Município de Santarém”**, a gente quer conhecer como vocês brincam e os espaços que vocês gostam de brincar.

-Já conversamos com a coordenadora e seus cuidadores e eles deixaram você participar. Porém, precisamos que você queira participar. Vou te explicar tudo o que precisará fazer. Você deve ouvir atentamente e depois disso, você me diz se quer participar ou não. Irei acompanhar você nas suas atividades diárias.

- Eu irei reunir com você e seus colegas para conversar.

-Você poderá escolher e dizer do que quer brincar e eu irei organizar as brincadeiras e até trazer outras também.

-Para que você possa participar deste estudo, já conversei com a Coordenadora que é a pessoa responsável pela Casa de Acolhimento e que autorizou sua participação assinando um documento que chamamos termo de consentimento livre esclarecido.

-Você pode sair da pesquisa a hora que quiser;

-Não será cobrado nada nem de você e nem dos profissionais que trabalham na casa, você e nem os profissionais receberão dinheiro por isso;

-No momento das perguntas você poderá sentir algum sentimento ruim como tristeza, ficar com vergonha de falar, ou então ter uma lembrança que não te faz bem, caso tudo isso aconteça, você me fala que será imediatamente encerrado a sua participação e você será encaminhado para conversar com o psicológico responsável da casa de acolhimento.

-Outra situação que pode ocorrer é na hora das atividades lúdicas que irei fazer, no momento da atividade pode acontecer algum movimento que seu corpo não está acostumado, caso tudo isso aconteça, você me fala que será imediatamente encerrado a sua participação e você será encaminhado para os cuidados do cuidador responsável por você para tomarmos as devidas providências quanto a sua saúde.

-Você pode falar comigo a qualquer momento, pode ligar ou pedir para os técnicos aqui da casa ligarem para o número (93) 99174-7599 ou enviar um e-mail para

milanycarrvalho@hotmail.com; e também pode me encontrar na Rua Uberlândia, nº 61024, bairro Santo André, ou no dia de sexta-feira das 08h às 12h, na sala 447 do Campus Amazônia da UFOPA, na Avenida Mendonça Furtado, nº. 2.946, bairro Fátima.

-Você ficará com esse documento assinado por mim e caso queira participar a outra ficará com você e outra ficará comigo. No final da pesquisa contaremos para você e para os profissionais da casa o que aprendemos com a pesquisa.

Então você ficou com alguma dúvida?

-Se sim, pode perguntar que te respondo. Se quiser conversar com cuidadores e educadores, ou técnicos aqui da casa, tudo bem! Você não precisa responder agora se quer participar.

-Olha outras pessoas que você pode entrar em contato: Minha orientadora Iani Dias Lauer Leite que pode ser encontrada no telefone (93) 991946557 e e-mail: ianilauer@gmail.com), ou pode ser encontrada também às sextas-feiras, das 10h às 12h, na sala 447 do Campus Amazônia da UFOPA.

Eu _____ declaro que entendi e concordo em participar. A pesquisadora e eu ficaremos com este termo assinado, tanto por mim quanto pela pesquisadora que conversou comigo e me explicou sobre minha participação, tendo sido esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações, e a Coordenadora da casa de acolhimento institucional poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento da Coordenadora já assinado.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): _____

Santarém, ____ de _____ 2019.

Assinatura de testemunha

Pesquisadora responsável

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Assentimento livre e esclarecido deste participante para a realização de coleta de dados do presente estudo, conforme determina a Resolução CNS 466/12 e 510/16, bem como expliquei tudo sobre a pesquisa e esclareci todas as dúvidas.

APÊNDICE B – FOLHA DE DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS DOS PARTICIPANTES

IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA

A. Dados Pessoais:

1. Nome: _____
2. Sexo: _____
3. Data de Nascimento: _____ Naturalidade: _____
4. Tem o nome do pai registrado civil? _____

B. Dados Escolares:

5. Escolaridade: Estuda () não estuda ()
Série que cursa: _____
Se não estuda em que série parou: _____ ano que parou: _____
Por quê? _____
6. Escola: Pública () Privada ()
7. Já foi reprovado? () sim quantas vezes? _____ () não
8. Já foi expulso? () sim quantas vezes? _____ () não
9. Por quê? _____

C. Dados familiares:

10. A criança ou a sua família recebe algum tipo de bolsa auxílio (bolsa escola, família, alimentação, etc)? () sim () não qual? _____ valor do benefício _____
11. Situação familiar da criança:
Com quem vivia antes da permanência na instituição:

() Com a mãe e o pai	() Apenas com a mãe
() Apenas com o pai	
() Com a mãe e o padrasto	() Com o pai e outros familiares
() Com a mãe e outros familiares	() Com os avós paternos
() Com outros familiares	() Sem informação
() Outros: _____	
12. Qual o tipo de família que vivia antes de sua permanência na instituição:
() biológica () família substituta – guarda () Família substituta adoção
13. Permanência de irmãos na instituição: () Sim () Não () Sem informação
- 12 - Visitas: (permissão, período, quem visita) _____
- 14 - Já passou por outras instituições de acolhimento? _____
- 15 - Renda da família ou responsáveis: Individual: _____
- 16 - Composição e organização familiar: Nº Filhos: _____ Idade: _____
Sexo: _____

D. Processo de Institucionalização

14. Dados sobre a situação jurídica profissional
Situação atual: Data em que deu entrada: _____ () Sem informação
15. Motivo que justificou seu encaminhamento para a instituição:
() Abandono por parte dos pais/ e ou responsáveis;
() Pobreza e/ou vulnerabilidade social dos pais e familiares;

- () Violência física;
- () Pai, mãe ou pais alcoólatras ou dependentes de outras drogas;
- () Pai, mãe ou pais deficiente intelectual ou doenças graves/ crônicas;
- () Negligência Familiar;
- () Situação de rua;
- () Violência Sexual;
- () Pai, mãe ou pais presidiários;
- () Outros: _____

Procedência de encaminhamento: _____

De quem é a responsabilidade pela organização dos prontuários: (Múltipla escolha)

- () Assistente social () Pedagogo () Psicólogo () Coordenador da Instituição
- () Outro: Especificar: _____

16. Permanência de irmãos na instituição: () Sim () Não () Sem informação

17. Visitas: () Sim () Não

18. Especificar (quem, período e permissão): _____

19. Desligamento da instituição:

Data: _____ Destino: _____

Motivo: _____

Idade que foi desligada: _____

Primeira institucionalização: () Sim () Não () Sem informação

Idade que foi institucionalizada pela primeira vez: _____

Idade que foi institucionalizada pela segunda vez: _____

Participa de projeto em ambiente externo à instituição: _____

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS CRIANÇAS

1. Como é seu dia aqui no abrigo?
2. O que você costuma fazer de manhã e à tarde?
3. Com quem você faz isso?
4. E onde você faz isso?
5. O que mais gosta de fazer aqui?
6. E o que menos gosta de fazer?
7. Qual brincadeira você gosta de brincar?
8. Onde você mais gosta de brincar?
9. Onde você não pode brincar?
10. Com quem você mais gosta de brincar?
11. Que horas você brinca?
12. O que você acha que é uma brinquedoteca?
13. O que você acha da brinquedoteca?
14. O que você faz na brinquedoteca?
15. Como você gostaria que a brinquedoteca funcionasse?

APÊNDICE D – FOLHA DE REGISTROS DOS DADOS OBSERVADOS DAS CRIANÇAS NA CASA DE ACOLHIMENTO (OBSERVAÇÃO ESTRUTURADA)

Data:	Horário:
Local:	
Nome da criança:	
Sexo:	
Tempo de permanência na instituição:	
Nome do educador ou técnico:	

Tempo de Observação inicial-final	COMPORTAMENTO OBSERVADO (o que, onde, com quem?)

APÊNDICE E – FOLHA DE REGISTRO DO DIÁRIO DE CAMPO

Data: _____ Tempo: _____

Início/ _____ Término/ _____

Tempo de permanência na instituição: _____

Diário: _____ Ficha: _____

Atividade	
Companhia	
Locais/externo e interno	
Arranjos simbólicos e decoração	
Divisão de cômodo	
Disposição de móveis e objetos	
Pontos de brincadeira	
Equipe Técnica	
Visita	
Outros	

APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você, coordenadora da Casa de Acolhimento Institucional, está sendo convidada a participar da pesquisa que tem como título “O brincar para crianças em situação de acolhimento institucional do Município de Santarém- Pará”. O objetivo é compreender o brincar para crianças em situação de acolhimento institucional no Município de Santarém Pará. Essa pesquisa é importante, pois ajudará a esclarecer o papel e a importância da brincadeira em espaços de acolhimento institucional.

Para realização da pesquisa serão necessárias à realização das seguintes etapas: serão realizadas visitas diárias para observar os comportamentos da criança no seu dia a dia, sem interferência da pesquisadora, posteriormente será realizado um grupo focal com as crianças com perguntas sobre o brincar e sua rotina.

As informações obtidas serão utilizadas somente para a presente pesquisa, e ficarão sob a responsabilidade das pesquisadoras por um período de um ano, sendo que as informações mais importantes serão disponibilizadas ao público, através do trabalho final. Não será divulgada qualquer informação que possa levar a uma identificação dos participantes, sendo garantido o sigilo e a privacidade dos mesmos. Depois do período de um ano, os questionários preenchidos serão incinerados.

Um risco da pesquisa é a não aceitação da coordenadora da casa de acolhimento, na participação da pesquisa e no consentimento para a realização da participação das crianças. Para minimizar tal risco, esclareceremos os objetivos da pesquisa e quaisquer dúvidas que surgirem. Você participará da pesquisa esclarecendo e direcionando conforme cronograma os momentos adequados para a realização das atividades, bem como na autorização prévia.

Há ainda à possibilidade de constrangimento, danos morais, no momento que for abordado sobre o cronograma e nas autorizações, porém esse risco será evitado, pois sempre haverá sempre o diálogo do andamento da pesquisa e de tudo que está sendo proposto, não haverá identificação dos sujeitos em nenhuma etapa da pesquisa e nem no produto final do trabalho, e ainda serão escolhidos locais para as atividades que lhe passam confiança e segurança.

Entre os benefícios da pesquisa estão: 1) Conhecimento sobre o brincar da criança nos espaços de acolhimento institucional; 2) Insumos científicos sobre este tema proposto no Município de Santarém; 3) Os resultados obtidos na pesquisa beneficiarão a comunidade científica como referência para trabalhos posteriores, 4) A

pesquisa possibilitará a você novas informações sobre o brincar para a criança em situação de acolhimento institucional, o que permitirá o aprimoramento da sua atuação no que se refere à gestão da casa, pois poderá ser elaborada a criação de estratégias mais eficazes na promoção de brincadeira dentro da instituição.

Outro benefício que poderá ocorrer é a melhoria na rotina da casa e da atuação do profissional juntamente com a criança nos momentos de brincadeira, e as pesquisadoras no decorrer da pesquisa irão promover momentos de formação sobre a organização dos espaços de brincar, contribuindo com a gestão no que se refere aos conteúdos de planejamento das atividades.

Em caso de algum dano pessoal, diretamente provocada pelos procedimentos de coleta de dados propostas pelo pesquisador vocês terão direito às indenizações legalmente estabelecidas. Têm direito a se manter informada a respeito dos resultados parciais da pesquisa, para isto, a qualquer momento do estudo, terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa, para esclarecimentos de dúvidas. Não há despesas pessoais para você em qualquer fase do estudo. Também não haverá nenhum pagamento por sua participação. Você receberá um Termo de Consentimento Livre Esclarecido assinada, e outra ficará com a pesquisadora.

Para a realização da pesquisa serão obedecidas as normas do Conselho Nacional de saúde que respalda as pesquisas envolvendo seres humanos, de acordo com a Resolução nº 510/2016, que incorpora respeito ao participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, dentre outros, e visa assegurar os direitos e deveres dos participantes da pesquisa. Se você tiver qualquer dúvida sobre os aspectos éticos da pesquisa pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa, que é um colegiado interdisciplinar independente que existem nas Universidades que realizam pesquisas envolvendo seres humanos, que foi criado para defender os interesses dos sujeitos em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento de pesquisas dentro dos padrões éticos. Aqui em Santarém você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisas envolvendo seres humanos da Universidade do Estado do Pará – Campus Tapajós, localizado na Av. Plácido de Castro, 1399, bairro Aparecida Santarém-Pará. Contato: (93) 3512-8000.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS: Você pode entrar em contato com as pesquisadoras na Universidade Federal do Oeste do Pará, campus Amazônia. A mestranda Milany Santos de Carvalho pode ser encontrada pelo telefone (93) 991747599, ou pelo e-mail: milanycarvalho@hotmail.com. A orientadora Iani Dias Lauer Leite que pode ser encontrada pelo telefone (93) 991946557 e e-mail: ianilauer@gmail.com, ou pode ser encontrada também às sextas-feiras, das 10h às 12h, na sala 447 do Campus Amazônia da UFOPA.

DECLARAÇÃO

Declaro que compreendi as informações do que li ou que me foram explicadas sobre o trabalho, incluindo os propósitos da pesquisa, os procedimentos a serem realizados, os possíveis riscos e benefícios, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação e a das crianças em situação de acolhimento institucional não serão pagas, nem teremos despesas, e que se houverem danos podemos legalmente solicitar indenizações. Concordo voluntariamente na autorização da minha participação e a das crianças da casa de acolhimento institucional, a participarem desse estudo podendo retirar meu consentimento a qualquer momento, sem necessidade de justificar o motivo da desistência, antes ou durante o mesmo, sem penalidades, prejuízo ou perda de qualquer benefício para minha vida pessoal e profissional.

Santarém, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do Participante

Assinatura da Testemunha

Pesquisadora Responsável

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o consentimento livre e esclarecido desta coordenadora da casa de acolhimento institucional, conforme determina a Resolução CNS 466/12 e 510/16, bem como expliquei tudo sobre a pesquisa e esclareci todas as dúvidas.

ANEXOS

ANEXO A – CARTA ACEITE DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Sérgio Henn, nº 838 – Aeroporto Velho – Santarém-Pa – CEP: 68020-250
 Fone: 2101-5130 – E-mail: semtras@yahoo.com.br

CARTA DE ACEITE

Declaramos, em nome da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, que autorizamos a realização de Pesquisa de Campo com as crianças da **CASA DE ACOLHIMENTO REVIVER**, a qual subsidiará o desenvolvimento do PROJETO DE PESQUISA da acadêmica **MILANY SANTOS DE CARVALHO**, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, da Universidade Federal do Oeste do Pará, acerca do tema: **"O brincar para as crianças em acolhimento institucional no Município de Santarém - Pará"**, sob a orientação da Prof^a. Dra. Iani Dias Lauer Leite.

No ensejo, informamos ao serviço **Casa de Acolhimento de Reviver**, vinculado à esta Secretaria, o nosso consentimento acerca do desenvolvimento da referida pesquisa e se faz necessário o contato direto com as crianças em situação de acolhimento institucional durante o período de 24 meses, onde serão realizadas diversas atividades lúdicas, bem como informações referentes ao locus da pesquisa, e outras informações que possam contribuir. Ratificamos a importância e imprescindibilidade do sigilo da identidade das informantes, e a garantia de que os resultados serão utilizados apenas para fins acadêmicos.

Agradecemos, por derradeiro, a escolha do nosso equipamento, e colocamo-nos à disposição para colaborar, a fim de que possamos, conjuntamente, fortalecer o SUAS (Sistema único de Assistência Social) no Município de Santarém.

Santarém/Pará, 16 de Outubro de 2018.

Celsa Maria Gomes de Brito Silva
 Secretária Municipal de Trabalho e Assistência Social
 Decreto 007/2017 - SEMGOF

ANEXO B – APROVAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UEPA - UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO PARÁ - CAMPUS
XII - TAPAJÓS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O BRINCAR PARA CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PARÁ

Pesquisador: MILANY SANTOS DE CARVALHO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 06501218.1.0000.5168

Instituição Proponente: Universidade Federal do Oeste do Pará

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.261.587

Apresentação do Projeto:

As pesquisadoras iniciam a apresentação de seu tema discorrendo que a brincadeira é uma atividade social e cultural que pressupõe um aprendizado e que é considerado como um fenômeno universal na infância. Esclarecem também que o brincar não só está presente no desenvolvimento da criança como na vida do adulto, e pertence à sociedade e a história da civilização humana.

Outro aspecto inicialmente enfatizado pelas pesquisadoras é que o brincar infantil deve ser considerado como um tema de muita relevância na contemporaneidade, pois contribui para o desenvolvimento humano, e que a brincadeira, conseqüentemente é um forte instrumento de cuidado, que contribui significativamente na construção de vínculos e ressignificação dos contextos na vida das crianças, sendo assim, um meio de comunicação e de expressão na infância, bem como também um mecanismo protetivo e promotor do desenvolvimento saudável.

Em seguida as pesquisadoras comentam alguns estudos que ressaltam a relevância da brincadeira para o desenvolvimento infantil no que tange ao aspecto neuropsicomotor e as suas implicações para a maturação do ser humano. Vale ressaltar que alguns destes estudos também ressaltam que a ausência do brincar na infância compromete o desenvolvimento do sujeito em relação aos aspectos biopsicossociais.

Após esta abordagem as pesquisadoras passam a enfatizar a importância do ambiente para que se estabeleça uma boa relação entre o desenvolvimento da criança e o brincar. Citando alguns autores, afirma-se que criar condições para que as crianças possam brincar livremente, permite

Endereço: Av. Plácido de Castro, 1399

Bairro: Aparecida

CEP: 68.040-090

UF: PA

Município: SANTAREM

Telefone: (93)3512-8013

Fax: (93)3512-8000

E-mail: cepuepa@outlook.com

UEPA - UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO PARÁ - CAMPUS
XII - TAPAJÓS



Continuação do Projeto: 3.101.567

que estas estabeleçam relações e afetos, medelem conflitos, e possibilita condições que vão garantir sua livre expressão e ajudar no seu bem-estar.

Contextualizando esta temática de forma mais específica alega-se que as instituições de acolhimento se apresentam como um ambiente de desenvolvimento humano, pois além de serem vistas como importantes medidas de proteção social à criança vulnerável ao abandono, são também ambientes onde acontecem interações sociais, bem como muitas experiências de vida desse sujeito.

Nessa perspectiva, a brincadeira dentro do contexto de acolhimento institucional, segundo as autoras, pode fornecer às crianças possibilidades tanto de se desenvolverem social e emocionalmente, quanto de florescerem traumas, e sentimentos negativos, vivenciados durante o seu convívio neste ambiente. Por fim, as pesquisadoras revelam que o objetivo desta investigação surgiu de indagações a respeito do que pensam as crianças acolhidas sobre o brincar, em conhecer a relação que a criança tem com seus espaços de brincadeira sob o olhar dela própria, e com isso buscar garantir o desenvolvimento pleno dos infantes de forma saudável. São apresentadas as seguintes questões-chave: Como acontece o brincar em uma instituição de acolhimento? Qual a visão das crianças sobre o brincar?

Justifica-se o desenvolvimento desta pesquisa na cidade de Santarém por ser considerada como uma cidade de grande porte e principal centro urbano na região do Baixo Amazonas e por ser a única cidade dessa região que possui o serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral

- Compreender o brincar para crianças em situação de acolhimento institucional no Município de Santarém Pará.

Objetivos Específicos

- Identificar os espaços onde ocorre a brincadeira na casa de acolhimento institucional;
- Averiguar as brincadeiras, as interações e os papéis relacionados ao brincar;
- Investigar a relação da criança institucionalizada com seus espaços de brincadeira sob o olhar dela própria.

Endereço: Av. Plácido de Castro, 1399

Bairro: Apanedda

CEP: 68.040-000

UF: PA

Município: SANTARÉM

Telefone: (93)3513-8013

Fax: (93)3513-8000

E-mail: cepuepa@outlook.com

ANEXO C – APROVAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - COMDCA



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDCA

Ofício nº 040/2019-COMDCA

Santarém (PA), 12 de Março de 2019.

**Ao Ilmo. Sr.
Percival Brito
Programa de Pós Graduação em Educação – PPGE UFOPA Campus Rondon.
(Av. Marechal Rondon, s/n, Caranazal. Fone: (93) 2101-3648)**

Prezado Senhor,

Com os cordiais cumprimentos, o **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDCA** vem por meio deste, informar que este Colegiado está ciente e autoriza o Projeto de pesquisa na Casa de Acolhimento.

Sendo o que temos para o momento, renovamos os nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


**Roselene Maria Duarte Andrade
Presidente - COMDCA**